UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PEDRO FERRARACIO CHARBEL

Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas - alianças na precariedade

Versão corrigida

São Paulo

2019

PEDRO FERRARACIO CHARBEL

Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas - alianças na precariedade

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vera da Silva Telles

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C 469m Charbel, Pedro
Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas -
alianças na precariedade / Pedro Charbel ; orientador
Vera Telles. - São Paulo, 2019.
121 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Migrações. 2. Cidade. 3. Precariedade. 4.
Moradia. 5. Mobilidades transnacionais. I. Telles,
Vera, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Pedro Charbel

Data da defesa: 15/02/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Vera da Silva Telles

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/08/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: Pedro Ferraracio Charbel

Título: Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas - alianças na precariedade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

A todas e todos os interlocutores desta pesquisa, pela confiança e companheirismo que em muitos casos superam o escopo desta dissertação.

Aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio permanente em toda minha trajetória e pela providencial acolhida em sua casa para retiros de escrita repletos de cuidado e paciência. À minha avó pelo carinho e presença constantes e essenciais a todas as etapas da minha vida.

A Vera Telles, pela generosa orientação em um momento pessoal e político tão conturbado, e pela interlocução acadêmica valiosa e fundamental ao campo etnográfico e às reflexões desta dissertação - e cujos frutos, sem dúvidas, vão além desta pesquisa.

A Bela Feldman-Bianco e a Deisy Ventura, que me acompanha desde o início de minha graduação, por aceitarem compor minha banca de qualificação e contribuírem substancialmente ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Gabriel, por todo o amor e companhia em quase todo esse processo.

Ao Fábio, à Helena e à Raísa por todo o apoio através da convivência diária, das sessões de re-leitura em voz alta e de nossos momentos de ócio e produtividade intensos. Ao Breno pela força na reta final e pela acolhida em retiros de escrita no Rio.

A todas e todos que integraram o projeto “Educar Para o Mundo” e a gestão “Aldaz Navegante” do Centro Acadêmico Guimarães Rosa, pela amizade e pela contribuição a uma experiência universitária crítica e transformadora com ecos fundamentais a esta pesquisa.

Ao Comitê Nacional Palestino de BDS, especialmente à Maren, pelo companheirismo sem o qual não teria sido possível seguir no mestrado concomitantemente ao ativismo e ao trabalho na coordenação de um movimento tão efetivo, inspirador e necessário.

A todas e todos os funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, especialmente ao Gustavo e à Evania, pela paciência e profissionalismo sem os quais minhas obrigações burocráticas não teriam sido cumpridas.

A todas e todos os colegas do grupo de pesquisa “Cidade e Trabalho” e do seminário temático “Mobilidades transnacionais e cidade”, especialmente ao Tiago, pela interlocução mais próxima e pela eventual companhia em campo.

À Lucila pelas contribuições à minha saúde mental e ao processo de escrita.

Ao CNPq, pelo financiamento à pesquisa.

RESUMO

CHARBEL, Pedro Ferraracio. **Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas - alianças na precariedade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

Esta pesquisa observa a relação entre migrantes transnacionais e dinâmicas urbanas na cidade de São Paulo, através de uma observação etnográfica participante e móvel, e da análise de trajetórias habitacionais de migrantes que passaram por diferentes tipos de ocupações de moradia. Desenvolvem-se as hipóteses de que migrantes, assim como não migrantes, são atores urbanos cuja relação com a cidade engendra agenciamentos, redes e alianças que resultam em diferentes formas de ação política transnacionalizada. A investigação demonstra que a presença migrante em ocupações é resultado de situações próprias da vida urbana, na qual há uma distribuição desigual da condição precária e deslocamentos cada vez maiores e mais frequentes de migrantes e não migrantes dentro e através das cidades. Nesse sentido, argumenta-se sobre a necessidade de se tomar a cidade como plano de referência para compreensão das mobilidades transnacionais de modo a observar, inclusive, os agenciamentos ao redor de categorias jurídico-políticas e identidades étnicas e nacionais. A pesquisa demonstra que a relação de migrantes com a cidade resulta em pontos de inflexão e entrecruzamentos nas trajetórias habitacionais dos atores, assim como em modificações no tecido social e nos próprios espaços - alguns deles funcionando como potentes conectores urbanos. Destaca-se que, nestes contextos, surgem conexões de interdependência e ações políticas que desafiam a condição precária e ao mesmo tempo colocam em xeque tanto a moral humanitária quanto a noção do migrante empreendedor de si mesmo. Nesse sentido, a investigação busca contribuir a uma compreensão mais heterogênea e menos excepcionalista da experiência migrante na cidade e aponta para a necessidade de uma agenda de pesquisa pós-nacional comprometida com a emergência de diferentes tipos de movimentos de resistência transnacionalizados.

Palavras-chave: Mobilidade transnacional. Cidade. Migração. Precariedade. Moradia.

ABSTRACT

CHARBEL, Pedro Ferraracio. **Transnational mobilities and urban dynamics: alliances within precarity**. Dissertation (Master in Sociology). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

This research observes the relationship between transnational migrants and urban dynamics in the city of São Paulo, through a participant and move ethnographic observation, and the analysis of migrants' housing pathways that crossed *ocupações* (squats). The hypothesis developed are that that migrants, as well as non-migrants, are urban actors whose relationship with the city engenders agency, networks and alliances that result in different forms of transnational political action. The research shows that the migrant presence in *ocupações* is a result of urban life situations, in which there is an uneven distribution of precarity and increasing and more frequent displacements of migrants and non migrants within and through cities. In this sense, this work argues about the need to consider the city as the plane of reference for a proper understanding of transnational mobilities, which even allows the observance of the agencies around juridical-political categories and ethnic and national identities. This research shows that the relationship of migrants with the city results in inflection points and intersections in the housing pathways of the actors, as well as in changes in the social fabric and in the spaces themselves - some of them functioning as powerful urban connectors. It is noteworthy that, in these contexts, there are connections of interdependence and political actions that challenge the precarious condition and at the same time put in question both the humanitarian morality and the notion of the entrepreneurial migrant. In this sense, the research seeks to contribute to a more heterogeneous and less exceptionalist understanding of the migrant experience in the city, and it points to the need for a post-national research agenda that is committed to the emergence of different types of transnationalized resistance movements.

Key-words: Transnational mobility. City. Migration. Precarity. Housing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das principais ocupações da pesquisa	15
Figura 2 - Principais localidades da Trajetória de Fenitho	42
Figura 3 - Galpão da Fábrica de Tecidos Labor (1913)	52
Figura 4 - Ocupação na Mooca (Dezembro, 2018)	52
Figura 5 - Algumas localidades e entrecruzamentos	56
Figura 6 - Vista aérea - Jd. Piratininga (1954)	65
Figura 7 - Imagem de satélite - Jd. Piratininga (2018)	65

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BDS - Movimento de Boicotes, Desinvestimento e Sanções

Bibliaspa - Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes- África

BNC - Comitê Nacional Palestino do Movimento BDS

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CPMM - Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes

CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EpM - Projeto “Educar para o Mundo”

FIRI - Frente Independente de Refugiados e Imigrantes

FLM - Frente de Luta por Moradia

FPLP - Frente Popular para a Libertação da Palestina

GRIST - Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto

MMLJ - Movimento de Moradia na Luta por Justiça

Mop@t - Movimento Palestina para Tod@s

MSTS - Movimento dos Sem Teto do Sacomã

MTL - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MULP - Movimento de Urbanização e Legalização do Jardim Pantanal

OIM - Organização Internacional das Migrações

PCC - Primeiro Comando da Capital

PT - Partido dos Trabalhadores

RDC - República Democrática do Congo

SBM - Sociedade Beneficente Muçulmana

SMDH - Secretaria Municipal de Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
“Ninguém migra para o Brasil”	17
Escolhas metodológico-terminológicas	22
Entradas em campo e conexões com interlocutores	26
PARTE I	30
1.1 O hotel, o cinema e a pesquisa em movimento	34
1.2 Trajetória habitacional de Fenitho	37
1.3 Da Leila Khaled à Pompeia	43
1.4 Trajetória habitacional de Yafa	46
1.5 A fábrica da Mooca e os 40 mil tijolos	51
1.6 Entrecruzamentos de trajetórias e espaços	55
1.7 Trajetória habitacional de José Luis	59
1.8 Do Rio São Francisco e do mundo ao Rio Tietê	62
1.9 Trajetória habitacional de Gloria	67
PARTE II	70
2.1 Agenciamento de categorias jurídico-políticas	73
2.2 Humanitarismo e racionalidade neoliberal	79
2.3 Redes em formação: entre abrigos e ocupações	85
2.4 Entre movimentos e regras	91
2.5 Agenciamentos de identidades étnicas e nacionais	96
2.6 Repertórios e diferentes formas de ação política	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

No dia 30 de março de 2014, 1.709 migrantes transnacionais escolheram, entre 49 candidatos migrantes, seus representantes para 20 cadeiras extraordinárias nos recém-criados Conselhos Participativos Municipais em São Paulo. Ainda que para um órgão consultivo, esta foi a primeira vez que migrantes puderam votar e ser votados em uma eleição oficial na cidade. Participaram do pleito os residentes nas áreas de subprefeituras com mais de 0,5% de migrantes registrados em sua população. Na Sé, onde havia mais de 10 mil migrantes residentes, foram eleitos um chinês e um senegalês. Adama Konate, malinês que provia serviço telefônico e auxílio à tradução de documentos, foi candidato para a região da Mooca, mas lá quem venceu foi Luis Vasquez, boliviano, presidente da “Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra”, o candidato mais votado entre todas as regiões.

Auxiliei na tradução e cadastramento dos eleitores naquele dia, já que na época era estagiário da Secretaria de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo. Para votar não era preciso que os migrantes tivessem sua situação regularizada: bastava apresentarem um documento com foto (ie. passaporte, protocolo de solicitação de refúgio, carteira de identidade do país de origem, etc.), uma declaração de boa-fé e um comprovante ou declaração de residência. Foi este terceiro item que potencializou o desenho desta pesquisa. Um endereço me foi repetido por diversos migrantes: uma mesma ocupação no centro de São Paulo.

Pouco mais de um mês depois, com a intensificação do fluxo migratório haitiano para a cidade, a Prefeitura criou um Abrigo Emergencial que operou de 8 de maio a 28 de agosto de 2014, período no qual passaram por lá 2349 migrantes, em torno de 86% deles haitianos (SMDH, 2014). O Abrigo Emergencial foi fechado com a inauguração do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), que, desde então, oferece serviços de assistência jurídica e social, além de diversos cursos e oficinas, e articula um total de 540 leitos para migrantes distribuídos entre quatro centros de acolhida nos bairros Bela Vista, Bom Retiro, Pari e Penha. Às vésperas da desativação do Abrigo, eu estava encarregado de auxiliar na orientação dos migrantes e facilitar a comunicação das assistentes sociais na realocação de alguns deles para outros albergues da Prefeitura. Naquela ocasião, pude constatar que

muitos migrantes já tinham outros arranjos habitacionais, dentre os quais figuravam, novamente, as ocupações.

Em geral, em se tratando de debates sobre arranjos habitacionais de migrantes contemporâneos na cidade, predominavam, até então, discussões sobre a “hipertrofia” de espaços como as oficinas de costura (cf. CYMBALISTA e XAVIER, 2007), convertidas em lugar de trabalho e moradia de migrantes, sobretudo bolivianos - ressaltando-se as consequentes condições análogas à escravidão deste contexto (cf. SUZUKI, 2014). Entre meus interlocutores o tema das ocupações não aparecia naquela época, e mesmo a questão da moradia, de modo geral, não era comum entre as reivindicações de movimentos migrantes organizados. Ainda que a presença de migrantes em ocupações não fosse um fenômeno inédito - o aumento desta presença, sim, seria novidade -, a pauta migratória também era, no máximo, incipiente nos debates ou discursos dos movimentos de moradia organizados com os quais eu tinha contato.

No contexto da Copa do Mundo de 2014 e diante da intensificação do fluxo de haitianos a São Paulo, o tema da moradia de migrantes começou a aparecer na imprensa minimamente: tanto sob uma ótica humanitária frente uma suposta “crise migratória” - denunciando-se a ausência ou superlotação de abrigos, ou ressaltando exemplos de superação individual de migrantes -, quanto em uma lógica securitária. “Estrangeiros já são 2 mil em ocupações e engrossam atos às vésperas da Copa” foi o título de uma reportagem do Estado de São Paulo, em junho daquele ano, na qual o jornalista afirmava que “imigrantes (...) que participaram de conflitos armados em seu país, estão escalados na linha de frente dos protestos de sem-teto” (ZANCHETTA, 2014).

Em 2016, o processo de reintegração de posse do Cine Marrocos, prédio ocupado na região central da cidade, no qual cerca de metade dos residentes eram migrantes, não só levou o tema a alguns noticiários como também colocou a presença migrante em ocupações dentre as preocupações dos agentes públicos envolvidos em desocupações de prédios na cidade, como pude atestar ao longo desta pesquisa. Ainda, naquele ano, o lançamento e o próprio processo de constituição do filme “Era o Hotel Cambridge”, da cineasta Eliane Caffé - no qual atores e residentes da ocupação que dá nome ao filme desenvolvem uma narrativa que coloca a presença migrante no espaço em primeiro plano -, e o sucesso e repercussão

mediática do restaurante palestino Al Janiah - localizado inicialmente no bairro Bela Vista e cuja trajetória está conectada à ocupação de moradia Leila Khaled, na qual metade dos residentes eram migrantes - também deram alguma visibilidade à relação entre migrantes e ocupações na cidade.

As ocupações mencionadas até aqui - o Cine Marrocos, o Hotel Cambridge e a Leila Khaled - eram justamente os espaços em que pretendia, inicialmente, desenvolver minha observação etnográfica. No entanto, como veremos adiante, a própria realidade do campo me levou a ampliar os espaços de observação e a me deslocar por eles de modo a responder melhor às inquietações desta pesquisa. Assim, optei por ter como pontos de observação privilegiados algumas outras ocupações de prédios e loteamentos irregulares nos quais, pude identificar, gravitavam - ou gravitam - diferentes trajetórias, circuitos e redes.

De modo geral, nosso objetivo aqui será observar a relação entre migrantes transnacionais e dinâmicas urbanas na cidade de São Paulo através das trajetórias habitacionais de migrantes que passaram por estas ocupações e outros arranjos habitacionais, de modo a contribuir para uma compreensão mais heterogênea e menos excepcionalista da experiência migrante na cidade. Abstendo-nos de lentes étnicas prévias e sem nos deixar constranger por fronteiras e categorias dos Estados-nação, buscaremos observar a relação entre migrantes e não migrantes com a mobilidade e vulnerabilidade intrínsecas às dinâmicas da capital paulista no contexto de luta por moradia. Há, portanto, duas hipóteses principais: uma de que migrantes são atores urbanos que se relacionam com a cidade assim como não migrantes; e outra de que nesta relação ocorrem agenciamentos e alianças que se materializam em formas de resistência política transnacionalizadas.

A observação etnográfica empreendida aqui ocorreu, nesse sentido, durante 2015 e 2018, de modo extremamente participante e móvel. Minha relação com os espaços e interlocutores, como comentarei adiante, não se restringia - nem se restringe - ao escopo desta pesquisa, havendo fortes vínculos pessoais e políticos envolvidos em todo processo. Não à toa, a maior parte do campo privilegiou interações espontâneas com diferentes interlocutores e, na etapa final da pesquisa, foram conduzidas dez entrevistas semi-estruturadas - às quais prefiro me referir como “conversas”, dada a relação prévia com muitos dos interlocutores e a franca

Nesse contexto, veremos que as ocupações aparecem como “espaços cinzentos” (cf. YIFTACHEL, 2009) e potentes “conectores urbanos” (cf. RUI & MALLART, 2015) pelos quais passam diversas pessoas deslocadas por lógicas neoliberais manifestadas nas dinâmicas urbanas (cf. GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2018). Além de observar o entrecruzamento de diversas trajetórias ao longo do texto, daremos atenção especial a quatro trajetórias habitacionais, de modo a explorar questões comuns e representativas do campo etnográfico através de uma narrativa cronológica mais detalhada que entrecruza eventos políticos e dinâmicas urbanas aos deslocamentos espaciais dos interlocutores em questão.

Escolhidas levando em conta um balanço de gênero e a representatividade em relação aos fluxos migratórios contemporâneos mais expressivos, essas trajetórias revelam aspectos comuns à atuação de migrantes como atores urbanos em situações de precariedade: Fenitho, homem negro, chegou a São Paulo do Haiti em 2014; José Luis é quechua e saiu do Peru, morando muitos anos na Bolívia antes de partir para o Brasil em 2006, retornando à Bolívia no ano seguinte, passando pela Argentina, e voltando ao Brasil em 2009; Yafa, mulher palestina, nasceu na Síria de onde saiu para a Turquia, e depois migrou para São Paulo em 2015; e Gloria, mulher negra, migrou da República Democrática do Congo à capital paulista em 2017.

Elementos destas trajetórias e espaços serão retomados e algumas outras cenas etnográficas serão apresentadas na Parte II, para formular algumas considerações sobre as alianças e os agenciamentos operados ao redor de categorias jurídico-políticas e de identidades étnicas e nacionais nos contextos urbanos observados. Espera-se, com isso, questionar o suposto binarismo entre a experiência de migrantes e não migrantes na vida urbana sem ignorar elementos específicos ou mais acentuados da experiência migrante.

Nesse sentido, daremos especial atenção à relação dos atores com os fenômenos do “humanitarismo” e da “racionalidade neoliberal” para, em seguida, tecer alguns comentários sobre o processo de formação de redes que perpassam os abrigos e ocupações, e a relação dos migrantes com movimentos de moradia e as regras das ocupações. Por fim, refletiremos sobre as diferentes formas de ação política que a relação entre migrantes e não migrantes através de alianças forjadas na “precariedade” (cf. BUTLER, 2018) e em um contexto de “inclusão diferencial” (cf. MEZZADRA, 2015).

Todo este percurso de pesquisa e reflexão decorre de um posicionamento teórico-metodológico - e também epistemológico e político - que opta por colocar em primeiro plano a relação dos migrantes com a cidade. Este posicionamento, como argumentarei a seguir, decorre da minha própria experiência prévia a esta pesquisa e também do campo etnográfico aqui empreendido, o qual, como veremos, nos impõe uma necessidade de localizar os fluxos migratórios e não tomar categorias e conceitos convenientes ao próprio Estado-Nação como parâmetros analíticos.

“Ninguém migra para o Brasil”

O Abrigo Emergencial da Prefeitura, sobre o qual falamos anteriormente, estava localizado na Rua do Glicério no centro de São Paulo, em frente à Igreja Nossa Senhora da Paz. Durante o auge do fluxo haitiano para a cidade em 2014, o interior desta igreja ficou repleto de dezenas de colchões espalhados pelo chão. Ao lado, os leitos da Casa do Migrante - com capacidade para acolher 110 pessoas - já estavam todos ocupados e dezenas de pessoas circulavam entre os corredores e salas do Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) - ambos equipamentos geridos pela Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz. Naquele ano, em uma das minhas diversas visitas à Missão Paz, como este complexo é conhecido, conversava com um voluntário da instituição sobre os desafios logísticos que enfrentavam com o aumento do fluxo de migrantes haitianos para cidade. Caminhávamos pelo local quando ele apontou para o grande número de migrantes no pátio e enunciou: “Na verdade, ninguém migra para o *Brasil*”.

A ênfase irônica que meu interlocutor deu a “Brasil” aludia ao fato de que a Missão Paz se tornara o principal destino de haitianos recém chegados a São Paulo. De fato, algumas pessoas já deixavam o Haiti com o endereço da instituição em mãos. Ana, migrante haitiana que chegou ao Brasil naquele ano, me contou, rindo, que ela e seu marido chegaram ao Acre por terra e pediram informações de como chegar ao endereço da Missão Paz ainda em Rio Branco. Ela acreditava que aquela já era a cidade na qual encontraria a Rua do Glicério, rumo a qual se deslocava. Cruzar a fronteira nacional, afinal, não encerrava sua trajetória migratória. Aliás, nem mesmo a chegada a São Paulo colocaria fim à circulação: “essa cidade

é gigante, se achar por aqui é difícil, parece que a gente nunca vai se estabelecer direito”, me disse ela.

A presença haitiana em São Paulo cresceu imensamente depois dos terremotos que assolaram aquele país em 2010, sendo um dos fluxos migratórios responsáveis pelo expressivo aumento de 290% do total de migrantes transnacionais no país entre 2010 e 2016 (POLÍCIA FEDERAL, 2016). No ano 2000, havia apenas quinze haitianos documentados no país (OIM, 2010), ao passo que, em 2016, esse número já passava de 60 mil (POLÍCIA FEDERAL, 2016), o que corresponde a aproximadamente 6% do total de mais de 1 milhão de migrantes transnacionais documentados no Brasil.

No entanto, como enunciou o voluntário da Missão Paz e como nos ensina a experiência de Ana em Rio Branco, não podemos constranger a análise destes números à noção abstrata das fronteiras do território brasileiro. Apenas entre 2014 e 2016, passaram pela Missão Paz quase 13 mil haitianos (MISSÃO PAZ, 2017), o que significaria que mais de 20% do total de migrantes documentados vindos do Haiti teria passado por um único endereço no centro de São Paulo naquele período. A cerca de um quilômetro dali, na Mesquita Brasil, a Sociedade Beneficente Muçulmana (SBM), por sua vez, já havia cadastrado, até finais de 2015, 1.800 migrantes sírios para programas de auxílio e apoio da instituição (MACIEL, 2015).

Na época, 2.077 sírios haviam sido reconhecidos como refugiados no Brasil (CONARE, 2016), liderando o ranking de pessoas com este status no país. Angola, Colômbia e República Democrática do Congo (RDC) eram, respectivamente, os outros países de origem mais comuns dos migrantes que compuseram um aumento de 127% no número de refugiados reconhecidos no Brasil em 6 anos. Em números absolutos, no entanto, isto não representava nem 1% do total de migrantes transnacionais no país.

Os solicitantes de refúgio, por sua vez, eram - e seguem sendo - muito mais numerosos. De 2010 a 2015, o número de solicitações no país cresceu 2.868% - passando de 966 para 28.670 (Ibidem). Novamente, é importante localizar estes números. Em sua maioria essas solicitações se deram em capitais do Sul e Sudeste, e na fronteira Norte do país, sendo que em 2014, 26% dos pedidos de refúgio foram feitos no estado de São Paulo, majoritariamente na capital (ACNUR, 2014).

Ao mesmo tempo, migrantes bolivianos, que seguem sendo os mais numerosos entre as nacionalidades que compõem fluxos migratórios recentes, também se concentram na região metropolitana de São Paulo. Enquanto dados oficiais contabilizam 105 mil bolivianos no país (POLÍCIA FEDERAL, 2016), as estimativas de interlocutores da gestão municipal indicam que apenas na cidade de São Paulo o número de bolivianos indocumentados é superior.

De modo geral, estima-se que mais de 40% do total de migrantes no Brasil vivam na cidade de São Paulo - em torno de 400 mil. Internacionalmente, este fenômeno também é verificado: a estimativa é de que 75% dos migrantes do mundo estejam em cidades, sendo que um quinto de todos eles residiria nas maiores cidades do planeta (SWING, 2016). Não por acaso, muito da literatura sobre migrações tem se dedicado a estudar os deslocamentos para as cidades, e a vida dos migrantes nas cidades (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2011:2).

No entanto, grande parte destes estudos refletem sobre algumas poucas cidades do mundo - Berlim, Nova Iorque, Paris, Singapura, Los Angeles - e, na grande maioria deles, a cidade aparece apenas como “contexto” para observação da trajetória de uma ou outra “comunidade imigrante” (Ibidem: 61). O diagnóstico que Nina Glick Schiller e Ayşe Çaglar fazem, através de um balanço da literatura sobre migrações e estudos do “transnacionalismo”, é que mesmo análises que consideram a localidade das migrações seguem focando em formas estritamente étnicas de incorporação de migrantes às cidades (Ibidem: 68). O termo “comunidade”, por exemplo - o que seria um modo “particular de assentamento e identificação” (Ibidem: 65) -, é frequentemente empregado previamente à própria investigação.

Neste contexto, muitos estudos seguem reproduzindo o que se denomina “nacionalismo metodológico”. Trata-se de uma orientação metodológica que considera processos sociológicos e históricos como se estivessem contidos “dentro de fronteiras de Estados-nação individuais” (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2011: 64, tradução minha). Além disso, ao confundir Estado-nação e sociedade, o nacionalismo metodológico também desenvolve um conceito homogêneo de cultura, o qual é associado a uma pretensa uniformidade nacional, ignorando a construção social de identidades e localidades, e contaminando os estudos migratórios com o paradigma da “comunidade étnica” (Ibidem, 65).

Uma solução interessante é apresentada por Glick Schiller e Çaglar, que propõem que as diferentes trajetórias migrantes sejam analisadas - para além de possíveis incorporações étnicas - em relação aos vários “posicionamentos escalares” das cidades. Esta noção de “escalonamento” diz respeito a como a relação de migrantes e o urbano depende e afeta a posição de uma cidade relativamente a outras - no que diz respeito a seus fluxos de capitais políticos, culturais, e econômicos em uma região e/ou Estado, e de acordo com as instituições e histórias locais (Ibidem: 7). As autoras passam a observar, assim, a relação entre processos de ordem global, nacional e local, tendo como ponto de partida o entendimento de que migrantes são, sobretudo, “residentes de cidades e atores dentro e através dos espaços” (Ibidem: 3, tradução minha).

É importante ressaltar que negar o nacionalismo metodológico e abordar migrantes como atores urbanos em conjunto a atores não migrantes não significa deixar de observar disputas e transformações ao redor de identidades étnicas e nacionais, ou de categorias jurídico-políticas - muito pelo contrário. Como veremos, ao não se considerar migrantes como uma comunidade é que se torna possível ver quando a “comunidade” aparece - como categoria nativa ou fenômeno urbano de fato verificável. Esta postura também permite observar, como faremos na Parte II, como essas diferentes terminologias são mobilizadas e agenciadas - sem elevá-las levemente a categorias analíticas.

Além disso, observar as migrações através de “escalamentos subnacionais” (SASSEN, 2010), não significa deixar de observar o Estado-nação. Como argumenta Michael Burawoy, em sua defesa de uma “etnografia global”, apesar de muitas análises contemporâneas passarem do local ao global, desconsiderando o nacional, é importante considerar que há uma série de “grades” do nacional necessárias ao transnacional (BURAWOY, 2000: 34). De modo semelhante, refletindo sobre a relação entre globalidade e localidade, Bruno Latour propõe limitações ao potencial global que se expressa pelo local através da metáfora de um trem em uma ferrovia: “Só há caminhos contínuos para nos transportar do local ao global, do circunstancial ao universal, do contingente ao necessário, se pagarmos o preço das baldeações” (LATOUR, 1994: 115).

É possível, e necessário, observar as dinâmicas “desnacionalizantes” (SASSEN, 2010) que as mobilidades transnacionais nas cidades engendram sem diminuir a significância dos

“sistemas regulatórios e simbólicos” dos Estados-nação (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2011: 199). A própria noção de “globalização por baixo” (cf. TARRIUS, 2002), ressalta Angelina Peralva, traz uma imprecisão conceitual ao ignorar que além das forças de “baixo”, Estados-nação e empresas também são responsáveis por - ou partes interessadas em - fenômenos globais descritos como “de baixo” (Peralva, 2015). A instalação progressiva de comerciantes da China em diferentes cidades do mundo e os próprios mercados pobres globalizados, por exemplo, não se desenvolvem, segundo a autora, apenas por práticas sociais estritamente locais, mas também com o apoio do Estado chinês, de indústrias e transportadoras. Segundo Peralva, mesmo que em “sua versão degradada mais do que em sua versão típico-ideal” o Estado também participa de mercados ilícitos e populares, “na formação de todos esses mercados, há pedaços vindos de baixo mas também pedaços vindos de cima” (Ibidem: 457).

A partir de uma série de estudos de caso, Glick Schiller e Çaglar identificam cinco principais maneiras pelas quais as relações dos migrantes com a cidade operam mudanças escalares. A primeira decorre dos aspectos que envolvem a força de trabalho migrante e sua relação com a competitividade de cidades a nível regional, nacional e local. A segunda diz respeito a histórias locais, isto é, diferentes momentos econômicos e políticos, ou processos históricos mais ou menos nacionalistas ou racializados podem modificar as relações de migrantes com o espaço e suas alianças com o poder local e outros atores. As outras três principais maneiras de relação entre migrantes e cidades - e estas interessam particularmente para esta pesquisa - se dão no modo como migrantes atuam em processos de reestruturação urbana neoliberal; como facilitam iniciativas de privatização e contribuem à subjetividade neoliberal; e como também podem se configurar como atores que oferecem visões sociais alternativas nos espaços urbanos (Ibidem).

O que nos interessa reter desde já é que o ponto de partida necessário para estas observações não só implica localizar as migrações no âmbito urbano, mas também considerar os migrantes como atores urbanos que se relacionam com a cidade e as diversas escalas que as dinâmicas urbanas engendram - assim como residentes não migrantes destes espaços. Disto decorre a concepção teórico-metodológica desta pesquisa, materializada por exemplo, na escolha do uso do termo “migrante”.

Escolhas metodológico-terminológicas

Como já se pôde notar até aqui, opto pela utilização do termo “migrante” sem distinções prévias em relação ao status migratório, razão da migração, ou sua temporalidade. O termo pode aparecer acompanhado do adjetivo “transnacional” em algumas ocasiões apenas para enfatizar que não se está referindo a nacionais de um país que se deslocam internamente. Opta-se por não utilizar “imigrante” ou “emigrante” tanto para poder reconhecer o poder legal e discursivo dos Estados em definir quem é ou não um “nativo” (GLICK SCHILLER E ÇAGLAR, 2011: 10), quanto para dar conta da condição de circulação possivelmente permanente destes atores, que podem emigrar e imigrar diversas vezes e, mesmo dentro do território de um Estado-nação, seguem circulando.

Utilizar migrante como categoria genérica para se referir a pessoas nascidas em um país que circulam por espaços outros é uma escolha importante para atender ao próprio objetivo desta pesquisa de observar os usos, disputas e agenciamentos ao redor das terminologias que as migrações engendram. Em meio a uma “verdadeira crise do léxico e dos conceitos utilizados nos estudos das migrações” (MEZZADRA, 2015: 12) - por exemplo, distinções entre “migrações forçadas” e “voluntárias”, “refugiados” e “migrantes econômicos”, “ilegais”, “temporários”, “permanentes” etc. - “migrante” aparece como a categoria mais útil à observação sociológica.

É interessante observar que um dos vetos do ex-presidente Michel Temer à nova Lei de Migração, a lei nº 13.445, se deu, justamente, em relação a um inciso do primeiro artigo da lei que definia “migrante” como “pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida” (BRASIL, 2017). Temer argumentou que o dispositivo estabelecia “conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017).

Como nos ensina Pierre Bourdieu, mudanças semânticas significam “profundas mudanças na visão do social” (BOURDIEU, 2015b: 370). Especialmente em se tratando de migração - um fenômeno que Estados-nação têm tentado gerir desde sua fundação -, faz-se importante lembrar que esforços sociológicos também são suscetíveis ao aparato ideológico do Estado-nação, inclusive podendo ser agentes de sua expansão (BURAWOY, 2000: 24). Afinal, como alerta Didier Fassin, há um “poder performativo das palavras” que legitima socialmente formas de repressão à migração através de distinções, por exemplo, entre “refugiados” e “imigrantes ilegais”, ou, no limite, entre “nacionais” e “estrangeiros” (FASSIN, 2014: 14). A escolha terminológica desta pesquisa é, neste sentido, também normativa.

Pensar sobre a migração sem reproduzir os paradigmas repressivos e discriminatórios do Estado-nação não é tarefa fácil, mas por termos, nos termos de Bourdieu, certa autoridade social, não questionar a existência e a não-existência de algo significaria contribuir ao senso comum de sua existência (BOURDIEU, 2015b: 361). Como observam Glick Schiller e Çaglar, o desafio de pesquisadores críticos ao nacionalismo metodológico é: “(...) descartar o binarismo entre migrantes e não migrantes e ainda assim manter o foco na experiência migrante” (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2018: 5, tradução minha). Segundo as autoras, esta experiência se dá por múltiplas formas de “deslocamento” (*displacement*) e modos de “alocamento” (*emplacement*) - noções que utilizam para descrever os processo de constituição de relações sociais e espaciais de migrantes e não migrantes frente os deslocamentos que lhes são comuns. A utilização do termo “migrante” e “não migrante” é útil para observar as comunalidades e diferenças nesses processos:

(...) usamos esses termos não para continuar um processo de categorização e assumir diferenças culturais ou religiosas, mas para contestar presunções de muitos agentes de políticas públicas e políticos nacionais de que migrantes recém-chegados estão localizados fora do sistema social, constituem uma ameaça à coesão social, e querem integração. De fato, usamos o termo “migrante” para desafiar a presunção de que vidas e práticas de pessoas que se mudam para uma cidade de outros países são sujeitas a dinâmicas categoricamente diferentes das que a “maioria” e/ou “nativos”. Em vez disso, sustentamos que é necessário colocar os migrantes e aqueles que se veem como nativos neste mesmo quadro analítico. (Ibidem, tradução minha)

De modo semelhante, Bela Feldman-Bianco propõe que nossa “ferramenta conceitual” considere a “agência de migrantes” juntamente à agência de “outras pessoas (domesticamente) deslocadas - como populações indígenas, moradores de ocupações,

famílias cujos filhos foram assassinados ou encarcerados” (FELDMAN-BIANCO, 2018: 204, tradução minha). Este esforço se dá de modo a discernirmos “mobilidades e imobilidades e a produção de desigualdades como parte de uma formação dinâmica de capital, a qual é simultaneamente global, nacional e especificamente local” (Idem).

Ao relembrar as reflexões de John Comaroff sobre a relevância da práxis no fazer antropológico, Feldman-Bianco também ressalta que conceitos e modelos devem ser desafiados, reformulados e modificados pelo campo etnográfico (Ibidem: 196). No caso desta pesquisa, a práxis foi fundamental para abandonar algumas hipóteses incipientes sobre a presença migrante em ocupações, marcadamente a proposta de que estes espaços se constituiriam como “heterotopias urbanas”.

O conceito de “heterotopia urbana”, formulado por Michael Agier ao descrever os campos de refugiados e acampamentos de imigrantes autoestabelecidos - muitos deles em terrenos e prédios ocupados - na África, Europa e Oriente Médio, tem como elementos principais a “extraterritorialidade”, a “exceção” e a “exclusão” (AGIER, 2015). A extraterritorialidade é definida pelo autor como uma “dupla exclusão de localidade”, já que haveria a exclusão dos locais de origem e a exclusão da própria ocupação ou acampamento em relação ao restante da sociedade. A exceção, por sua vez, se configuraria em “uma tensão entre um dentro inacessível do ponto de vista das categorias cidadãos e um fora vivido como uma forma de sobrevivência, a mínima, sob coerção e sob ameaça de afastamento” (Ibidem: 46).

Enquanto estes dois elementos se configuram, respectivamente, nos planos dos “espaços e fronteiras” e no plano jurídico-político, a “exclusão”, por sua vez, se daria do ponto de vista da “estrutura social”, já que “o estado de abandono desses espaços” promoveria uma “ausência de cidadania territorial daqueles que os ocupam: nem o Estado do qual eles têm a nacionalidade nem aquele de seu exílio lhes garantem o exercício localizado de uma cidadania” (Ibidem, 46).

Antes de iniciar meu campo etnográfico, cheguei a considerar que a presença migrante em ocupações de moradia em São Paulo configuraria espaços heterotópicos, nos quais migrantes participariam do que Arjun Appadurai (1997) denominou “translocalidades”. Assim, através de processos de “reterritorialização dentro de uma nova ordem cívica, abalando as referências ideológicas de coerência étnica e direitos de cidadania” (Ibidem: 44), seriam

criadas novas “comunidades”, as quais estão dentro do Estado-nação mas existem a sua revelia, objetivando apenas seus recursos mais básicos (Ibidem: 44).

Não foram necessárias muitas visitas a ocupações e conversas com migrantes cujas trajetórias cruzavam aqueles espaços para perceber que os processos que se desenvolviam ali não se davam, de modo algum, à revelia do Estado-nação e que, nos processos de transnacionalização em curso, as diferentes escalas, do global ao local, permaneciam interagindo com a escala nacional. Também, como argumentaremos ao longo deste texto, o campo etnográfico revelou que as ocupações de moradia, e a própria região do Glicério, não se configuram como heterotopias urbanas, mas como espaços muito bem localizáveis e potentes “conectores” que não estão isolados nem no plano político-jurídico, nem no plano espacial, nem no plano social.

As formulações de Abdelmalek Sayad (1998) sobre a temática da moradia de migrantes tampouco se mostravam adequadas para explicar meu campo etnográfico. O título do capítulo em que Sayad se dedica à questão da moradia, “O Lar do sem família”, já revela que no contexto sobre o qual escreve o autor, a migração, sendo inclusive orientada pelo Estado, estava unicamente associada ao trabalho:

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador, pobre, só deve ser alojado pobremente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária, degradada e degradante, que se atribuiu ao imigrante (...) E quando a imigração deixa, de fato, de ser provisória enquanto a habitação continua sendo esta, é ainda a ilusão do provisório que permite mascarar o paradoxo de uma habitação para sempre provisória. (SAYAD, 1998: 78).

O paradoxo observado por Sayad não dá conta de explicar os arranjos habitacionais migrantes em São Paulo, não só pela diferença dos fluxos migratórios contemporâneos, mas também porque, como veremos, o paradoxo da provisoriedade habitacional não é exclusivo aos migrantes transnacionais, mas também comum a atores urbanos não migrantes. Além disso, a análise de Sayad se dedicou a observar as dinâmicas internas dos arranjos de moradia sem colocá-las em relação com dinâmicas urbanas e escalas transnacionais, objetivando compreender, de um modo isolado, os tipos predominantes de moradia migrante na época.

Ainda assim, em sua análise sobre a coabitação em hotéis e quartos mobiliados e a habitação do tipo alojamento, o autor nos fornece pistas para refletir sobre o que Pierre Bourdieu, no prefácio à obra de Sayad, classifica como o desafio migrante à “generosidade assimilacionista” do Estado (BOURDIEU, 1998: 12). Isso porque o primeiro tipo de habitação observado por Sayad perpetuaria uma certa “representação que os imigrantes têm solidariamente de si mesmos”, constituindo uma “maior proteção contra a dissolução das comunidades” através da indivisão da coabitação (SAYAD, 1998: 90). A “habitação-alojamento”, por sua vez, se apresenta com a “aparência de uma comunidade”, descrita por ele como uma “comunidade impossível” (Ibidem: 94), já que muitos elementos ali resultavam de uma “percepção ingênua e deveras etnocêntrica” quanto à noção de que migrantes, uma vez reunidos, formariam uma comunidade (Ibidem). Nas palavras de Bourdieu, migrantes contrariariam a noção de que o “Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação”, o que dissimularia “um chauvinismo do universal” (BOURDIEU, 1998: 12).

Entradas em campo e conexões com interlocutores

Conheci Ana, a migrante haitiana que se perdeu em Rio Branco buscando pela Rua do Glicério, nos arredores da Missão Paz em 2016. A essa altura a região do Glicério já se reconfigurara totalmente com os fluxos migratórios recentes. A proliferação de negócios e serviços conectados à migração, como lan houses e cabines telefônicas, e migrantes vendendo mercadorias - de roupas a milho assado - havia modificado a paisagem urbana dos arredores da Igreja. A rápida conversa com Ana ocorreu em uma barraca de comidas recém inaugurada em um estacionamento em frente à Missão Paz. A vendedora, uma brasileira, disse que já estava aprendendo algumas palavras em crioulo nas interações com haitianos e me contou que decisão de estabelecer a barraca se deu pela identificação de uma oportunidade diante da “movimentação dos imigrantes” na região e me perguntou: “E você, é voluntário?”.

A pergunta era pertinente: a circulação de voluntários, jornalistas e pesquisadores na região era quase tão intensa como a de migrantes em alguns dias. Comecei a responder: “Sou ativista e estou fazendo uma pesquisa conectando as lutas...” - mas ela me interrompeu: “Ah,

você é da universidade”. Aceitei a classificação, mas contei para ela que costumava frequentar o Abrigo Emergencial que existia ali dois anos antes, quando era “estagiário da Prefeitura” e que naquele dia, na verdade, iria para uma reunião de articulação da questão migratória na cidade com a “questão palestina”, e a partir daí conversamos um pouco.

As identidades e papéis mobilizados naquela rápida conversa ilustram um pouco as diferentes formas pelas quais minhas entradas em campo e interlocuções desta pesquisa se desenvolveram. Refiro-me a esta cena, portanto, para destacar que ao longo de toda a pesquisa houve diferentes de formas de participação em campo que multi-situavam minha etnografia de acordo com o papel ali empreendido. Por limitações de escopo, não aprofundaremos as reflexões acerca das consequências desta variedade de papéis e envolvimento, mas faremos marcações sobre as diferentes relações existentes entre mim e os interlocutores e espaços, de modo a sinalizar a importância desta reflexão e evidenciar esta variedade.

Nesse sentido, é válido observar que além dos interlocutores que conheci através do trabalho na Prefeitura de São Paulo, há pelo menos três outras formas distintas de entrada em campo que merecem breves considerações por proporcionarem realidades de envolvimento e interlocução distintas com o campo etnográfico. A primeira delas diz respeito ao projeto de extensão popular “Educar para o Mundo” (EpM), do qual fiz parte de 2010 a 2013, e que considero uma primeira e permanente entrada em campo. O objetivo do projeto era construir diálogos entre conhecimentos e interlocutores de dentro e fora da universidade, através da educação popular em direitos humanos, com enfoque na realidade migratória da cidade de São Paulo - mais especificamente no bairro do Canindé, região central. O EpM me fez circular semanalmente entre a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMFE) Infante D. Henrique¹ - que à época tinha 14% de estudantes migrantes latino-americanos e onde se iniciaram as atividades do projeto - e a praça Kantuta - espaço que vinha se convertendo em um importante local de aparecimento e articulação de migrantes latino-americanos, sobretudo bolivianos.

¹ Depois de uma votação em 2017, a comunidade escolar decidiu alterar o nome da EMFE para Carolina Maria de Jesus, em homenagem à escritora negra e migrante nordestina que viveu naquele bairro. Trata-se de um esforço de materializar as novas práticas e concepções político-pedagógicas da instituição, que incluem a preocupação ativa com as questões advindas da diversidade étnico-racial dos estudantes.

Além de cursos com professores e oficinas de grafite na praça, o projeto passou também a realizar debates sobre a legislação migratória brasileira e articulações políticas com movimentos migrantes que se formavam à época. Fui conhecendo pessoas e movimentos com os quais me relaciono e atuo ainda hoje, em uma interação que supera e antecede a interlocução desta pesquisa. Algumas das pessoas que conheci pelo EpM vieram a formar ou integrar organizações não-governamentais, associações de comerciantes, movimentos sociais e organizações políticas importantes, em um processo de articulação com diferentes setores da sociedade - sem recortes estritamente étnicos, e muito além das instituições religiosas que predominavam entre migrantes organizados no início dos anos 2000; outras se tornaram pesquisadoras, candidatas aos Conselhos Municipais e mesmo à Câmara Municipal, ou vieram a ocupar cargos da Prefeitura de São Paulo e seus equipamentos.

Uma outra importante entrada em campo decorre de minha atuação no movimento internacional de solidariedade ao povo palestino. Através do EpM comecei a me aproximar da realidade dos palestinos refugiados no Iraque que, em 2007, haviam sido reassentados a Mogi das Cruzes, no interior de São Paulo. Este contato me levou a uma pesquisa e ativismo político cada vez maior no âmbito da questão palestina, sobretudo no marco do Movimento de Boicotes, Desinvestimento e Sanções (BDS) pelo fim da ocupação da Cisjordânia e Faixa de Gaza, pelo direito de retorno dos refugiados palestinos, e por direitos iguais aos palestinos cidadãos de Israel.

Com ações contra vínculos de cumplicidade institucional, cultural, militar, comercial, política e acadêmica com as violações dos direitos palestinos perpetradas pelo Estado de Israel, o movimento BDS pressiona pelo respeito ao direito internacional e, para além disso, evidencia as conexões internacionais entre empresas e Estados que violam direitos humanos, promovendo fortes alianças entre aqueles que resistem a diferentes formas de opressão e injustiças pelo mundo - inclusive no âmbito das migrações. Vivi e trabalhei em Palestina/Israel por três vezes ao longo destes anos e em 2015, tornei-me coordenador latino-americano do Comitê Nacional Palestino de BDS (BNC) - a mais ampla coalizão da sociedade civil palestina que lidera o movimento BDS internacionalmente.

O trabalho com o BNC resultou em uma posição extremamente privilegiada para acompanhar e participar de importantes articulações de movimentos sociais e organizações

da sociedade civil, assim como de atores governamentais, regionais e internacionais, nas quais a pauta da migração e cidade sempre foi latente. Não à toa, a relação com muitos de meus interlocutores migrantes e brasileiros que transitavam pelos espaços do meu campo etnográfico se desenvolveu no marco das conexões entre lutas e redes de solidariedade catalisadas pelo BDS.

Por fim, desde que fui aceito no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, apresento-me, em alguns contextos - naqueles em que nenhuma de minhas outras entradas em campo prevalece - como “pesquisador da USP na área das migrações”, ou muitas vezes como “pesquisador e ativista”. Como a interação com a vendedora brasileira do quiosque de comidas em frente à Missão Paz comprova, estas diferentes “entradas em campo” também se misturavam e eram agenciadas pelos meus interlocutores. Muitas vezes, inclusive, quando interlocutores antigos me apresentavam a novos contatos, elegiam qual das minhas “filiações” era mais apropriada. Em muitos contextos, a categoria “pesquisador” era secundarizada pelos próprios interlocutores, para os quais eu não era mais um dos “estudantes que vêm aqui fazer pesquisa”, ou não fazia parte do “pessoal que vem toda hora entrevistar”, cujas ações e trabalhos muitos interlocutores afirmavam não saber “para que servem”.

PARTE I

Em certo momento, em *As Cidades Invisíveis*, o Marco Polo de Ítalo Calvino diz que responderá às críticas de Kublai Khan de que suas histórias não narravam o que havia entre as cidades que descrevia. Para fazê-lo, recorre, no entanto, a uma história que se passa dentro de uma cidade, a cidade de Célia. Conta que, caminhando por lá, foi interpelado por um pastor que lhe perguntou o nome do lugar em que se encontravam. Polo diz que lhe respondeu surpreso por alguém não conhecer a “ilustríssima cidade de Célia” e que o pastor lhe explicou que conhecia o nome dos pastos, mas que as cidades para ele “não têm nome”, são apenas espaços pelos quais passa “em transumância” com seu rebanho (CALVINO, 2016).

O narrador de Calvino conta que, anos depois, caminhava perdido entre esquinas de uma cidade que não reconhecia, quando perguntou onde estava a um passante, o qual lhe respondeu: “Em Célia, infelizmente. (...) Há tanto tempo caminhamos por estas ruas, eu e as cabras, e não conseguimos sair” (Ibidem: 139). Polo diz que de súbito reconheceu seu interlocutor: era o pastor com quem cruzara anos antes. “Mas como pude chegar aonde você diz se me encontrava em outra cidade, muito distante de Célia, e ainda não tinha saído de lá?”, perguntou. “Os espaços se misturam (...) Célia está em todos os lugares”, respondeu-lhe o velho.

Ao recorrer a uma história que se passa dentro de uma cidade para explicar o que há entre elas e, mais ainda, recorrendo à experiência de circulação de um pastor e à sua própria, o narrador de Calvino consagra a experiência urbana no marco da mobilidade e do reformular constante de fronteiras. As identidades dos personagens não deixam de importar, mas não totalizam a narrativa urbana, permitindo, inclusive, observar o agenciamento ou até erosão de suas referências - o pastor, por exemplo, diz que suas cabras ainda “reconhecem as ervas na calçada” (Ibidem). A cidade aparece como um espaço de circulação e cruzamentos, e sua experiência é transversal ao pastor que sequer conhecia o seu nome e ao viajante urbano que a venerava.

A metáfora de Calvino é potente para pensar a experiência migrante em cidades de modo não extraordinário ou exclusivamente étnico, mas sim dentro do paradigma da circulação e dos cruzamentos - o que se manifesta, de modo acentuado, em relação ao desafio habitacional. Como objetivamos demonstrar a seguir, a luta por moradia se mostra comum a diferentes atores urbanos, independentemente de sua nacionalidade ou status migratório, e envolve dinâmicas de mobilidade constantes na cidade.

Migrantes vivem, assim como não migrantes, em ocupações, cortiços, hotéis, albergues, pensões, apartamentos com contratos informais, espaços sublocados coletivamente, nos próprios espaços de trabalho, e até mesmo na rua. Estes diferentes arranjos habitacionais se desenvolvem em um contexto de constante reestruturação urbana que reflete a própria dinâmica do capitalismo contemporâneo (cf. HARVEY, 2014) e um processo de heterogenização e multiplicação constante de fronteiras.

Afinal, como observa Saskia Sassen, se por um lado a globalização permitiu a certos setores “da economia e da sociedade” que circulassem sem fronteiras, por outro, “longe de caminharmos rumo a um mundo sem fronteiras, [estes mesmos setores] estão ativamente criando novos tipos de fronteiras, transversais e impenetráveis” (Sassen: 2012: 67, tradução minha). Segundo a autora, a não ser que pensemos em capital estritamente como “dinheiro vivo sendo transportado”, percebe-se que os locais em que se colocam as fronteiras são muito mais variados do que muros: “vão de bancos a corpos” (Ibidem: 68, tradução minha).

Tanto Sassen quanto Wendy Brown (2014) concordam que estas novas fronteiras são criadas em uma interação do Estado-nação com forças não estatais transnacionais, expressões da ordem neoliberal contemporânea. A consequência deste diagnóstico que mais interessa a nós é que, usando os termos de Sassen, “as cidades se tornam um espaço fronteiro” e estratégico para a dinâmica do capital internacional. Enquanto empresas e profissionais altamente remunerados parecem se relacionar com a cidade sem restrições, a autora argumenta que há novas fronteiras que se formam, que “coiote algum” conseguiria fazer migrantes cruzarem (Ibidem: 68).

Para Sassen, a proliferação de condomínios fechados, a competição entre legislações locais atraentes a empresas, a criação de bairros que funcionam como centros financeiros para sedes de empresas multinacionais e tantos outros processos urbanos aparecem, no limite,

como expressões de um novo movimento fronteiroço promovido pelo capital global nas cidades (SASSEN, 2012). Este movimento deve ser compreendido como manifestação das desapropriações promovidas pelo capitalismo no espaço urbano, descritas por David Harvey. Segundo ele:

Podemos concluir que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade (HARVEY, 2014: 59)

No caso paulistano, vale notar que muitas das ocupações no centro de São Paulo se desenvolveram depois de um movimento de abandono daquela região por classes sociais mais altas, marcadamente a partir dos anos 1990 com a criação de novas regiões empresariais no sudoeste da cidade (FRÚGOLI JR., 2000). Diante de um contexto de um déficit habitacional de 358 mil moradias, e mais 1.385 imóveis ociosos na cidade de São Paulo (SMH, 2018), ocupações de prédios e terrenos não param de se multiplicar. Enquanto isso, os deslocamentos de pessoas em todo o mundo não param de aumentar (cf. HARVEY 2014; SASSEN, 2016; GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2018).

Como veremos na descrição do campo etnográfico desta pesquisa, esses deslocamentos podem ter muitas formas e origens. Glick Schiller e Çaglar observam que, por exemplo, alguns deslocamentos ocorrem por “medidas de ‘austeridade’ neoliberal”, outros por processos de “reestruturação e privatização de terrenos públicos, moradias, empregos e benefícios sociais”, e algumas vezes são expressão da própria “violência” e da “guerra” (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2018: 19). O que nos interessa destacar desde já é que estes deslocamentos promovem um aumento do “precariado urbano”, que passa a ser composto cada vez mais por:

(...) pessoas que nunca se moveram mas que mesmo assim foram socialmente desapropriadas e deslocadas, e pessoas que migraram seja dentro ou através de fronteiras (*borders*) apenas para encarar um outro ciclo de deslocamentos e insegurança dentro da regeneração urbana (Idem, tradução minha)

Como observa Judith Butler (2018), a vulnerabilidade que compõe a condição precária - compartilhada por migrantes e não migrantes - é socialmente induzida e desigualmente distribuída, e expõe uma dependência radical em relação aos outros e a um mundo

sustentável. Nesse sentido, as próprias trajetórias que observaremos a seguir trazem diversos exemplos de encontros e redes que conformam um tecido amplo de relações que evidencia a dependência dos outros e das coisas e coloca em xeque o excepcionalismo da experiência migrante na cidade.

Ainda, é importante ressaltar que a moradia é uma manifestação do desafio que “aparecer no mundo implica”, no qual “não há como escapar da vulnerabilidade e da mobilidade” (Ibidem: 97), já que a própria condição corpórea exige moradia em um contexto de meios de subsistência ameaçados, de infraestruturas cada vez mais arruinadas e de uma condição precária acelerada (Ibidem: 16). Como ressalta Butler, “ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa” (Ibidem: 27).

As ocupações de moradia aparecem, nesse contexto, como uma expressão concentrada das diferentes dinâmicas urbanas da cidade que se relacionam com as várias escalas que produzem a condição precária compartilhada por migrantes e não migrantes. Diferentemente do conceito de “heterotopia urbana”, sobre o qual falamos anteriormente, as ocupações superam dicotomias relativas à territorialidade, à estrutura social e às lógicas jurídico-políticas e configuram o que Oren Yiftachel (2009) chamou de “espaços cinzentos”. Estão, afinal, entre a “luz” da “legalidade / aprovação / segurança” e a “escuridão” do “despejo / destruição / morte” (YIFTACHEL, 2009: 243).

Estes espaços ambíguos se constituem, como veremos, como pontos privilegiados para a observação de diversas trajetórias, circuitos e redes que perpassam diferentes dinâmicas urbanas e escalas, entrecruzando as ocupações. A noção de “conector urbano”, empregada por Taniele Rui e Fábio Mallart (2015) para descrever a região da Luz conhecida como Cracolândia, é útil para compor esta caracterização. Segundo os autores, esta região da Luz é:

um ponto nevrálgico do urbano, espaço estratégico de entrecruzamento de uma infinidade de agentes governamentais, de atores do chamado Terceiro Setor, de ativistas e militantes, de vários atores religiosos (...), e de participantes do “crime” conectados a outras regiões da cidade. Ímã, ela congrega uma diversidade de atores que transitam pelo local ou mesmo vivem e trabalham na região (RUI E MALLART, 2015)

De modo semelhante, há uma ampla diversidade de atores que passam pelas ocupações de moradia e alguns dos espaços pelos quais meu campo etnográfico e as trajetórias

habitacionais que observaremos transitaram. Nos casos que observaremos, se somam aos atores mencionados por Rui e Mallart, também aqueles que se relacionam especificamente com a temática da migração. Isto faz lembrar o que Sayad observa sobre os alojamentos franceses para trabalhadores migrantes: havia todo um amplo campo para a tradição do “trabalho social”, já que migrantes apareciam como “novos pobres”, “mal ajustados” que necessitavam de auxílio - e gestão (SAYAD, 1998: 97). Há, como veremos ao longo desta dissertação, uma multiplicidade significativa de atores que compõem um grande tecido social, urbano, político e institucional.

1.1 O hotel, o cinema e a pesquisa em movimento

Em 1951, na Avenida 9 de Julho, no centro de São Paulo, o empresário libanês naturalizado brasileiro, Alexandre Issa Maluf - que na década seguinte seria o segundo presidente da recém criada Câmara de Comércio Brasil-Líbano (CCBL, 2018) - inaugurou o luxuoso Hotel Cambridge. O projeto era do arquiteto húngaro Francisco Beck, sócio do polonês Lucjan Korngold, o qual rompera alguns anos antes sua sociedade com Francisco Matarazzo Neto (FALBEL, 2008), cuja família vinda da Itália foi, sabidamente, uma das principais protagonistas dos processos de industrialização e reestruturação urbana de São Paulo.

Naquele mesmo ano, na Rua Conselheiro Crispiniano, a cerca de 600 metros do Hotel Cambridge, o engenheiro Nelson Scuracchio inaugurou, sob o slogan de “o melhor e o mais luxuoso cinema da América do Sul”, o Cine Marrocos (CINE REPÓRTER, 1951) - onde, três anos depois, seria sediado I Festival Internacional de Cinema do Brasil. Nelson era sócio do casal de arquitetos italianos Ermanno Siffredi e Maria Bardelli, e juntos construíram prédios residenciais no centro da cidade e em Higienópolis, tendo disputado, inclusive, o concurso de escolha do projeto do novo edifício Itália (LORES, 2017). O expoente e patriarca da família de Nelson, João Baptista Scuracchio, foi um importante comerciante e industrial italiano que desembarcou no Brasil em 1886 e chegou a empregar 2 mil operários em três fábricas na cidade (CORREIO PAULISTANO, 1939).

O Cambridge e o Marrocos não foram os únicos empreendimentos deste tipo a serem inaugurados naquela década e tampouco foram os únicos com participação migrante. Como

observa Maria Arminda do Nascimento Arruda (2007), a cidade de São Paulo nos anos 1950 ganhava contornos definitivos de metrópole ao passar por modificações urbanas para além do desenvolvimento da indústria, já que “o comércio e as finanças ingurgitaram o setor terciário” e “os serviços pessoais, com o surgimento de estabelecimentos de luxo” (Ibidem: 137) como hotéis, restaurantes, cinemas e o avanço da própria indústria cinematográfica. A autora ressalta que o desenvolvimento de aparelhos e empresas ligadas a estes setores se deu, de modo geral, com o protagonismo de migrantes transnacionais - sobretudo da primeira geração de descendentes nascidos aqui - os quais ascenderam socialmente com trajetórias que se cruzavam com as da burguesia agrária, em um momento em que as migrações internas passaram a superar os fluxos transnacionais² (Ibidem).

Se o Hotel Cambridge e o Cine Marrocos podem ser considerados símbolos destes processos de reestruturação urbana promovidos pela aliança entre migrantes e não migrantes nas classes dominantes nos anos 1950, com a virada do século estes locais se tornaram palco de alianças muito diferentes ao se converterem em ocupações de moradia. Em 2013, depois de permanecer mais de duas décadas abandonado, o prédio em que funcionara o luxuoso cinema, foi ocupado pelo Movimento Sem Teto de São Paulo (MSTS). No seu auge, segundo estimativa de interlocutores, a ocupação do Cine Marrocos chegou a ter quase 500 famílias, cerca de metade delas compostas por migrantes transnacionais. O Hotel Cambridge, por sua vez, foi ocupado em 2012 pela Frente de Luta por Moradia (FLM), abrigando mais de 150 famílias, com uma presença também relevante de residentes vindos de outros países.

O aumento da presença migrante no Hotel Cambridge e o contexto da elaboração do filme “Era o Hotel Cambridge”, da cineasta Eliane Caffé, resultaram na constituição do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto de São Paulo (GRIST) - uma articulação que incluía, também, migrantes de outras ocupações da FLM, sobretudo da rua José Bonifácio e da avenida Rio Branco. Christo, jornalista e ativista de direitos humanos da RDC, era um ativo membro do GRIST, apesar de não viver em uma ocupação. Certa vez me contou que chegou a cogitar se mudar para uma para ajudar a “proteger sua comunidade” e “informar os imigrantes que vivem lá, que não sabem o que é e por quê de uma ocupação”. Guilan, por

² Entre 1941 e 1949, São Paulo recebeu 431.153 brasileiros de outras partes do Brasil e apenas 45.518 vindos de fora do país; somente em 1954, entre nordestinos e mineiros, chegaram à capital paulista 94.436 pessoas (Arruda, 2007: 139)

sua vez, também da RDC e integrante do GRIST, vivia no Hotel Cambridge, devido, segundo relatou-me, ao preços altos dos aluguéis e exigências como fiador para os contratos.

Issam, palestino refugiado na Síria, conhecera Eliane Caffé antes de viver no Cambridge, indo morar no prédio em decorrência do próprio projeto do filme. Depois, mudou-se para a ocupação Leila Khaled, sobre a qual falaremos adiante. Pitchou, por sua vez, ativista e advogado vindo da RDC, foi um dos mais ativos membros do GRIST, e morava no antigo hotel com a esposa e seus dois filhos. Quando nos conhecemos pessoalmente em 2015, ele articulava o “Festival GRIST de Música de Refugiados e Imigrantes” e, posteriormente, participou da formação da Frente Independente de Refugiados e Imigrantes (FIRI), uma articulação que envolveu o Movimento Palestina Para Tod@s (Mop@t), o qual, junto ao Movimento Terra Livre, foi responsável pela ocupação Leila Khaled em sua primeira fase.

Comento sobre estas conexões para explicitar uma das primeiras razões pela qual minha estratégia etnográfica foi redefinida. Como dito anteriormente, o procedimento de pesquisa planejado era de empreender esforços etnográficos em ocupações específicas no centro da cidade. No entanto, ao começar a vivenciar e observar cada vez mais conexões entre as diferentes ocupações e movimentos, e ao me deslocar junto de alguns interlocutores por diferentes espaços e ocupações não previstos no meu escopo de pesquisa inicial, percebi que assumir uma observação móvel para seguir os movimentos que pretendia entender poderia vir a ser necessário.

A segunda razão por optar seguir trajetórias e circular por diferentes espaços - e até mesmo ampliar o conceito de ocupações, fazendo a observação etnográfica circular também por áreas de loteamento irregular - ocorreu em decorrência de um segundo dado latente em campo: muitos migrantes, como já me alertara Christo, não possuíam um engajamento político nas ocupações nos termos comuns a organizações e movimentos sociais mais institucionalizados. Isso não quer dizer que não houvesse engajamentos, alianças e formas de resistência transnacionalizadas, mas não era possível considerar majoritário o repertório “organizado” de reivindicação ao “direito à cidade” ou “à moradia” - não só entre migrantes, como também entre brasileiros: Christo, Pitchou e Issam eram as exceções.

Falaremos mais das diferentes formas de ação política advindas das alianças de migrantes e não migrantes nas ocupações na Parte II deste texto; o que importa neste momento é

salientar que para compreender estas diferentes formas de resistência à precariedade, a necessidade de uma observação em movimento se impunha. Tanto para compreender as diferenças entre variados movimentos de moradia e para observar formas de resistência alternativas aos movimentos organizados, quanto pelos indícios de que as resistências à precariedade se dão em um paradigma de mobilidade, minha conclusão foi de que eu mesmo não poderia ficar parado.

Além disso, como dito anteriormente em relação à Missão Paz e seus entornos, muitos interlocutores do Cambridge se queixavam da presença frequente e numerosa de pesquisadores. Em algumas atividades no local - e também na Leila Khaled, sobre o que refletiremos na Parte II - a quantidade de pesquisadores e artistas externos a ocupação superava, muitas vezes, a de moradores. Ainda que estas dinâmicas não impedissem minhas interlocuções nestes locais - dada a natureza do meu envolvimento e conexões prévias com alguns interlocutores - elas compunham ambientes específicos e, parecia-me, que até mesmo para poder aferir estas especificidades, circular por outros espaços e conversar com outras pessoas se fazia necessário.

Em outubro de 2016, houve a desocupação do Cine Marrocos, um dos espaços que almejava ter como ponto privilegiado da minha observação etnográfica - afinal, este era um dos maiores símbolos da presença migrante em ocupações de moradia na cidade. As próprias dinâmicas daquela reintegração evidenciaram que minhas questões de pesquisa não se resolveriam sem uma observação móvel das relações entre pessoas e espaços que compõem transitividades, conexões e redes, as quais, de diferentes maneiras, conectam variadas formas de resistências contra processos de opressão e expulsão muito bem conectados entre eles. Foi justamente através dessas conexões que conheci Fenitho, migrante haitiano que morou com a esposa e três filhas no Cine Marrocos, até que o dia da reintegração de posse do prédio chegou.

1.2 Trajetória habitacional de Fenitho

Fenitho nasceu no Haiti em 1981 e, aos 22 anos, mudou-se para a República Dominicana para estudar. Levou dois anos para conseguir se regularizar no país e poder iniciar a

faculdade de Administração de Empresas, a qual concluiu rapidamente nos anos seguintes. Pagava seus estudos e auxiliava nas contas de familiares e amigos com a renda que obtinha instalando azulejos. Tinha sua própria empresa e ficou naquele país por quase 10 anos. A decisão de vir para o Brasil veio depois do nascimento das duas primeiras filhas, gêmeas, especialmente considerando a discriminação contra haitianos na República Dominicana, conforme me contou durante nossa conversa em abril de 2018:

Existe um racismo muito grande. Então é difícil morar lá, e minhas filhas acabavam de nascer lá. (...) Não gostei da forma do tratamento das crianças, aparece racismo dentro, entre as crianças também. Aí decidi: “Não. Vou viajar para outro país”

Nosso contato inicial havia se dado por Whatsapp, por intermédio de um amigo que o conhecia em um dos abrigos pelos quais ele passou antes de ir morar no Cine Marrocos e que também lhe auxiliou a recuperar seus pertences depois da reintegração do prédio. Escrevi a Fenitho contando um pouco sobre minhas reflexões de pesquisa e ele sugeriu que nos encontrássemos na Estação do Brás, na região central. Sentados ali mesmo, em um dos cantos mais silenciosos que encontramos, ele me explicou que morava com a esposa e as filhas em um apartamento alugado ali perto, na Mooca.

Eu havia chegado um pouco atrasado por conta do trânsito na região da Barra Funda em razão de um jogo do Corinthians contra o Palmeiras, ao que ele reagiu contando que por causa de Ronaldo Fenômeno - “Ele é muito querido. Muito, muito querido lá” - já apoiava o Corinthians antes mesmo de chegar ao Brasil. Durante nossa conversa, comemoramos o resultado do jogo (1 X 0 contra o Palmeiras), e ele também me mostrou vídeos de suas performances musicais: ele é cantor gospel e tem se apresentado em igrejas e casamentos evangélicos de migrantes transnacionais e brasileiros.

Fenitho me disse que escolheu São Paulo como destino por recomendação de uma amiga da República Dominicana que já vivia na cidade e “porque é a capital industrial do Brasil. Onde tem muito mais facilidade e possibilidade de mudar de uma coisa para outra”, explicou. Mas o caminho até a capital paulista foi longo. Depois de chegar ao Equador de avião, Fenitho viajou de ônibus por 5 dias até o Acre, onde permaneceu por duas semanas em um abrigo emergencial em Rio Branco. De lá, em um dos aviões oferecidos pelo governo brasileiro para a realocação de migrantes haitianos, viajou a Porto Velho de onde saiu o ônibus, também

organizado pelo governo, que dois dias depois o deixou no Terminal Barra Funda em São Paulo. Veio sozinho, em 2014, e depois de um ano e sete meses foi buscar a esposa e as duas filhas mais velhas - a caçula nasceria no Brasil.

Sua amiga da República Dominicana foi recebê-lo no Terminal Barra Funda e ele ficou hospedado na casa dela por dois dias. Depois, foi morar em uma pensão em Santa Efigênia, no centro da cidade, tendo conseguido um trabalho informal em um restaurante como garçom. Após cerca de duas semanas neste arranjo, soube, pela TV, que haveria um mutirão de emissão de carteiras de trabalho na Missão Paz. Lá chegando, viu que havia migrantes dormindo no salão da igreja e decidiu juntar-se a eles para evitar gastar mais da metade de sua renda como garçom nas diárias da pensão:

(...) fiquei dois dias na casa [da amiga], depois saí, vim morar numa pensão, pagando 18 reais por dia (...) num quartinho pequeno, sozinho (...) e praticamente quando cheguei, no mesmo dia, consegui trabalhar no restaurante, onde tava ganhando 27 reais por dia. (...) Eu fui pra essa pensão, fiquei entre 15 e 18 dias não me lembro bem, depois disso teve um movimento lá na Missão Paz... movimento pra fazer carteira de trabalho, que eu não estava conseguindo. Estava pensando em viajar pra Porto Alegre pra fazer, porque diziam que só em Porto Alegre conseguia, que aqui ia marcar pra seis meses. Aí o Padre Paolo parece que tem um jeito pra resolver isso, aí eu fui lá. Na hora que eu fui lá, vi que tinha um grupo de haitianos já morando dentro do auditório, no mesmo pátio da... Aí decidi ficar lá, em vez de pagar os 18 reais, porque eu tava ganhando 27, pagando 18, tava sobrando uns 9 pra comer, pra fazer tudo: tomar café da manhã e tudo. Aí decidi ficar lá. Fiquei acho que quase 15 dias também, e abriram um setor de refugiados. Como chama? Um acampamento, bem do lado mesmo.

O acampamento a que Fenitho se referia era o Abrigo Emergencial da Prefeitura, aquele que eu acompanhara a desativação enquanto estagiário da Secretaria de Relações Internacionais e Federativas do Município. Fenitho permaneceu lá por cerca de duas semanas, até que participou de um dos encontros promovidos pela Missão Paz entre migrantes e potenciais empregadores. Foi contratado por uma empresa de construção civil e mudou-se para Itaquera, na zona leste da cidade, onde morou em uma casa fornecida pela própria empresa aos trabalhadores:

Éramos dez juntos, na casa deles mesmo. Eles compraram tudo bonitinho e eu fiquei lá por uns dois meses e quinze dias. (...) Eles prometeram um quarto pra cada dois, mas éramos dez e nos conhecíamos, então falamos que não precisava. Ficávamos três em três nos quartos. Aí nós ficamos juntos, falamos que não precisava da separação, porque estava baseado pra

todo mundo ter as coisas separadas, e nós falamos que não precisava, e ficamos juntos. E fiquei lá.

Fenithou contou que, no entanto, não gostou do trabalho de ajudante na construção civil e, terminado o período de experiência, deixou aquele emprego. Procurou uma outra empresa, recomendada por um conhecido, na qual assentaria cerâmicas e azulejos. Todavia, ao chegar no local, constatou que as condições de trabalho e moradia não eram boas: “Quando eu cheguei eu vi que não era bom, porque era dormir na construção e não comia na hora certa, e era comida mal cozida (...)”, me contou. Retornou, então, ao Abrigo Emergencial, onde permaneceu até a desativação do local, esperando até o último momento para ser encaminhado para o abrigo do recém criado Centro de Referência e Acolhida para o Imigrante (CRAI), na Rua Japurá, no centro.

Fenitho trabalhava, neste momento, em uma outra empresa - também assentando azulejos. O objetivo era seguir economizando ao máximo para poder mandar 800 reais mensais para a família e ao mesmo tempo guardar a quantia necessária para viajar à República Dominicana e trazer a esposa e as filhas ao Brasil. Problemas e irregularidades nos pagamentos fariam com que deixasse este emprego depois de um ano e três meses, indo para outra empresa do mesmo ramo, na qual trabalha até hoje.

Ele seguiu morando no abrigo da Japurá por um ano, prazo máximo permitido para permanência no local. Conseguiu, ao final deste período, ser encaminhado para o programa Autonomia em Foco, recém criado pela gestão do prefeito Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores - PT). O programa oferecia abrigo para famílias ou indivíduos em situação de rua que já possuíam renda e caminhavam rumo à “autonomia”. Fenitho foi para um dos albergues do programa, na Rua dos Estudantes, no Glicério: “quem mora lá coopera com 50 reais. Esses quartos são com 4 pessoas, e aí fui lá, fiz uma entrevista, me aceitaram, e fui”.

Finalmente, depois de três meses morando na Rua dos Estudantes, ele viajou à República Dominicana para organizar a vinda da esposa e das filhas. De volta ao Brasil, ficou outro mês no abrigo do Autonomia em Foco até que, às vésperas da chegada da família, alugou um apartamento de um quarto na Santa Ifigênia, por 600 reais: “Moramos um mês lá. Não deu certo, porque [era] muito pequeno, e as meninas ficaram doentes porque não estão

acostumadas a morar tão apertado assim”. Foi quando decidiu se mudar para a Ocupação do Cine Marrocos:

Depois do um mês que eu morei junto com a minha esposa nessa casa, eu falei com um amigo meu haitiano que tá morando na ocupação, ele me falou da ocupação, que ele tá numa ocupação, mas que lá não tem vaga, mas ele vai me levar no Marrocos. (...) Pois, aí ele me levou pra fazer uma inscrição, quinhentos e cinquenta reais. E disseram que era pra pagar duzentos cada mês. Depois... E eu pedi pra me mostrar os quartos antes de inscrever. Disseram que eu não, disseram que eu não... que não mostra. Depois diz que... Depois da inscrição me levaram num quarto, que não é fechado. É fechado, mas é um quarto que até um rato pode empurrar a porta e entra. (...) Não tem normalmente forma de fechar a porta bem pra deixar tudo seguro e sair. Aí falei que não queria, aí falei: “a inscrição, até vou deixar o dinheiro com vocês”, porque não iam devolver, “Eu vou deixar com vocês, vou embora, podem ficar com o dinheiro”. Aí a menina (...) me levou no quarto andar [para ver outro quarto] (...) E fiquei. Aí fiquei com a família toda.

Fenitho morou no Cine Marrocos por sete meses, mas pagou os 200 reais mensais em apenas cinco: “dois não paguei porque anunciaram que iam tirar, desocupar. Fiquei sem pagar”, explicou. Com a desocupação do prédio, ele e a família foram para um abrigo da Prefeitura no Pari, região central da cidade, próximo ao metrô Armênia - ele nos dormitórios masculinos, e a esposa, com as filhas, na parte feminina:

(...) um dia antes, dois dias antes [da reintegração] eu pesquisei casa. Não encontrei. Em lugar nenhum. Lugar nenhum aparece casa. O único que aparece é um apartamento de mil e duzentos reais, muito caro. Tem que esperar, vir a senhora, tem que fazer papelote, tem que levar holerite. Aí é pra ir no escritório trazer holerite. Nem sei onde guardei isso ou aquilo. E não ia dar tempo mais. Porque procurando, procurando, nunca achei. E, porque, eu ia sair dois dias antes. Ia sair, mas só que não deu pra sair. Aí fiquei esperando que vai ter uma última opção. E a opção foi nos levar até [um abrigo perto do metrô] Armênia. Um albergue que chama Pari. Lá fiquei, acho que 18 dias. Não, fiquei um mês lá.

Por intermédio de um fotógrafo que realizara um trabalho no Cine Marrocos, Fenitho conheceu uma ONG que lhe deu algumas doações e lhe ajudou a encontrar a casa para onde se mudou depois de ficar um mês no abrigo do Pari:

[o funcionário da ONG] me ligou, e disse que conhece um lugar onde eu posso conseguir uma casa mais barata. Aí conversei com ele, me levou na rua da Mooca. Aí ele conseguiu o quarto grande com espaço pra tudo. E lá já tem pátio. Aí aceitei, porque além do quarto tem pátio para a criança. Aí fiquei lá até hoje.

Atualmente, apesar de gostar muito do Brasil e das filhas estarem muito contentes na escola - “a mais nova na creche” - Fenitho me contou que cogita mudar-se para o Canadá, onde sua irmã vive. Os planos ainda são incertos, mas o desejo de garantir um lar para a família não: “Ninguém planeja a morte, eu não planejo minha morte. Mas quando eu morrer, se eu não deixar um apartamento pra morar minhas filhas com minha esposa, é uma coisa muito terrível”, me disse.

Figura 2: Principais localidades da Trajetória de Fenitho³

Fonte: Elaboração própria (GoogleMaps)

1:460.000

³ A casa alugada pela empresa em Itaquera não aparece no mapa pois está localizada a cerca de 20km do Cine Marrocos, o que impossibilita a representação gráfica nesta escala.

1.3 Da Leila Khaled à Pompeia

Na Rua Conselheiro Furtado, no bairro da Liberdade, a cerca de 2,5 quilômetros da ocupação em que viveu Fenitho, está a ocupação Leila Khaled. No seu auge a ocupação chegou a ter mais de 120 pessoas: cerca de metade delas vindas de países árabes, sobretudo migrantes vindos da Síria, em sua maioria de origem palestina - daí o nome da ocupação em homenagem à militante da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). O prédio de dez andares foi ocupado em 2015 pelo Movimento Terra Livre em coordenação com o Mop@t. A aproximação inicial entre os movimentos deu em reuniões do Comitê Popular da Copa, um espaço de coordenação apartidária de resistências aos processos de reestruturação urbana no contexto da Copa do Mundo de 2014. Foi lá que Renata, integrante do Terra Livre, conheceu e Hasan e outros membros do Mop@t.

Fundado em 2009 com o objetivo inicial de apoiar os refugiados palestinos reassentados do Iraque para o Brasil, o Mop@t vinha desenvolvendo uma série de atividades de formação e articulações com diferentes movimentos sociais e organizações políticas no marco da solidariedade com o povo palestino e as conexões entre as lutas no Brasil - daí minha interlocução e proximidade prévia com Hasan. O Terra Livre, por sua vez, existe desde 2007, resultado de uma divisão do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), o qual ainda hoje segue ligado ao PT. Renata entrou no movimento em 2009 e eu a conheci também em um contexto de militância política: logo após o início da Leila Khaled, na primeira ocasião em que visitei a ocupação para uma reunião de articulação com o Mop@t - e, desde então, mantivemos contato.

A aproximação do Terra Livre com o tema dos migrantes transnacionais se deu, segundo me contou Renata, antes da ocupação Leila Khaled, já na primeira ocupação do movimento, em um prédio na Barra Funda, no qual receberam moradores bolivianos:

A gente ficou quase um ano nessa ocupação, com moradores dessa outra ocupação que tinha sofrido reintegração, e algumas pessoas novas que acabaram surgindo no meio do processo... (...) A gente tinha 15 bolivianos na ocupação. (...) Com aquela discussão da costura da exploração... de como que eles vêm pro Brasil... Dois deles já moravam nessa outra ocupação que teve a reintegração. O restante veio porque a gente começou a fazer reunião de acolhimento, e ele tinham uma necessidade... Aí a gente teve esses bolivianos, que estavam todos nessa exploração... Alguns deles nessa

exploração da costura, né? A gente sabe bem claro como é essa questão... alguns ainda devendo pra pessoa que trouxe eles pro Brasil.

Com a reintegração do prédio da Barra Funda o Terra Livre ocupou um novo local em Pinheiros, zona oeste da cidade, próximo ao shopping Eldorado, na qual também havia moradores migrantes. Foi neste período que a aproximação com o Mop@t se aprofundou, contou Renata:

A ocupação no Eldorado acho que se aprofundou mais nessa discussão, meu interesse... e eu levando pro movimento essa questão também, né? Dos refugiados. Lá a gente já tinha haitianos na ocupação, no Eldorado. E aí o Hassan foi com uma matéria pra explicar qual era a questão Palestina... E aí foi assim: a galera ficou empolgada, totalmente... de entender. Algumas acharam estranho: "Ah, como a gente vai lidar, né? Com essas pessoas que não falam a mesma língua que a gente, vai ser bem difícil". E aí eu tive a primeira conversa com o Hassan, com o apoio do movimento... que a gente fosse... A princípio era levar pessoas pra ocupação que existia no Eldorado.

Algumas famílias palestinas chegaram a visitar o prédio em Pinheiros, mas a localização não lhes pareceu conveniente. Finalmente, em junho de 2015, o Terra Livre, em coordenação com o Mop@t, ocupou o prédio que viria a ser chamado de Leila Khaled e, em pouco tempo, o local se consolidou como moradia de cerca de 60 famílias migrantes e outras 60 brasileiras. Além da maioria de palestinos vindos da Síria - sobretudo do campo de refugiados de Yarmouk - egípcios, marroquinos, libaneses e sírios também compunham o quadro de moradores da "metade árabe" da ocupação. A maior parte deles chegou à ocupação, de início, buscando uma alternativa às dificuldades de encontrar aluguéis acessíveis, tanto financeiramente quanto burocraticamente, e às pensões pelas quais haviam passado - majoritariamente no Brás, por onde muitos haviam circulado em virtude da Mesquita Brasil e da presença histórica de migrantes árabes nesta região.

Naquele ano, Hassan, que se tornou um dos principais articuladores da relação dos moradores migrantes e o Terra Livre, me relatou que, além de receber dezenas de ligações de palestinos vindos da Síria que já estavam em São Paulo e buscavam moradia ou contatos na cidade, muitas pessoas também lhe enviavam mensagens por Whatsapp antes mesmo de chegarem ao Brasil: "Tem gente que já vem do aeroporto direto para Leila", me disse. De fato, pude comprovar em minhas visitas à ocupação que familiares e amigos de residentes passaram a vir diretamente ao local, sem passar por outros espaços. Ao mesmo tempo, alguns moradores começaram a encontrar outros arranjos de moradia na cidade ou viajaram

em busca de trabalho no Sul do país. Se a perenidade na ocupação dependia de cada trajetória, também é verdade que mesmo para as presenças mais efêmeras, o espaço funcionava - e funciona - como um catalisador de redes e contatos.

Os andares superiores concentraram, a princípio, os moradores árabes e, nos inferiores os brasileiros. A divisão do espaço se deu por comodidade comunicativa, dado que a maior parte dos migrantes ainda não falava português. O elevador raramente funcionava - foi consertado algumas vezes por um dos moradores sírios que trabalhara com isso anteriormente. O sobe-e-desce era feito pelas escadas: um problema para alguns moradores - uma delas, migrante síria, teve sua gravidez de risco ainda mais prejudicada esforço que as escadas implicavam, segundo me contaram alguns interlocutores.

No décimo andar havia um espaço de convivência, onde costumavam ficar alguns dos palestinos mais jovens ou solteiros, assim como visitantes e moradores mais ativos no Terra Livre, fumando, conversando, mexendo no celular e algumas vezes dormindo em um dos sofás. Alguns migrantes também desenvolviam seus negócios - de cabeleireiro a produção de comida árabe - e algumas sessões do grupos de estudos sobre política promovido pelos integrantes do Terra Livre chegaram a acontecer ali - especialmente para viabilizar a presença de migrantes interessados: “Acho que o [foi] o Allah que viu o livro do Chê [Guevara], e pegou, falou tipo: ‘Quero estudar com vocês’. A gente estava fazendo um grupo de estudos e ele e mais um outro árabe que eu não lembro o nome agora... pegou e quis estudar”, contou Renata.

Em 2016, o Terra Livre saiu da ocupação Leila Khaled e o espaço deixou de ser gerenciado por um movimento de moradia organizado. Depois de sair de lá, os integrantes do movimento passaram por uma série de ocupações até que, em novembro de 2017, ocuparam um prédio na Pompeia, bairro na zona oeste da cidade, a poucos quarteirões de onde eu moro. O local estava vazio depois de ter sido desapropriado há mais de cinco anos para a construção da Linha Laranja do Metrô, cuja obra, desde setembro daquele ano, estava parada. O cartaz colado na porta de ferro do edifício explicava este contexto e enunciava: “Diante disso, o Terra Livre reivindica a função social do imóvel e convida você para fazer parte da luta!”.

Na “Ocupa da Pompeia” - como costumávamos nos referir ao prédio - viviam cerca de 50 pessoas, e restavam poucos espaços livres para mais moradores. A ocupação não tinha

acesso à água, pois os moradores não conseguiram religar o prédio ao sistema de água da rua, e seguiam dependendo de galões e baldes que enchiam nas proximidades. Em minha última visita à ocupação, em dezembro de 2018, a ameaça de reintegração imediata havia sido descartada depois de algumas reuniões de negociação com a concessionária do metrô e o batalhão da Polícia Militar.

Nesta última visita eu havia ido ao encontro de Renata, que neste momento já não morava mais no prédio mas seguia ajudando na articulação da ocupação. Havíamos marcado uma conversa mais estruturada sobre uma série de questões relativas a minha pesquisa sobre as quais vínhamos conversando em interações espontâneas ao longo dos anos. Ao chegar no prédio deparei-me com ela e outros moradores reunidos na calçada: há poucas horas haviam sido surpreendidos pela entrada da Polícia Militar, sem mandado, na ocupação. Segundo me contaram, a porta estava destrancada - especularam que uma das crianças deveria ter saído para buscar água e não a fechou - quando dois policiais entraram no edifício, subindo pelas escadas e batendo de porta em porta. Um dos moradores chegou a acordar com um dos policiais dentro de seu quarto com a arma em mãos.

Ao fim da reunião de emergência que ocorreu naquele dia para discutir a questão, a pequena sala de convivência no terceiro andar do prédio permaneceu cheia de modo que um dos moradores ofereceu seu quarto para que Renata e eu pudéssemos conversar. Por quase duas horas falamos sobre temas relevantes à minha pesquisa e nosso ativismo - aos quais voltaremos ao longo deste texto. Ela se lembrou com carinho e saudade de dezenas dos moradores palestinos que conhecera na ocupação Leila Khaled, alguns também conhecidos meus.

1.4 Trajetória habitacional de Yafa

Renata não conheceu Yafa porque esta jovem palestina nascida na Síria, ex-moradora da Leila Khaled, chegou à ocupação depois que o Terra Livre já havia saído de lá. A família de Yafa, assim como a de muitos outros moradores da Leila Khaled foi expulsa pelo Estado de Israel de sua terra natal em 1948 - evento conhecido pelos palestinos como *Nakba* ("catástrofe" em árabe) - tendo seu direito de retorno negado pelo regime israelense de ocupação,

apartheid e colonização desde então. Em 2014, aos 18 anos, com o avanço da guerra na Síria, assim como muitos outros palestinos refugiados naquele país, ela deixou o local. No entanto, seu plano original não era vir a São Paulo: “Eu saí pra Turquia, ilegal. Porque eu quero ir pra Europa pelo mar. Então eu saí ilegal, sozinha”, me contou quando conversávamos no segundo andar do restaurante palestino Al Janiah, no bairro do Bixiga, centro de São Paulo. Ela sugeriu que nos encontrássemos ali pois mais tarde daria aula uma aula particular de árabe no local.

O proprietário do Al Janiah é Hasan, quem, como mencionado, esteve na centralidade da articulação da ocupação Leila Khaled com o Terra Livre, como membro do Mop@t. O restaurante, que leva o nome da vila da qual a família de Hasan foi expulsa durante a Nakba, foi inaugurado alguns meses depois da consolidação da Leila Khaled. A cozinha do local era chefiada por alguns dos residentes palestinos da ocupação e outros trabalhavam no bar, no caixa, e como garçons. Inicialmente localizado na Rua Álvaro de Carvalho em um pequeno espaço, o Al Janiah, assim como a ocupação Leila Khaled, ganhou muita visibilidade na imprensa o que fez com que empreendimento logo se mudasse para um espaço maior, na Rua Rui Barbosa.

Yafa e eu havíamos nos conhecido ali há cerca de um ano, em junho de 2017, quando ela trabalhava como garçoneiro no local. Começamos a conversar mais depois que nos encontramos na primeira aula de uma oficina de audiovisual na USP, a qual eu abandonei, mas ela concluiu, realizando um curta sobre a ocupação Leila Khaled como trabalho final do curso. Ela já realizara alguns outros curtas e, antes de trabalhar no Al Janiah, disse que também trabalhou em eventos “[direcionados] só pros *refugiados*”, colocando uma ênfase crítica e irônica no termo - uma referência ao “humanitarismo” que lhe desagradava e sobre o qual refletiremos na Parte II.

Ela me contou que deixou Homs, na Síria, sozinha. A mãe e o pai, que estava doente, ficaram na cidade; seu irmão já morava na Malásia; e a irmã estava casada na Jordânia. A viagem à Turquia, por terra, levou 24 horas:

Passei em várias coisas, todos os grupos que tá na Síria, eu passei. Dormi numa casa de um cara do Daesh (ISIS) (*risos*). Sério. Eu estava com dezoito anos. Dezesete, dezoito. Então eu passei com ele e a polícia... Eu fiquei presa com a polícia da Turquia 40 minutos. A gente tava correndo, queria passar essa fronteira, ilegal, pra Turquia. Eles começaram a pegar o fogo

(gesto de tiros para cima com as mãos), assim, pra cima, e a gente caiu. Tava eu e outra menina, do [campo de refugiados palestinos de] Yarmouk, com o marido dela, e dois meninos que não conheço, também. Eles são amigos (...)

Yafa me contava tudo isso rindo, mas neste ponto da narrativa sua voz ficou embargada. Ela fez uma pausa, respirou fundo e, em tom sério, continuou:

(...) Eu fiquei presa com eles 40 minutos com olhos fechados, arma aqui, e blablablá, não sei o quê. Eu não sabia quem eram eles, porque tem muitos grupos lá, e eu não sabia qual o grupo deles.

Com o desfecho da detenção o tom voltou a mudar: “Então eles acharam uma caixa assim, de cigarro. Eles pegaram a caixa de cigarro e falaram... pode passar”, contou, rindo novamente. Nos primeiros dias na Turquia, ela foi para um hotel em Mersin, cidade mediterrânea ao sul do país, com o objetivo de seguir viagem para a Europa. Na primeira tentativa, por barco, “a polícia pegou a viagem (...) antes de subir no barco”. Na segunda, “pela floresta”, ela ficou com medo e retornou a Mercin:

Eu tenho família lá. Tenho uns primos, primas. Assim, eu fiquei lá três meses com eles. Por hotéis, assim, a gente vira de um hotel pro outro, de uma cidade pra outra. Depois eu achei uma casa, do lado de uma outra amiga, com o marido dela. (...) Então eu fiquei lá 7 meses.

A decisão de vir ao Brasil ocorreu porque o irmão, na Malásia, viu na internet que sírios poderiam entrar no país com facilidade, depois que o governo brasileiro modificou o critério para emissão de vistos para sírios, permitindo a entrada no país por “razões humanitárias” (BRASIL, 2013). Ela foi ao consulado brasileiro em Ancara e em 15 minutos saiu com o visto brasileiro. Como havia entrado de modo irregular na Turquia, teria que pagar uma taxa de 700 dólares no aeroporto para deixar o país, o que atrasou um pouco sua viagem. Conseguiu, afinal, uma autorização especial para deixar a Turquia em 48 horas e veio para o Brasil. Yafa chegou ao aeroporto de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, no dia 6 de maio de 2015; e lá, o irmão e a irmã, que haviam chegado há apenas 15 dias, esperavam por ela:

Eles acharam uma casa lá em Guarulhos (...) A gente ficou, a minha irmã, o marido dela, o filho dela, meu irmão, eu, numa casa de um quarto. Uma sala pequena, uma cozinha, um banheiro. (...) Eles acharam essa casa porque o meu cunhado, ele achou um grupo no Facebook, alguém árabe, ele falou com ele. Ele trabalha com umas casas, papapá, e ele alugou essa casa.

Depois de três meses morando em Guarulhos, foram para um apartamento em Cidade Patriarca, zona leste da cidade - “mais perto do centro, e mais perto do metrô. Mais fácil pra gente”, explicou.

Cinco meses depois, com o falecimento do pai na Síria, a mãe se juntou a eles. Eu a conheci brevemente em uma manifestação de solidariedade ao povo palestino na Av. Paulista, no marco dos 70 da Nakba, à qual Yafa compareceu e levou sua mãe. Enquanto eu e Yafa fazíamos cartazes e nos preparávamos para o começo da manifestação, contei a elas que eu havia acabado de retornar de uma viagem à Palestina, listando os locais que visitara, na Cisjordânia e no território que hoje é o Estado de Israel. Em alusão ao fato de que nem ela, nem a mãe, nem o irmão ou a irmã, podem retornar à casa de onde a família foi expulsa há exatos 70 anos da data que rememorávamos, Yafa me disse: “você realizou o sonho da gente que é palestino”.

Com a chegada da mãe ao Brasil, Yafa contou que eles passaram a morar todos juntos no Patriarca por três meses até que o irmão se mudou para Balneário Camburiú, em Santa Catarina, Sul do país. Segundo ela, ele enfrentou mais dificuldades para alugar uma casa lá do que em São Paulo:

Lá é mais difícil do que aqui. Lá é só fiador, não pode depósito. Ele achou um fiador. Ele é do Egito, mas ele tem um RG brasileiro, ele tem muitos apartamentos no nome dele, então ele fez o fiador pra ele, porque estavam trabalhando juntos.

A essa altura, Yafa, a irmã e o cunhado haviam se mudado para Santo Amaro, em uma casa emprestada por uma família de origem síria que o cunhado conhecera por intermédio de Nilda, uma das coordenadoras da Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes (Bibliaspa): “Eles deram pra gente uma casa por uma ano, pra gente arrumar um outro lugar mais perto do centro”, Yafa explicou. Depois de alguns meses morando lá, decidiu se juntar à mãe e ao irmão em Santa Catarina, onde permaneceu por 6 meses, até que retornou a Santo Amaro.

Nesta época, Yafa já estava trabalhando no Al Janiah e a locomoção não era fácil, especialmente no período da noite: “Santo Amaro é bem longe”, disse. Ela contou que conhecera o Al Janiah em seu antigo local, na Rua Álvaro de Carvalho: “A gente ouviu que tinha um restaurante palestino... e foi lá”. Já no novo endereço, começou trabalhando como

garçonete e depois no caixa do restaurante. Com a mudança da irmã para um apartamento menor no centro, veio a decisão de ir para a ocupação Leila Khaled:

Eu estou ficando doze horas, trabalhando doze horas. Eu chego às seis e saio às seis, sete horas de manhã. E é meio bagunça, então comecei a cansar. Porque eu volto de Uber, e é uma hora e meia até eu chegar pra cá. (...) Tipo assim, pra mim... Eu emagreci 10 quilos. Então [minha irmã] achou uma casa aqui... Um apartamento aqui no centro, mas bem pequeno. Um quarto, uma sala e cozinha. Ela tem dois filhos e o marido dela. Então não dá pra eu morar com ela. Eu falei com o Hassan, e mudei pro Leila Khaled

Yafa permaneceu na ocupação por seis meses, o tempo necessário, segundo ela, para convencer a mãe de que moraria com amigos brasileiros em um apartamento na Praça Roosevelt, centro de São Paulo. Ela explicou que a ocupação apareceu como um arranjo habitacional mais palatável para mãe, até que ela aceitasse a ideia de que Yafa moraria sem nenhum membro da família:

Eu trabalho, eu consigo alugar um quarto em uma casa. Mas eu mudei pro Leila Khaled, por que? Porque lá tem muitos árabes, muitos palestinos. A minha mãe, ela não aceita a ideia de que eu more sozinha. É bem difícil pra ela, porque ela é bem oriental, bem religiosa. E uma menina, ela tem vinte e um anos, ela sai da casa da mãe dela, depois ela vai sair da casa da irmã dela, ela quer morar sozinha no Brasil. É bem complicado pra ela. Então eu pedi pra ela: “Eu vou morar no Leila Khaled. Tem muitos árabes, você vai...” (...) Eu demorei seis meses só pra entrar a ideia na cabeça da minha mãe, pra eu alugar um quarto numa casa com brasileiros. No final ela aceitou. Eu aluguei um quarto aqui na praça Roosevelt com meus amigos.

A informação de que havia um quarto vago no apartamento da Roosevelt chegou por meio da namorada brasileira de um outro palestino residente da Leila Khaled que trabalhava no Al Jannah, que conhecia uma das moradoras brasileiras do apartamento, a qual também trabalhava no restaurante. Atualmente, ela se sustenta dando aulas de árabe e através de um projeto de documentário. Fiquei especialmente contente com essa notícia pois apenas algumas semanas antes, eu lhe havia recomendado a uma colega da diretora do documentário, a qual me havia procurado depois de uma reunião de articulação do movimento BDS em São Paulo pedindo indicações de “refugiadas palestinas ativistas” que pudessem participar do projeto.

1.5 A fábrica da Mooca e os 40 mil tijolos

Nem sempre minha relação com interlocutores e espaços dispensou esforços específicos de “entrada em campo”, ou se nutriu de relações prévias de ativismo e amizade como as descritas até aqui. No caso da ocupação da Mooca sobre a qual falaremos agora, minha aproximação se deu depois que, no dia 13 de setembro de 2018, o jornal Folha de São Paulo noticiou que uma antiga fábrica no bairro havia sido “invadida por sem-teto”, destacando a presença de haitianos entre os “ocupantes”, os quais, curiosamente, seriam os únicos a construir em alvenaria no espaço (GRANCONATO, 2018).

Intrigado com a reportagem, contactei o colega pesquisador Tiago Rangel e fomos juntos visitar o local naquele mesmo dia. Dada nossa experiência anterior em outras ocupações, não esperávamos muitos desdobramentos de uma visita feita sem nenhuma conexão prévia com movimentos ou moradores no local. Fomos surpreendidos, no entanto, com uma ampla abertura, tanto física - o acesso principal ao interior era livre - quanto interpessoal: não levou mais do alguns minutos para que estivéssemos conversando com alguns moradores e articuladores da ocupação, caminhando por entre as construções que se levantavam dentro do que um dia fora uma fábrica têxtil.

A Fábrica de Tecidos Labor operou de 1910 a 1987, período que coincide justamente com a ascensão da capital paulista como pólo de produção industrial do estado e desconcentração promovida pela expansão das indústrias para o interior (cf. LENCIONI, 1999). O fundador da fábrica, Giovanni Crespi, foi um empresário italiano do ramo da tecelagem que migrou para o Brasil em 1900 e cuja família foi protagonista de grandes processos de reestruturação urbana em São Paulo - seu maior expoente, Rodolfo Crespi, fundou a primeira fábrica têxtil da cidade em 1897, também na Mooca (Lloyd, 1913).

Depois de funcionar como uma casa noturna entre 2000 e 2005, o prédio da antiga fábrica Labor permaneceu abandonado, sob propriedade de Salma Administração de Bens Imóveis Ltda., tendo sido tombado, em 2014, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, o qual considerou o local um:

registro do período de formação do parque industrial da Mooca, tratando-se de um exemplar das profundas transformações da paisagem urbana daquela região no esteio da ocupação dos espaços pelas indústrias e imigrantes que ali se estabeleceram, tornando-o lugar de trabalhar e morar

e constituindo-o como um dos principais redutos fabris e operários de São Paulo (CONDEPHAAT, 2014).

Na publicação “Impressões do Brasil no Séclo Vinte” (LLOYD et al., 1913) encontra-se um registro fotográfico da fábrica em funcionamento (Figura 3), o qual, se observado ao lado de uma foto atual (Figura 4), torna ainda mais simbólica a trajetória deste local, por onde passaram milhares de operários brasileiros e italianos no início do século XX, e que hoje se configura como moradia para centenas de famílias brasileiras, haitianas, bolivianas, angolanas, paraguaias, congolesas, entre outras nacionalidades, que resistem à precariedade em pleno século XXI.

Figura 3 - Galpão da Fábrica de Tecidos Labor (1913)

Fonte: “Impressões do Brasil no Séclo Vinte”

Figura 4 - Ocupação na Mooca (Dezembro, 2018)

Fonte: Acervo pessoal

Ao todo, são mais de 15 mil metros quadrados de galpões, salas, pátios e chaminés que se estendem em um terreno de mais de 14 mil metros quadrados, nas proximidades do centro da cidade, no princípio da zona leste, e próximo ao Glicério, onde se encontra a Missão Paz. Uma parte desta área está ocupada desde novembro de 2017, a qual chamaremos de Lado A e onde a presença de migrantes transnacionais não é significativa. A ocupação que Tiago e eu agora conhecíamos, por sua vez, iniciou-se em julho de 2018, em um outra parte do prédio, a qual chamaremos de Lado B, e onde a maioria dos moradores é migrante, sobretudo haitiana.

Em nossa primeira visita, o fluxo de pessoas carregando tijolos para o interior do prédio era intenso. Ao lado de um caminhão de uma loja de materiais de construção na porta da ocupação, o entregador do estabelecimento, localizado nas proximidades, contou-me que já haviam vendido mais de 40 mil tijolos “para os haitianos”. De fato, eram os haitianos que,

quase unanimemente, construíam em alvenaria, enquanto os brasileiros utilizavam madeiras, tapumes e lonas na construção de seus barracos - uma dinâmica sobre a qual refletiremos na Parte II.

Algumas pessoas que estavam na porta nomearam “um dos responsáveis” pela ocupação e entramos perguntando por ele a alguns migrantes haitianos que erguiam paredes de tijolos no interior dos galpões - alguns construíam suas próprias casas, outros haviam sido contratados por outros haitianos para trabalhar na construção. Onde não havia construções em andamento, fileiras de tijolos já delimitavam o perímetro das futuras casas, o que, somado aos barracos que já estavam prontos, formavam ruas dentro dos galpões e pátios da antiga fábrica.

Chegamos à casa indicada e terminamos por conhecer outro “responsável”, que estava acompanhado de Marcela, moradora com quem mantive interlocução em outras visitas, e sobre quem voltaremos a falar. Eles nos contaram que a ocupação do Lado B começou com um grupo de 20 pessoas, em sua maioria de moradores do Lado A. A presença migrante começou, segundo eles, quando um haitiano passou pelo local no dia seguinte: depois que lhe informaram que ele poderia não só morar ali como também poderia chamar outras pessoas, diversos haitianos e também migrantes de outras nacionalidades começaram a chegar ao local - a proximidade à Missão Paz, sem dúvidas, colaborou.

Durante nossa primeira visita à Mooca, nossa caminhada com nossos interlocutores foi interrompida algumas vezes por pessoas, migrantes e não migrantes, que chegavam à ocupação pela primeira vez e buscavam informações sobre vagas e condições para se mudar. Um brasileiro saiu desapontado ao ser informado que apenas famílias poderiam viver no local - homens solteiros não acompanhados não são permitidos: “É a única regra que a gente tem. Essa e de não poder vender os espaços”, nos explicou um de nossos interlocutores.

O entra e sai naquele dia era intenso, não à toa, o crescimento do número de famílias vivendo no Lado B pôde ser observado ao longo dos 3 meses que se passaram desde aquela primeira visita. Em setembro, nossos interlocutores estimavam que havia cerca de 100 famílias naquela ocupação, enquanto em dezembro, 257 já estavam devidamente instaladas e outras 326 construindo suas casas e barracos - e novos moradores não paravam de chegar.

Um dos residentes mais recentes, que conheci em dezembro de 2018, chegou do Haiti a São Paulo havia 4 anos, de avião, mas logo se mudou para o interior de Minas Gerais, levado por uma empresa para trabalhar como carpinteiro e morando em uma casa emprestada até hoje. Ele, a esposa e os quatro filhos, planejavam se mudar de volta para São Paulo em busca de mais oportunidades de emprego, mas a perspectiva de pagar aluguel os impedia. Ao saber da ocupação da Mooca por um amigo haitiano, veio finalmente para a cidade, e agora constrói sua casa e uma oficina de marcenaria na ocupação. Planeja, em breve, que a esposa e os filhos se juntem a ele.

A possibilidade de não pagar aluguel é a razão majoritária para viver na ocupação. Um interlocutor haitiano decidiu construir uma casa no segundo andar de um dos galpões da antiga fábrica para fugir do aluguel de 600 reais na Rua dos Estudantes. Patricia, uma interlocutora, que chegou do Haiti em 2015, com dois filhos e teve um terceiro no Brasil, decidiu construir um barraco na Mooca para se livrar do aluguel de 400 reais por mês, cobrado por um locatário desonesto e violento em um casarão velho com telhado furado no centro da cidade. Desempregada e vivendo de “bicos”, ela recebia o Bolsa Família até que há 8 meses o benefício foi cancelado - ela não sabe porquê. Ela é uma das residentes haitianas que optou por não construir uma casa de alvenaria e recolheu as placas de madeira e outros itens de restos de obras pela região, contratando apenas alguns serviços de mão-de-obra.

As redes de contato que levam as pessoas às ocupações, pude constatar, operam através de encontros variados, momentâneos e situados promovidos pela própria dinâmica da cidade. Patricia nos contou, por exemplo, que conheceu uma amiga angolana que chegou no Brasil em 2014 e tem oito filhos, quando ambas vendiam balas e doces em semáforos na cidade, e lhe apresentou a ocupação na Mooca: “Depois tem um mês que ela conseguiu emprego, eu levo ela aqui ver se ela gosta, ela falou ‘tá bom, eu mando dinheiro pro meu país, tá bom aqui’”, disse. Marcela, por sua vez, nos contou que antes de se mudar para a ocupação do Lado A, e posteriormente ao Lado B, vivera em uma ocupação da FLM na Rua José Bonifácio, no centro da cidade. Ela havia deixado aquele local por discordâncias com regras e dinâmicas daquele movimento de moradia e chegou à ocupação na Mooca por intermédio de uma moradora do Lado A, a qual também morara em uma outra ocupação, no Cambuci, quem

conheceu em uma igreja em que ambas buscavam cestas básicas, nas proximidades da ocupação da Mooca.

1.6 Entrecruzamentos de trajetórias e espaços

Em minha última visita à Mooca, soube que Marcela havia deixado o local depois de alguns desentendimentos e conflitos com dinâmicas internas, partindo para outra ocupação. Ao longo de minha pesquisa, pude constatar que esta circulação de pessoas entre ocupações é comum, e não depende apenas de discordâncias com os movimentos ou dinâmicas específicas de uma ou outra ocupação. O que o campo etnográfico revela é que as ocupações se constituem, essencialmente, pela mobilidade de atores urbanos, migrantes ou não, cuja circulação na cidade - e resistência a dinâmicas urbanas de deslocamento - é inerente à tentativa de vencer a condição precária que lhes é imposta. Seja pelos altos preços dos aluguéis, seja por processos variados de expulsão direta - que incluem, como veremos, processos de reintegrações de posse, incêndios, desabamentos e enchentes - as ocupações, de prédios ou de loteamentos irregulares, aparecem como pontos de entrecruzamentos de diferentes trajetórias habitacionais, de pessoas que passaram - e, provavelmente, passarão - por diferentes moradias, formais e informais, ao longo de suas vidas - as ocupações entre elas.

Nesse sentido, vale observar algumas trajetórias de migrantes e não migrantes que se entrecruzam por diferentes ocupações, evidenciando agenciamentos, circuitos e redes que a experiência urbana de diferentes atores engendra, atestando que estes espaços cinzentos são importantes conectores urbanos. É o caso, por exemplo, de uma interlocutora brasileira do Lado B na Mooca, que morou grande parte de sua vida no Moinho, favela localizada no centro de São Paulo - a única remanescente nesta região - e onde ainda hoje vivem mais de 500 famílias em uma área ocupada há mais de 25 anos. Em 2011, depois do incêndio que destruiu mais de 300 barracos do local, ela tentou morar “de aluguel” por um curto período de tempo, até que se mudou para a ocupação Prestes Maia do MMLJ. Por discordâncias com regras e dinâmicas da ocupação, deixou o local e mudou-se para a ocupação da Mooca.

Figura 5: Algumas localidades e entrecruzamentos

Fonte: Elaboração própria (GoogleMaps)

1:200.000

Moinho	Ocupa da Mooca	Casa Amarela
Prestes Maia	Leila Khaled	Ouvidor 63
Prédio de Vidro	Jardim Pantanal	Marias da Consolação
Alagados do Pantanal	Ocupa da Pompeia	Carolina Resiste

Lá também chegaram “migrantes que vieram do prédio de vidro” - como muitos se referem ao edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandú, o qual, depois de um incêndio, desabou no dia 1 de maio de 2018. Naquela ocupação, de acordo com registros da Prefeitura de São Paulo, moravam 171 famílias, 46 delas compostas por migrantes de mais de 12 nacionalidades, em sua maioria angolanos (G1 SP, 2018). O destino dessas famílias foi variado: algumas passaram a receber auxílio-moradia, outras permaneceram acampadas no Largo por três meses, houve pessoas que foram para albergues, e alguma famílias foram para outras ocupações. Para muitas delas, como ressalta Felipe Villela (2018), esta tampouco “era a primeira mudança forçada”:

É o caso de Deise, que passou a acampar no Largo do Paissandu. A barraca de camping, instalada em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e à antiga morada incendiada, é mais um lar improvisado. Sete anos atrás, ela sofreu outra mudança indesejada, quando um incêndio destruiu a casa onde morava na Favela do Moinho. Passou a morar numa ocupação na Avenida Rio Branco, em Campos Elíseos, mas em abril deste ano foi expulsa de casa pelo governo do Estado, para que o quarteirão onde morava com centenas de outras famílias pudesse dar lugar a um hospital. Viveu na Torre de Vidro por apenas duas semanas, até tudo virar cinzas (VILLELA, 2018).

Uma das famílias do “prédio de vidro” também chegou à ocupação da Pompeia, já na manhã seguinte ao desabamento. “Acho que ela era filipina e ele haitiano”, me contou Renata. A família permaneceu na Pompeia por dois meses, deixando a ocupação para morar “de aluguel” em Arthur Alvim, na zona leste da cidade. Pouco tempo depois acabaram indo para outra ocupação. Renata me contou como a chegada deles à Pompéia aconteceu:

Quando a gente ficou sabendo que tinha um prédio no Centro pegando fogo, eu lembro... Os meninos não queriam que eu fosse, porque eu estava gestante na época... E aí, tipo: -" Eu vou, claro que eu tenho que ir nisso". (...) A gente conseguiu chegar perto dos bombeiros, chegar bem perto de onde estava. Só que quando a gente estava chegando no Teatro, antes de chegar no Teatro, o prédio caiu. Então a gente chegou, o prédio já tinha caído... Estavam chegando os bombeiros, essas coisas todas. E a gente pensou, “de que forma a gente pode ajudar?”. Tinha uma menina junto com a gente que já tinha feito um trabalho com bombeiro. Então a gente conversou com eles, e a gente encontrou uma forma de ajudar eles ali. Era conversar com todos os moradores que estavam ali, e fazer uma lista de quem eles estavam sentindo falta. (...) Eu e essa menina, que estávamos conversando com o pessoal. Então a gente foi conversando com as pessoas. Nisso, mais três companheiros (...) viram essa família que estava chorando. Tinha duas crianças, duas meninas... uma de um aninho e outra de cinco, e foram conversar. E viram que ele falava inglês, e uma das meninas começou a conversar com ele em inglês. E aí foram conversar do cadastro, e aí tava aquela coisa... (..) E aí as meninas conversaram com eles, falaram que não queriam ir pro galpão... Então a gente falou da ocupação. (...) [E eles vieram] de manhã. (...) Eu fiquei até às 10 da manhã. Os meninos ficaram até às 9:30, lá. Pra trazer eles pra cá. (...) A perua mesmo da Prefeitura trouxe eles até aqui, pra ver pra onde eles estavam indo. Então a perua trouxe eles pra cá, eles aceitaram.

Eles não foram os únicos migrantes vindos de outras ocupações a chegar na Pompeia. Tarik, palestino, vindo da Síria, havia morado na Leila Khaled e, quando o Terra Livre deixou o prédio, foi com eles para outra ocupação do movimento, a Carolina Resiste, na Rua dos Pinheiros, zona oeste da cidade. Voltou a contactar o movimento quando eles já estavam na Pompeia e mora lá desde então.

Por sua vez, Denik, nigeriana, passou pelas ocupações Casa Amarela e Ouvidor 63, localizadas no centro da cidade. Ambos espaços, pude constatar, apresentam lógicas bem específicas, diferentes de outras ocupações de moradia: neles a maioria dos residentes, migrantes e não migrantes, são artistas e a proposta é que os locais sejam, especificamente, pontos de criação e circulação de arte. Expulsa da Ouvidor, Denik foi acolhida na Ocupação dos Marias da Consolação, na Rua da Consolação, centro. Lá, conheceu integrantes do Terra Livre que

também haviam sido recebidos ali depois que sofreram uma reintegração de posse em uma ocupação anterior. Em novembro de 2017, com a reintegração do prédio dos Marias, Denik se mudou, junto com os integrantes do Terra Livre, para o prédio hoje ocupado na Pompeia.

Esta foi uma das 13 reintegrações de posse que os integrantes do Terra sofreram até chegarem à Pompeia desde que haviam deixado a ocupação Leila Khaled, dois anos antes. Foi nesse intermeio de deslocamentos, quando o grupo ocupava um prédio na Av. 9 de Julho, que um interlocutor brasileiro, que conheci quando residia na Ocupa da Pompeia, conheceu o Terra Livre. Ele morava há alguns anos na rua, com sua namorada, que conheceu, segundo me contou, depois de deixar uma ocupação na Rua dos Advogados, na qual chegou a ser responsável pelo recolhimento das contribuições dos moradores. Depois de divergências com os responsáveis daquela ocupação ele deixou o local e decidiu morar na rua, certo de que nunca voltaria a morar em ocupação alguma. No entanto, sua namorada encontrou uma amiga que lhes disse que “o Terra Livre era diferente”, de modo que ele partiu, desconfiado, para uma primeira reunião, na qual conheceu Renata - gostou do movimento e com eles permaneceu desde então.

O próprio envolvimento de Renata com o Terra se deu a partir de sua trajetória em uma outra ocupação, não de um prédio, mas de um bairro: o Jardim Pantanal, na zona leste da cidade. Lá, onde até hoje tem um terreno em que moram sua mãe e outros familiares, ela fazia parte do Movimento de Urbanização e Legalização do Jardim Pantanal, o MULP. Desde 1986, os moradores e moradoras deste bairro resistem a diferentes lógicas de expulsão, destacando-se, neste caso, as enchentes. Em 2009, depois que mais uma vez o local foi inundado - e frente a intensificação da implementação do projeto do Parque Linear do Tietê - o MULP começou uma articulação com o Terra Livre para empreender ações de resistência fora do Jardim Pantanal.

Em nossa conversa em minha última visita à ocupação da Pompeia, em dezembro de 2018, Renata me contou que depois de pesquisarem entre diferentes áreas sob decreto de interesse social, os moradores do Jardim Pantanal e integrantes do Terra Livre escolheram ocupar um terreno na Vila Curuçá, também na zona leste da cidade, onde, por pouco mais de um mês, existiu a Ocupação Alagados do Pantanal. Renata participou desta ocupação:

A gente ficou 34 dias de uma forma absurda, 24 horas com polícia, não deixando entrar água, alimentação... Foi bem tenso. A gente só conseguia

bastante coisa quando vinha o pessoal visitar. Quando vinha o pessoal da Universidade pra conhecer a ocupação, ou vinha pessoal de partido... Aí conseguia quebrar [o cerco], tipo... da gente conseguir sair, trazer coisa... Tirando isso era uma pressão total, 24 horas por dia. Essa foi minha primeira ação como Terra Livre, dentro do movimento, na Vila Curuçá.

Não muito longe dali, o projeto do Parque Linear do Tietê também ameaçou remover mais de 200 casas em outro local de ocupação irregular, o Jardim Piratininga, onde hoje vive Gloria, cuja trajetória habitacional analisaremos adiante. Seu Daniel, liderança comunitária do bairro - sobre quem falaremos mais posteriormente -, relatou que, em 2009, a mobilização dos moradores pressionou a Subprefeitura da Penha até que conquistaram o desvio de um canal do projeto para o interior do parque. A faixa de terreno que ficou entre o desvio e o córrego foi rapidamente ocupada por novas construções: “não sobra um espaço verde, é muita ocupação”, disse Daniel.

Foi justamente ao lado do córrego recém canalizado do Jardim Piratininga que, em 2014, José Luis, migrante quechua vindo do Perú cuja trajetória habitacional observaremos na sequência, comprou um terreno e construiu uma casa, a qual atualmente aluga, pois se mudou para outro loteamento irregular em Osasco, zona leste da grande São Paulo, o Jardim Açucará.

1.7 Trajetória habitacional de José Luis

Conheci José Luis em 2010. Na época, eu estava em meu primeiro ano da graduação em Relações Internacionais na USP e integrava o projeto Educar para o Mundo. Ele trabalhava em uma das principais organizações interlocutoras do projeto naquele momento - uma organização de apoio a migrantes ligada à Igreja Católica. Ainda que não tenhamos mantido contato muito próximo ao longo dos anos, amigos em comum, o Facebook, e eventuais eventos em que nos encontrávamos, fizeram com que laços de conexão entre nós seguissem existindo. Escrevi a ele contando sobre minha pesquisa e dizendo que estava interessado em suas análises sobre o tema e sobre sua própria trajetória habitacional na cidade. Ele sugeriu que nos encontrássemos no MASP, na Avenida Paulista, algumas horas antes da 12ª Marcha do Imigrante, à qual ambos iríamos no dia 02 de dezembro de 2018.

Do MASP fomos ao local que ele havia escolhido, cuidadosamente, para nossa conversa: o segundo andar do Shopping Market Paulista, onde Hasan, um migrante palestino vindo da Síria e morador da ocupação Leila Khaled, tem um quiosque de comida palestina. “Imaginei que você fosse gostar de vir aqui porque ele é lá da ocupação, né. É bom também que dá pra gente sentar e conversar sem muito barulho”, me disse José Luis. Ele me contou que quem lhe apresentara o local fora uma amiga palestina que temos em comum, a qual trabalhara com ele no CRAI, seu último emprego formal. Atualmente, ele vende roupas do Brás como camelô.

No início dos anos 1990, José Luis deixou o Peru sozinho, aos 9 anos de idade, e chegou a Bolívia - país que define, rindo, como seu “centro de operações”, já que foi de onde saiu e para onde voltou muitas vezes ao longo de sua vida. Seu objetivo era chegar à Argentina - “porque nessa época se falava que a Argentina era muito rica né?” - mas o “controle migratório muito forte” não permitiu que ele, na época com 12 anos, entrasse no país sozinho e sem documentos. Ao todo, permaneceu em La Paz por 15 anos, e nos 6 primeiros viveu na rua. Tornou-se próximo de um sacerdote alemão que estava articulando a abertura de um abrigo para meninas em situação de rua com um grupo de freiras mexicanas, e lhe sugeriu que o abrigo fosse também para meninos. José Luis ajudou, então, na criação e administração do local por alguns meses. Neste período, havia outros dois migrantes morando lá: “Éramos três. Só que ninguém sabia que éramos migrantes, porque na Bolívia não tem esse foco de ser migrante... Não tem. Tanto que eu descobri que eu era migrante só no Brasil. E isso que eu saí da minha casa aos 9 anos”, ressaltou.

A primeira mudança para o Brasil aconteceu em 2006. Na época ele fazia faculdade, estudava Relações Internacionais e Ciência Política, e estava com dificuldades de pagar o aluguel da casa em que vivia. Tendo concluído o semestre letivo, decidiu ir à São Paulo trabalhar na oficina de costura de um amigo de infância por três meses para juntar dinheiro e depois retornar à Bolívia. “Mas não voltei”, me contou rindo, “voltei depois de um ano e meio”. De volta à Bolívia, retomou a universidade mas depois decidiu ajudar um amigo que precisava sair do país e juntos partiram para a Argentina, contratados por uma empresa de costura. Naquele período, moraram em uma casa ao lado da oficina, alugada pela própria empresa. Foi depois disso que, em 2009, voltou ao Brasil, onde permanece até hoje.

No primeiro período que morou em São Paulo, seus arranjos habitacionais foram diversos. Inicialmente, morou na própria oficina de costura de seu amigo, na qual trabalhou por três meses:

Foi três meses, aí depois de três meses eu não consegui me adequar ao sistema. Eu sempre fui uma pessoa que precisou de liberdade, falar com gente, com pessoas, tudo isso. Então trabalhar 12, 14 horas fechado, ouvindo a mesma música... Praticamente você só escuta a mesma música, porque eles colocaram umas regras de que - nessa época era assim, não sei como é agora - cada um tem uma hora pra escutar a música que quer, então, você tem um cara que sempre vai escutar a mesma música (risos)

Foi nesta ocasião, através do rádio, que José Luis soube da realização da primeira Marcha do Imigrante, a qual, coincidentemente, era realizada pela 12ª vez no dia de nossa conversa. Uma das rádios comunitárias bolivianas que ouviam na oficina divulgou o ato que aconteceria na Praça Kantuta, no Canindé, e para lá foi José Luis. Foi neste dia que conheceu um dos coordenadores da organização ligada à Igreja Católica na qual viria a trabalhar no seu retorno ao Brasil.

Ao deixar de trabalhar como costureiro, José Luis foi trabalhar em uma padaria, cujo dono, um migrante boliviano, também tinha uma oficina de costura e alugava uma casa para os empregados. José Luis morou lá - "*Compartía* a casa com uns paraguaios" - até voltar para a Bolívia. Ao retornar para o Brasil, voltou a trabalhar nesta mesma padaria para poder morar no local novamente: "eu fazia um bico na padaria, pra não pagar aluguel", explicou.

Finalmente, a organização, cujo coordenador conhecera na Praça Kantuta, lhe contactou com uma oportunidade de trabalho, o que lhe possibilitou um novo arranjo de moradia: "um quartinho" na sede da própria organização onde permaneceu até o fim de 2009, quando se casou. Em busca de uma casa para alugar com a esposa, chegou, em 2010, ao Jardim Piratininga, na zona leste da cidade - local sobre o qual falaremos na sequência. Uma nova possibilidade, no entanto, logo fez com que se mudassem de lá para uma ocupação recente na região do Jardim Açucará, em Osasco, área metropolitana de São Paulo:

Essa parte é interessante. Eu fui de aluguel [no Jardim Piratininga] mas meu, cara, trabalhando com um salário de 1.200 reais, que na época era bom (risos) - a gente fala de 2010 - pagar aluguel, pagar suas contas, por mais que você divide com a esposa... não conseguia juntar nada de dinheiro. Aí nasceu a minha filha, então fica mais difícil. Aí tinha uma turma que a gente discutia a questão de moradia, política na próprio [organização que eu trabalhava]. (...) Aí foi que um [dos integrantes de um grupo de juventude

que participava dessas reuniões] sabe, um parente dele, conhecia lá Açucará em Osasco, que tinha um lugar que tinham ocupado. A gente foi lá e ocupou com eles, uma área da prefeitura. Só que depois de um mês, a prefeitura tirou.

Depois de sofrerem a reintegração de posse, José Luis e a esposa compraram um lote irregular nas proximidades, ergueram um barraco e depois ele mesmo construiu a casa em que vivem até hoje:

Aí que comprei o meu pedaço de terra. E quando saímos da ocupação (...) minha esposa falou: "Fazer um barraco e bora lá". (...) Meti a cara e fiz barraco, comprei o terreno e fiz barraco, agora construí uma casa. Fui eu mesmo que fiz. Eu aprendi a colocar bloco porque não consigo pagar a diária do pedreiro que é 150, 200 reais.

Nessa época, José Luis trabalhava em uma recém criada organização de direitos humanos de migrantes, para onde foi depois que saiu de seu emprego anterior, em 2009, e onde permaneceu até 2013. Entre 2013 e 2014 trabalhou no comércio no Brás até que começou a trabalhar no Abrigo Emergencial da Prefeitura no Glicério - aquele que eu acompanhara a desativação e por onde passou Fenitho. Na sequência, foi contratado para ser atendente do recém criado CRAI, onde trabalhou até 2017. Atualmente, diante das remoções⁴ de famílias em Açucará pela Prefeitura de Osasco, considera vender a casa. Caso a venda se concretize, ainda não decidiu se usará o dinheiro como entrada para um financiamento do Minha Casa Minha Vida ou se voltará ao Peru.

1.8 Do Rio São Francisco e do mundo ao Rio Tietê

A trajetória de José Luis em São Paulo antecede as de Fenitho e Yafa em mais de uma década e, como pudemos observar através de seus arranjos habitacionais, esteve conectada a redes e circuitos específicos do fluxo migratório ligado à indústria da costura. Voltaremos a refletir sobre as diferenças que as dinâmicas de fluxos migratórios mais recentes engendram na formação de redes e na trajetória habitacional de migrantes na Parte II deste texto, mas vale

⁴ Em junho de 2017 a Prefeitura de Osasco deu início a primeira etapa de remoção de 200 edificações no Jardim Açucará. 25 casas já haviam sido removidas em 2016. Para evitar novas ocupações, a Prefeitura anunciou que "tem derrubado as paredes das casas que são desocupadas". De acordo com Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehdu): "a demora das famílias em optar pelas alternativas propostas é fruto da atuação de representantes locais que insistem em contradizer as informações passadas pela municipalidade, além da descrença quanto aocumprimento de uma ação de reintegração de posse" (OSASCO, 2017)

ressaltar, desde já, que migrantes, assim como não migrantes, agenciam oportunidades e mudam de planos. A dúvida de José Luis sobre voltar ao Peru ou ingressar no Programa Minha Casa Minha vida é apenas um exemplo que nos permite ressaltar que trajetórias migrantes não são unidirecionais - e isto não depende das características de um ou outro fluxo migratório. De modo similar, Fenitho hoje considera migrar para o Canadá, assim como no passado escolheu a República Dominicana, antes de optar pelo Brasil; e Yafa, que saiu da Síria para a Turquia, rumo a Europa, optou por ir a São Paulo, tentando morar no Sul do Brasil, antes de decidir por permanecer na capital paulista.

José Luis me contou que, a princípio, o bom retorno financeiro do comércio no Brás entre 2013 e 2014 seria destinado a comprar um carro, dado que a mobilidade entre Açucará e São Paulo não era fácil. No entanto, como observamos, em 2014 ele optou por uma oportunidade de negócio no Jardim Piratininga, comprando um terreno ao lado do recém canalizado córrego, onde construiu uma casa que hoje aluga para um parente de sua esposa. Essa escolha, além de outro exemplo da existência dos cálculos e agência que definem sua trajetória, é também exemplo de como aquela região foi se urbanizando.

Em nossa conversa, José Luis - que assim como os moradores daquela região, se refere ao bairro pelo apelido de “Pira” - ressaltou o crescimento populacional e a crescente melhora da infraestrutura do Jardim Piratininga ao longo dos últimos anos, ponderando sobre o consequente aumento nos preços na região. Segundo ele, o bairro segue sendo uma opção interessante para migrantes por sua localização estratégica e “porque no Pira, ninguém vai te pedir 3 meses de aluguel *adelante* (...) ninguém vai te obrigar a fazer um contrato que se você não cumprir depois vão te processar”.

A análise coincide com a de Seu Daniel, um importante e ativo articulador político naquele território, apresentado a mim pelo colega pesquisador Tiago Rangel. Em uma visita ao bairro em setembro de 2018, Daniel nos recebeu na sala da casa de sua cunhada, onde ele e a esposa vivem. Segundo Daniel:

(...) aqui [no Jardim Piratininga] tem uma vantagem, quando eles vão alugar casa lá em cima, no Cangaíba, a imobiliária quer saber se a pessoa está trabalhando, se tem documento, saber se está com o nome limpo, se tem fiador, e aqui embaixo não. Se quer alugar tem uma facilidade para alugar aqui.

Daniel nos contou que, em 1977, migrou da região roceira de Barra, na Bahia, às margens do Rio São Francisco, indo morar com os irmãos que já estavam em Cangaíba, bairro vizinho ao Jardim Piratininga, às margens do Rio Tietê. Na Barra, onde costumava ir da roça à cidade com a mãe para vender o que cultivavam e produziam, restou apenas um de seus 10 irmãos - todos os outros migraram para São Paulo. Ele veio para a capital paulista, a princípio, em busca de um tratamento para o olho e, depois, decidindo ficar, trouxe a antiga esposa e os filhos.

Morando de aluguel em Cangaíba, Daniel trabalhou em uma metalúrgica, depois como vigilante bancário e em seguida como auxiliar de almoxarifado, quando finalmente comprou um terreno no Jardim Piratininga, em 1994. Segundo ele, a ocupação do “Pira” começou a se dar, de modo mais intenso, a partir de 1992 - antes, havia apenas arrendatários que plantavam e criavam animais em lotes grilados em uma região até então encharcada e cheia de lagos.

É importante notar que a trajetória de Daniel guarda similaridades com a trajetória de muitos outros moradores do bairro que são migrantes nordestinos, migrantes transnacionais como José Luis, ou pessoas que se deslocaram de outras regiões da cidade para aquele bairro em virtude de diferentes dinâmicas urbanas. Nesse sentido, o Pira, assim como outros espaços e ocupações, é produto do entrecruzamento de trajetórias e agenciamentos de múltiplos atores urbanos em diferentes momentos. O aterramento daquela região se iniciou, por exemplo, sem autorização, nos anos 1990, em um processo promovido pelos loteadores com o dinheiro arrecadado com a venda irregular de terrenos, como o que Daniel comprou.

Podemos observar as mudanças profundas na região do Jardim Piratininga narradas por Daniel nas figuras 6 e 7: de um lado, temos o levantamento aerofotogramétrico realizado pelas empresas Vasp e Cruzeiro na década de 1950, quando o rio Tietê ainda apresentava seu trajeto sinuoso e a ocupação da região era mínima; do outro, temos uma imagem de satélite atual da região, na qual o trajeto do rio aparece modificado, o parque linear estabelecido e a intensa expansão urbana da cidade é evidente. Em vermelho, temos a demarcação da área aproximada do que hoje é o Jardim Piratininga.

Figura 6: Vista aérea - Jd. Piratininga (1954)

Fonte: Museu da Cidade de São Paulo (adaptado)

Figura 7: Imagem de satélite - Jd. Piratininga (2018)

Fonte: Google Maps (adaptado)

A estimativa de Daniel é de que no começo dos anos 2000, menos de 3 mil pessoas viviam ali. Segundo ele, hoje o número passaria de 16 mil, a maior parte delas vindas da Bahia. Ele ressaltou que o número de migrantes transnacionais tem aumentado significativamente, sendo que africanos e haitianos são a maioria entre os residentes vindos de fora do país nos últimos três anos - fenômeno sobre o qual eu e Tiago havíamos sido alertados, no início de 2018, por Mônica Quenca, assistente social da Missão Paz.

Foi depois de uma conversa que tivemos com Mônica sobre a presença migrante em ocupações e loteamentos irregulares nas periferias que Tiago buscou contatos no Jardim Piratininga, chegando a Seu Daniel por intermédio de estudantes de arquitetura que desenvolviam um projeto na região. É válido, portanto, ressaltar que Mônica foi a primeira interlocutora a me indicar a necessidade de passar a observar as dinâmicas habitacionais migrantes em ocupações para além dos prédios no centro da cidade, incluindo a relação de migrantes com os arranjos habitacionais em outras formas de ocupação, como os loteamentos irregulares na cidade.

José Luis gostou desta mudança: “É, que bom que você tá focando os que estão morando também em comunidades. Porque muitos focam só os prédios, né? E se você mapear São Paulo, tem muito mais [migrantes] morando em comunidades do que em prédios”, me disse. De fato, só no Jardim Açucarária, onde ele vive, das cerca de 20 mil famílias do bairro, ele estima que 3 mil sejam bolivianas. Alguns desses migrantes têm, inclusive, oficinas de costura ali mesmo. Segundo José Luis:

Quando chegaram, eles fizeram sua oficina de costura dentro de um barraco de madeira... Agora já muitos construíram (....) muitos descobriram que é mais vantagem trabalhar pras fábricas de Pinheiros, pra'quela fábrica da Oscar Freire, aquelas roupas chiques. Muitos deles trabalham pra eles, eles fazem 20 peças por semana, não é aquele trabalho... tanto. Porque eles fazem roupa de qualidade, então o custo é maior que eles recebem.

No Jardim Piratininga, também há exemplos de como migrantes promovem mudanças no espaço e nas relações sociais na escala urbana: a demanda de migrantes por habitação fez com que Bernardo, amigo de Daniel, transformasse o galpão de sua empresa que faliu em uma espécie de hotel com cerca de 40 unidades com dois quartos, cozinha e banheiro, as quais ele aluga majoritariamente para migrantes transnacionais, sobretudo haitianos e angolanos, por 500 reais mensais.

Outros migrantes residentes do bairro encontram possibilidades de aluguel nos andares superiores dos sobrados cada vez mais verticalizados: uma prática comum diante da pouca possibilidade de crescimento horizontal e da demanda por moradia no Jardim Piratininga. No caso da casa da cunhada de Seu Daniel, dois apartamentos no andar de cima são alugados para três migrantes congolese. O primeiro dos inquilinos chegou a este arranjo habitacional depois de ir à escola municipal do bairro em busca do Passe Livre de Estudante⁵. Na ocasião a diretora do colégio contactou Seu Daniel:

Aí um dia, a gente tava aqui e o telefone toca. O telefone toca e é a diretora da escola e ela falou "Daniel, você é meu amigo, né?" Eu digo: "Até agora sei que sim". Ela disse que precisava muito da nossa ajuda (...) e contou: "Chegaram dois imigrantes lá na minha escola pedindo ajuda. Eles são refugiados. Eles vem corrido. É uma coisa sigilosa. Mas a gente precisa ajudar esse povo". Eu disse "Que eu posso fazer?". "Daniel, você tem uma comunidade. Eles precisam de uma casa pra morar. Precisam de alimento."

Os recém chegados estavam morando com a prima - ou irmã - de um deles, Daniel não soube precisar: "Na linguagem deles, primo, irmão... parece que é a mesma coisa. Uma hora ele apresentou ela como prima, depois irmã". Ela morava, segundo contou Daniel, em São Francisco, bairro vizinho ao Jardim Piratininga há 4 meses, mas estava prestes a ser despejada. A solução encontrada por Daniel foi fazer uma vaquinha entre moradores do bairro para alugar um espaço temporário para os três morarem - e, no mesmo dia em que recebeu o telefonema da escola, Daniel foi buscá-los. Quando surgiram as vaga na casa de

⁵ Cartão que dá àqueles que estão vinculados a instituições públicas de ensino médio ou fundamental acesso gratuito ao transporte público na cidade de São Paulo.

sua cunhada, um deles se mudou para lá, o outro rapaz foi para Arthur Alvim, onde tinha alguns contatos, e a prima - ou a irmã - foi para os Estados Unidos.

1.9 Trajetória habitacional de Gloria

No outro apartamento do segundo andar da casa da cunhada de Daniel vivem Gloria e seu namorado, ambos da RDC. Tiago falara com ela por Whatsapp combinando um encontro e ela nos recebeu na pequena sala de seu apartamento. Gloria nos contou que seu namorado conhecera, em uma festa, o primeiro inquilino congolês que havia se conectado a Seu Daniel através da escola - e através dele conheceu Daniel e veio morar no apartamento que agora compartilham. Segundo ela, da busca daquele rapaz pelo Passe Livre de Estudante, nasceu uma troca de aulas de português por aulas de francês com os professores da escola, a qual seu namorado também passou a frequentar.

Antes de se mudar com ele para o Jardim Piratininga, no entanto, Gloria passou por uma série de outros arranjos habitacionais e enfrentou dificuldades já em sua chegada no Brasil em 2017:

Quando eu cheguei aqui no Brasil, a minha tia que fica aqui, ela foi no (...) Pernambuco, no Brasil. Ela foi lá com o marido dela. Ela foi lá e eu fiquei aqui sozinha. Lá no, no Guarulhos, não sabia ninguém! Ninguém, ninguém pra me pegar. (...) *J'ai commencé à pleurer ... toute seule. J'ai dit: "comment je dois faire? Je ne connais personne. Je ne parle même pas portugais! Comment je dois demander"? J'ai commencé à pleurer là à l'aéroport de Guarulhos.*⁶

Ela nos relatou que uma atendente do Posto Avançado De Atendimento Humanizado ao Migrante⁷ a viu chorando e ao saber de sua situação lhe ofereceu hospedagem em sua própria casa. Na manhã seguinte foram à Cáritas, organização da Igreja Católica que oferece, dentre outros serviços, assistência e orientação a migrantes, sobretudo auxiliando nos procedimentos de solicitação de refúgio no país. De lá, ela foi encaminhada ao abrigo da

⁶ "Eu comecei a chorar... sozinha. Eu disse: 'como devo fazer? Eu não conheço ninguém. Eu nem falo português! Como devo perguntar?' Comecei a chorar lá no aeroporto de Guarulhos.", tradução minha.

⁷ Localizado no mezanino do Terminal 2 Oeste do Aeroporto Internacional de Guarulhos, o posto existe desde 2006 com o objetivo inicial de combater o tráfico internacional de pessoas, operando desde 2010 sob responsabilidade da prefeitura de Guarulhos. Atualmente, em parceria com o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o posto também tem atuação importante em relação aos migrantes retidos no aeroporto na área conhecida como "conector".

prefeitura na Rua Japurá, onde de início sua primeira reação não foi positiva - “(...) outra gente come as comidas antes, outros saem... Meu Deus, eu vou morar aqui. Comecei a chorar”, contou.

Depois de alguns dias e de conversas com a assistente social no local, ela contou que foi se acalmando e se enturmado com os outros moradores e lá permaneceu de abril a novembro daquele ano, enquanto estudava português no Educafro⁸, em um curso que conheceu por indicação de uma atendente da Cáritas. Foi no curso de português que conheceu seu namorado com quem vive hoje.

Gloria nos contou que o objetivo primordial de aprender português era encontrar um emprego. O primeiro trabalho que conseguiu, junto com uma amiga também congoleza, foi de faxineira do shopping Tucuruvi, na zona norte da cidade. Ela e amiga decidiram alugar um apartamento no Belém, zona leste da cidade, cujo aluguel de 800 reais - e cerca de outros 150 reais de contas de água e luz - era dividido em cinco pessoas, todos migrantes:

(...) a gente começou a trabalhar né? Quando começou vi que ... já né? Dinheiro eu vou junto com essa menina, a gente pode alugar uma casa né? Casa pra... lá no Belém. A gente ficou cinco pessoas. (...) começou a alugar uma casa. (...) Um congolês e duas angolanas. A gente ficou junto lá no Belém.

Quando o período de experiência de um mês trabalhando no Tucuruvi terminou, Gloria não foi contratada. Ficou desempregada por um curto período até que conseguiu um trabalho de camareira em um motel no Ipiranga. Mas o trabalho não lhe agradava: “Ficou muito difícil pra trabalhar como arrumadeira. Todo dia indo e voltando pra casa. Meu pé ficou [inchado]. (...) *Beaucoup de travail et peu d’argent*⁹”, contou. Depois de alguns meses o motel fechou e ela passou a fazer “bicos”, sobretudo fazendo tranças afro em cabelos de migrantes e não migrantes.

Gloria contou que nesta época uma das companheiras de apartamento engravidou e deixou a casa em que viviam. Dividir o aluguel em quatro pessoas com ela desempregada não era viável, de modo que ela se mudou para Arthur Alvim com amigas que conhecera na igreja

⁸ O Educafro é um curso pré-vestibular comunitário ligado a setores do movimento negro que também oferece aulas de português a migrantes, localizado na Rua Riachuelo, centro de São Paulo.

⁹ “Muito trabalho e pouco dinheiro”, tradução minha.

evangélica que frequenta. Uma delas lhe ofereceu apoio até que conseguisse um novo emprego:

Eu fui na Arthur Alvim, porque na Arthur Alvim uma irmã ela mora lá. Perto do Arthur Alvim, e no Arthur Alvim casa não é caro. Quinhentos, seiscentos... e eu fiquei junto com ela. Ela falou pra mim: “Você vai pagar casa? Enquanto você vai buscar trabalho eu vou pagar a casa pra você”. Eu fiz um bico por três dias e, e ... consegui dinheiro e tive que dar pra ela. Mas a gente... era duas haitianas, congolesa, angolana falaram assim, uma haitiana falou pra mim assim: “Gloria, se você não conseguir pagar, você vai sair daqui”.

Foi neste momento que seu namorado a convidou para morar com ele. A essa altura ele já morava no segundo andar da casa da cunhada de Daniel e trabalhava em uma livraria em um shopping, na Pompeia. Ela aceitou:

Falei: “Eu não tenho dinheiro pra pagar! Você vai conseguir pra pagar sozinho?” Ele falou pra mim: “Não! Você vai vim morar comigo”. Eu falei: “Não tenho dinheiro para misturar com você, pra... juntos né?” *Il a dit : «viens, puis on voit. Tu peux... excuses, tu peux pas souffrir, tu est une femme, tu vas chercher, tu vas trouver. Puis on voit. Reste ici»¹⁰.*

Na ocasião de nossa conversa, Gloria seguia buscando emprego e fazia alguns bicos de garçonete em um restaurante na Bela Vista, região central. Ela contou que lá, certa vez, foi xingada de “cachorra” por uma colega de trabalho e ouviu de outras frases xenófobas como “Você é refugiada! Aqui é só nosso Brasil. Aqui é Brasil!”. Quando perguntei se ela já havia sofrido alguma discriminação por ser negra e não necessariamente por ser migrante ela narrou um episódio com um vendedor de um supermercado depois que ela enfrentou dificuldades em pedir um frango, por não dominar bem o português:

[Ele falou] “Ah deixa, africana! Preta!” - Ele também era moreno, também, moreno né? Um homem. Eu falei: “Você também é moreno! Por que me chamou de Africana? Somos os dois africanos! Você é Afro ... africano. Todo brasileiro é afro-africano”. Ele disse: “Não! Você é Africana! Você não sabe falar português... volta pro seu país!” Eu falei: “Por que? A gente tá aqui no Brasil! Eu vou aprender e vou falar!”

Quando nos despedíamos de Gloria, seu namorado chegou de volta do trabalho. Brevemente nos contou que estava preocupado pois, diariamente, vendedores estavam sendo demitidos “por causa da crise” e que ele temia pela estabilidade de seu emprego.

¹⁰ “Ele disse: ‘em, depois nós vemos. Você pode... desculpas, você não pode sofrer, você é uma mulher, você vai procurar, você vai encontrar. Depois nós vemos. Fique aqui”, tradução minha.

PARTE II

“Sem papéis, sem teto, sem terra, somos todos migrantes da desordem global”, estes eram os dizeres de um dos cartazes de promoção do Fórum Social Mundial das Migrações 2016 (FSMM), produzidos pelos coletivos Visto Permanente e Ocupeacidade. Um interlocutor membro de um dos grupos contou que chegaram a esta redação objetivando expor uma “perspectiva de luta unitária entre sujeitos cuja ausência de propriedade privada obriga a deslocar-se, normalmente na ausência de terra, teto e documentos. Àqueles a quem as cidades ou os países colocam fronteiras”. Em *Era o Hotel Cambridge*, filme de Eliane Caffé (2016), uma das falas de Carmen da Silva, liderança da FLM e coordenadora da ocupação na qual a obra se desenvolve, propõe uma síntese semelhante: “somos todos refugiados, refugiados da falta dos nossos direitos”.

Estas declarações condizem com o diagnóstico de Sassen de que nas últimas duas décadas, há uma “crescente articulação urbana de lógicas e lutas, e um uso cada vez maior do espaço urbano para fazer reivindicações políticas, não só pelos cidadãos de um país, mas também por estrangeiros” (SASSEN, 2012: 70). A cidade, afinal reúne “múltiplas e diversas lutas” e dá impulsos para “uma nova ordem normativa”, na qual conquistar “o âmbito público e político no espaço urbano se torna crucial” - especialmente em um momento em que o “espaço político nacional é crescentemente dominado por atores poderosos, tanto privados quanto públicos” (Ibidem, 2012: 67, tradução minha).

A aposta de Sassen é que, na cidade, narrativas disruptivas podem emergir. Manter as cidades como um espaço aberto a estas lutas requer posicionar migrantes “como sujeitos urbanos, em vez de sujeitos essencialmente diferentes” e reconhecer que as fronteiras em disputa estão manifestas no local (Ibidem). De modo semelhante Burawoy também observa que a localidade apresenta a possibilidade de resistir às forças globais (BURAWOY, 2000: 29). Segundo o autor, há novas oportunidades, novas fronteiras, e possibilidades de “escapes a enclaves opressivos” (Ibidem: 31).

Glick Schiller e Çaglar também observam que migrantes participam de movimentos de contestação a processos de reestruturação urbana, disputas de poder e reivindicação de direitos (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2011: 17). Segundo as autoras, os discursos que interconectam lutas e identificações entre migrantes e não migrantes na mesma cidade

variam, mas de modo geral superam distinções entre “estrangeiros e nacionais” (Ibidem). Justamente por observar que a experiência da precariedade contemporânea se dá de modo compartilhado entre migrantes e não migrantes, Glick Schiller (2012) já argumentara sobre a necessidade de se superar binarismos que resultam na caracterização de migrantes em “eternos estranhos” e dos limites do que ela classifica como “cosmopolitismo urbano”.

Segundo a autora, políticos e planejadores urbanos, sobretudo com a virada do milênio, buscam “revalorizar o espaço urbano” e “atrair o ‘talento global’, capital financeiro e turismo”, criando espaços pretensamente “cosmopolitas”, nos quais a diversidade pode ser contemplada e apreciada ao mesmo tempo em que encontros com os agentes desta diversidade são limitados (Ibidem: 5). Como contraponto a esse fenômeno, a autora propõe a noção de “cosmopolitismo diaspórico”, buscando observar as sociabilidades que se formam entre migrantes e não migrantes ao redor de práticas e percepções compartilhadas entre os “pobres urbanos” (Ibidem: 4) - muitas vezes de forma parcial, temporária e inconclusiva, e sempre de modo situado. A aposta de Glick Schiller é que os deslocados - migrantes ou não - podem se tornar “atores significativos na criação de sociabilidades que fazem das cidades espaços vivíveis” (Idem).

Sandro Mezzadra, também sublinha que “a proliferação e a heterogeneização das fronteiras no mundo contemporâneo coloca em crise a distinção clara entre interno e externo”, daí a necessidade de se avançar o debate sobre migração para além da “oposição binária entre a figura do cidadão (o espaço da inclusão) e as diferentes figuras da exclusão (internas e externas)” (MEZZADRA, 2015: 22). Neste sentido o autor propõe o conceito de “inclusão diferencial”. Esta noção responde, primeiramente, à multiplicação e diversificação das fronteiras e à “crise das taxonomias” referentes às migrações, já que a noção de inclusão diferencial desfaz a distinção absoluta entre interno e externo, a qual perpassa conceitos importantes como soberania, nação e cidadania (Ibidem).

O conceito de “inclusão diferenciada” também evidencia a possibilidade de ação e protagonismo de migrantes e outros “excluídos”. Os migrantes são, nesta perspectiva, atores que podem contestar as múltiplas fronteiras que tentam defini-los como excluídos ou incluídos, ao mesmo tempo em que são “forças capazes de produzir transformações no tecido da cidadania” (Ibidem: 23 e 25). Afinal, como observa Butler, há “formas explícitas e

implícitas de desigualdade, que algumas vezes são reproduzidas por categorias fundamentais, tais como inclusão e reconhecimento”.

Segundo Butler, devemos encarar estas diferenciações “como parte de uma luta democrática temporariamente aberta” (BUTLER 2018: 12). Caso contrário, estaríamos, segundo a autora, aceitando “implicitamente como certas as maneiras dominantes de estabelecer os limites do político” (Ibidem: 24) e desvalorizando “formas de ação política”, tais como as que a presença migrante em ocupações engendram. Segundo a autora, essas formas de ação

emergem precisamente nestes domínios considerados pré-políticos, ou extrapolíticos e que irrompem na esfera do aparecimento vindo do lado de fora, como o lado de fora dela, confundindo as distinções entre dentro e fora. (...) Vemos isso (...) quando trabalhadores sem documentos se reúnem na cidade de Los Angeles para reivindicar os seus direitos de se reunir em assembleia e ter cidadania sem serem cidadãos, sem ter nenhum direito legal de fazê-lo. O seu trabalho deve permanecer necessário e longe das vistas, então quando esses corpos trabalhadores surgem nas ruas, agindo como cidadãos, eles fazem uma reivindicação mimética por cidadania que altera não apenas como eles aparecem, mas como a esfera do aparecimento funciona. Na realidade, a esfera do aparecimento é tanto mobilizada quanto incapacitada quando uma classe trabalhadora eclodida surge nas ruas para se anunciar e expressar sua oposição a construir a condição não vista do que aparece como político (Ibidem: 88)

De modo semelhante, Telles observa, em relação à reação de ambulantes e pequenos comerciantes senegaleses na Argentina à criminalização de seus negócios (cf. PITA, 2012), que estes migrantes “saem às ruas em protesto pelo ‘direito ao trabalho’, independentemente do estatuto legal ou ilegal de suas atividades ou da condição regular ou irregular de sua situação” (TELLES, 2015: 66). Afinal, como atores urbanos, migrantes transitam entre o legal e o ilegal, o regular e o irregular, sabendo lidar, nos termos da autora, com “os códigos de ambos os lados e igualmente jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas circunstâncias da vida cotidiana” (TELLES, 2012: 11).

Estas fronteiras são, como argumenta Telles (2012 e 2015), “politicamente sensíveis” e “porosas”, e compõem campos de disputa e tensão nos quais os ordenamentos sociais são fabricados (Telles, 2015: 59). Assim, como ressalta Mezzadra, a observação destas dinâmicas não pode se dar apenas do ponto de vista dos “sujeitos em trânsito”, sendo importante observá-las também sob a perspectiva “dos Estados, dos atores políticos globais, das

agências de governança e, claro, do capital”. Nesse sentido, o autor define as fronteiras como “instituições sociais complexas”, o que sublinha a “necessidade de conjugar a crítica política e jurídica com uma crítica da economia política das fronteiras” (MEZZADRA, 2015: 20).

Assim, como pontuamos anteriormente, observar a relação entre migrantes transnacionais e dinâmicas urbanas não deve significar ignorar especificidades da experiência desses atores - o que inclui analisar os agenciamentos ao redor de categorias jurídico-políticas que materializam a multiplicação das fronteiras no mundo contemporâneo. Nesta segunda parte observaremos, portanto, tanto como migrantes se relacionam com estas categorias, quanto como agenciam identidades étnicas e nacionais, em um cenário marcado pelos fenômenos do humanitarismo e da racionalidade neoliberal. Nesse sentido, cabe observar como migrantes e não migrantes terminam por estabelecer diferentes repertórios e formas de resistência e ação política, perpassando a formação de redes entre abrigos, ocupações, movimentos organizados ou não, em processos típicos do cosmopolitismo diaspórico. O desafio, como já argumentado, é observar a emergência destas alianças na precariedade sem perder o foco na experiência migrante transnacional, marcadamente em um contexto de luta por moradia e resistência aos diferentes deslocamentos promovidos pelas dinâmicas urbanas.

2.1 Agenciamento de categorias jurídico-políticas

Quando chegou ao Brasil, Gloria conhecia quase nada sobre as instituições e organizações que poderiam lhe auxiliar na emissão de seus documentos, e disse que a primeira vez que ouviu falar sobre a Cáritas foi através da moça brasileira que a hospedou depois de ajudá-la no aeroporto de Guarulhos. No entanto, quando soube o que era a instituição, imediatamente não teve dúvidas do que tinha que fazer: *ngunda*. O termo significa, grosso modo, “fazer o pedido de refúgio”. Trata-se de um vocabulário específico empregado por migrantes congolese e angolano para descrever o processo de contar sua história e requisitar o status de refugiado às autoridades competentes.

Esse saber, ainda que desprovido de uma terminologia específica entre muitos migrantes, é comum entre pessoas de diferentes nacionalidades e evidencia a agência dos migrantes em sua relação com o Estado-nação. Como observa Angela Facundo (2014), há um processo de “verificação, legitimação e individualização” na relação entre as narrativas dos solicitantes de refúgio com diferentes atores estatais, internacionais e do terceiro setor. Na formulação da autora, há o esforço de produzir uma “‘verdade’ desejada”, a qual é resultado de um processo relacional com “o mundo institucional do refúgio” - o que não equivale à real experiência dos sujeitos. A partir de uma abordagem foucaultiana sobre o processo ritual de produção de verdade, Facundo argumenta que nesta relação os “solicitantes devem produzir, a partir deles mesmos, um discurso de verdade que, ao mesmo tempo, é uma entrega ao outro, uma renúncia à sua própria produção de si mesmo para conseguir (...) o reconhecimento” (FACUNDO, 2014: 180).

O objetivo por trás do *ngunda* de Gloria, assim como no caso da maioria dos migrantes, era simples: ter documentos para encontrar trabalho. Como me explicou José Luis quando lhe perguntei sobre as necessidades prioritárias dos migrantes que ele atendia no CRAI: “Não adianta você ir, atravessar a rua e ir na Missão Paz, fazer aquelas filas, ficar nas *charlas*, ficar nas entrevistas, se no momento que eles selecionam você e falam pra você ‘Onde está a carteira de trabalho?’ você não tem”. Nesse sentido, a solicitação de refúgio é uma possibilidade para a obtenção dos documentos necessários ao trabalho formal - um caminho que o próprio José Luis cogitou trilhar:

incluso tinha pensado pra mim entrar com o refúgio, quando não tinha regulação migratória que eu conhecesse... Mas não fui pra frente, porque não achei interessante no momento, porque pelo grupo de contatos que eu tinha conseguia me mobilizar, então na prática é uma coisa, na lei pode ser outra

No caso de Fenitho, foi justamente a busca por uma carteira de trabalho que o levou a procurar a Missão Paz. Ele estava entre a maioria dos haitianos que se deslocaram ao Brasil sem visto e, uma vez no país, solicitaram refúgio. Enquanto seu pedido era analisado, o documento que portava era um protocolo de solicitação - na época, uma filipeta de papel de credibilidade estética baixa, mas legalmente suficiente para as burocracias que teria que enfrentar no país. Isso porque a resolução nº 18 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2014) permite que o protocolo que migrantes recebem no ato da solicitação de

refúgio seja utilizado para solicitar CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social, podendo ser renovado anualmente, enquanto dura o processo de análise.

No caso dos migrantes haitianos, o CONARE, órgão responsável por apreciar os pedidos de refúgio no país, concluiu que as solicitações não poderiam se enquadrar nos critérios de concessão de refúgio previstos em lei. No Brasil, a Lei nº 9.474 de 1997 é o dispositivo que internaliza e regula os mecanismos para implementação das normativas internacionais sobre o “instituto do refúgio”, inaugurado com a Convenção de 1951 e com o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados (JUBILUT, 2007: 42). Juridicamente, o “status de refugiado” pode ser concedido a pessoas que deixam seus países por “fundado temor de perseguição” em virtude de motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social, suas opiniões políticas, ou - em um entendimento jurídico mais recente - por “grave e generalizada violações de direitos humanos” (Ibidem).

Buscando um meio alternativo de lidar com o aumento do fluxo migratório haitiano, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou, em 2012, uma resolução que criou os “vistos humanitários” para haitianos (CNIg, 2012). O dispositivo atendia ao clamor humanitário - e respondia ao discurso sobre uma suposta “crise migratória” - sem abrir mão da discricionariedade do Estado em relação a outros migrantes. Trata-se, como ressalta Deisy Ventura, de um “antídoto contra a precariedade e a chamada clandestinidade” (Ventura, 2016), mas, ainda assim, um antídoto limitado: apenas 1.200 vistos humanitários podem ser concedidos anualmente e a permanência no país para além de 5 anos está sujeita à comprovação de emprego.

Este instrumento, do qual Fenitho já poderia ter lançado mão, demorou para ser conhecido e adotado por grande parte dos que se deslocavam do Haiti. Apenas em 2015 a entrada de haitianos por via aérea superou o fluxo na fronteira terrestre (MRE, 2015). A esposa de Fenitho e suas duas filhas ajudaram a compor esta estatística. Desde sua partida da República Dominicana, Fenitho tinha o objetivo de trazer sua família, de modo que depois de pouco mais de um ano e meio vivendo em São Paulo, conseguiu um visto e passaporte - até então seguia com seu protocolo de solicitação -, retornando à Ilha de São Domingos e logo à São Paulo, de avião. Um mês depois sua família chegou, também por via aérea, munida dos vistos humanitários.

Com o nascimento de sua filha mais nova em solo brasileiro em outubro de 2016, Fenitho tornou-se residente permanente - à época, a base legal para concessão desta permanência definitiva constava no Art. 75, II, b da Lei n.º 6.815/80. Assim, em dois anos no Brasil, Fenitho passou de solicitante de refúgio, a portador de visto humanitário, a portador de visto permanente. Isso evidencia que a situação documental - utilizando os termos de Carlos, importante interlocutor brasileiro desta pesquisa que trabalhou no CRAI até 2017 - “é uma situação passageira”:

A gente nunca separou imigrantes e refugiados, porque a gente tinha essa percepção de que na verdade a situação documental é uma situação passageira, não diz nada a respeito das pessoas, não diz nada pra gente. E que a gente vai lutar pelo acesso ao direito de todo mundo. (...) Se tivesse distinção por documentação a gente transformava isso num problema (...) Pra que eles precisavam barganhar mais, o status documental deles? Acho que... Por exemplo, refugiado consegue verba da ACNUR para revalidar diploma. Refugiado tem um milhão de ONGs que dá cesta básica e ajuda a conseguir emprego mais fácil. Só também. Refugiado não pode voltar pro país, então geralmente as pessoas nem queriam tanto ser refugiado. Acho que a maior parte das pessoas se pudesse não seria refugiada. (...) Ou tinha o caminho inverso também: "Ah, não consegui nada vou solicitar o refúgio". Que é o clássico, né? Solicitar o refúgio para pelo menos ficar dois anos com documento.

De fato, não só alguns migrantes recorrem à solicitação para regularizar sua permanência - ao menos temporariamente - como também interlocutores ativos nos principais organismos não-governamentais de acolhida e orientação a migrantes me relataram que em diversas ocasiões já sugeriram a solicitação de refúgio a algumas pessoas que não cogitavam essa possibilidade, ou ajudaram aquelas que já pretendiam fazê-lo a “melhorar suas histórias para o CONARE aceitar os pedidos”.

De modo semelhante, Didier Fassin observa que organizações que acolhem solicitantes de refúgio na França, “oferecem assistência preparando narrativas de vida que correspondem às expectativas oficiais do Estado” (FASSIN, 2014: 14). O autor ressalta que “refugiados” na França, até o início dos 1980, “eram as figuras mais legítimas na implícita - e por vezes explícita - hierarquia de estrangeiros, e, portanto, gozavam de condições relativamente privilegiadas” (Ibidem: 12). Fassin descreve três momentos distintos do uso das solicitações de refúgio naquele país que ajudam a compreender esta reflexão e servem como um alerta à limitação de se utilizar o refúgio, ou outras saídas “humanitárias”.

Até os anos 1970, segundo o autor, migrantes eram úteis à reconstrução econômica do pós-guerra, de modo que, neste período, “permissão de trabalho servia como uma permissão de residência” (Ibidem: 10). Em um segundo momento, há um crescimento intenso das solicitações de refúgio em virtude do fim da Guerra Fria e a abertura das fronteiras aos antigos países comunistas. Nesta ocasião, “leis de imigração crescentemente restritivas” fazem com que o pedido de refúgio se torne “uma das únicas vias de acesso à conquista de status legal, levando a uma indistinção entre motivações políticas e econômicas” (Ibidem: 13).

Neste contexto, “solicitantes de refúgio se tornam suspeitos” e surge a noção de “falsos refugiados”. Os governos franceses passam a desenvolver estratégias de “desqualificação dos refugiados”, as quais incluem restringir seus benefícios sociais e intensificar processos de criminalização, detenção e deportação de solicitantes. Fassin ressalta que com o “confinamento de requerentes [de refúgio] em campos de transição” o governo pode “fingir ter esquecido que eles procuram [refúgio] e generosamente lhes oferecer tratamento humanitário” (Ibidem: 14).

Diante desta nova realidade, uma terceira forma de agenciar a permanência emerge com força: “razões humanitárias”. Trata-se de um dispositivo que permite que migrantes com doenças severas sem tratamento apropriado em seu país de origem possam permanecer na França (Ibidem). Se antes, no contexto das permissões de trabalho, os corpos migrantes “tinham que ser saudáveis”, agora, para conquistarem sua permanência, o oposto ocorre: “é o corpo que sofre que a sociedade está preparada para reconhecer” (Ibidem: 10). De acordo com Fassin, são muitos os exemplos de advogados que, para aconselhar solicitantes de refúgio, indagariam: “você não teria alguma doença à qual pudesse recorrer?” (Ibidem: 9).

Como ressalta Mezzadra, nos últimos anos, “os processos de ilegalização tiveram como alvo os migrantes ‘econômicos’, bem como os solicitantes [de refúgio], tornando muitas vezes indeterminada e confusa a fronteira entre eles” (MEZZADRA, 2015: 15). O autor chama a atenção ao debate sobre os refugiados ambientais, mencionando que algumas localidades não apresentariam tão “alta porcentagem de imigrantes ‘ilegais’” se houvesse o “um pleno reconhecimento da figura do ‘refugiado climático’” (Ibidem).

O fato é que os modos como migrantes disputam e agenciam categorias e instrumentos jurídico-políticos não param de se renovar já que as restrições migratórias e fronteiras dos Estados-nação seguem se reconfigurando - e não é de hoje. Hanna Arendt, em *Origens do totalitarismo*, já descrevera duas soluções curiosas às quais migrantes recorreram em momentos distintos da história europeia para viabilizar sua permanência nos países em que residiam. A primeira delas se deu durante a Primeira Guerra Mundial, quando migrantes cidadãos de um país inimigo tentavam evitar deportações ao “se refugiar na posição de apátrida”. Depois de 1935, quando a apatridia se tornou uma “anomalia não prevista na lei”, pequenos delitos apareciam como solução:

só como transgressor da lei pode o apátrida ser protegido pela lei. Enquanto dure o julgamento e o pronunciamento de sua sentença, estará a salvo daquele domínio arbitrário da polícia, contra o qual não existem advogados ou apelações (ARENDT, 2016: 389 a 390).

No caso do Brasil, a nova Lei de Migração, lei nº 13.445 de 2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro - considerada uma vitória da mobilização histórica de brasileiros e migrantes contra a lei de 1980 -, altera significativamente o contexto de regularização da permanência no país para os futuros migrantes. A lei também beneficiaria migrantes que já residiam no Brasil não fosse o veto presidencial ao artigo 113 do texto, o qual permitia a regularização migratória de pessoas que tivessem entrado no país até 6 de junho de 2016, “independentemente de sua situação migratória prévia” (BRASIL, 2017). O veto foi surpreendente, já que a chamada Anistia Migratória não é um dispositivo inédito no país: a mais recente, em 2009, beneficiou inclusive José Luis e, antes disso, outras ocorreram em 1998, 1988 e em 1980.

Do “apátrida”, ao “criminoso”; do “migrante econômico” ao “refugiado”; do “trabalhador saudável” ao “migrante doente”, do “solicitante de refúgio” ao “portador de visto humanitário”: identificam-se aqui diferentes agenciamentos operados por migrantes e atores governamentais a depender dos cenários políticos, econômicos e jurídicos de cada momento e local. Para Mezzadra, estas mudanças terminológicas afetariam os “regimes humanitários de proteção e de assistência aos refugiados, questionando o fato de serem fundados em ideais ‘apolíticos’ de universalidade e benevolência” (MEZZADRA, 2015: 15 e 16).

A separação do político e do humanitário ganharia força, segundo Giorgio Agamben, ao redor da própria noção de “refugiado” - este “conceito-limite que põe em crise radical as categorias fundamentais do Estado-nação” (AGAMBEN, 2010: 130). Agamben menciona o estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) - o qual define a atividade do órgão como estritamente humanitária e social - como exemplo de uma progressiva separação entre os direitos do homem do âmbito da cidadania (Ibidem: 129). Campanhas com “meninos refugiados” de Ruanda com “olhos suplicantes” são, segundo Agamben:

o índice talvez mais indicativo da vida nua no nosso tempo, da qual as organizações humanitárias têm necessidade em proporção exatamente simétrica à do poder estatal. O humanitarismo separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo [de concentração], isto é, o espaço puro da exceção, é o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução (Ibidem: 130)

Observando como se dá a relação entre humanitarismo e controle, entre direito político e concessões por compaixão, Fassin propõe uma compreensão complementar à noção de Agamben do campo de concentração como paradigma contemporâneo. O autor conceitua o que denomina como “economia moral das políticas de imigração” (Fassin, 2014), acreditando que tanto o campo - o lugar da exceção e da vida nua - quanto a pólis - o lugar da vida política do cidadão - são “os dois lados das democracias contemporâneas” (Ibidem: 20):

seria cínico ou simplista pensar que a renúncia coletiva manifesta pelo campo é o preço que pagamos pelo conforto da polis. De fato, as tensões entre essas duas figuras de nosso mundo explicam porque, no que diz respeito aos requerentes [de refúgio] e outros indesejados em geral, repressão e compaixão estão tão profundamente conectadas. Não apenas não há separação entre o humanitário e o político, mas, em contradição com Agamben, sugiro que o último crescentemente engloba o primeiro, que, em retorno, o redefine. A crescente confusão entre o humanitário e o político é um traço estrutural da biopolítica contemporânea (Ibidem: 20).

2.2 Humanitarismo e racionalidade neoliberal

“Eu não sou refugiado palestino, sou palestino refugiado”, ouvi Issam, interlocutor palestino que residiu na ocupação Hotel Cambridge e depois Leila Khaled, dizer uma vez. Tratava-se de um esforço de politizar a abordagem frequentemente humanitária a sua condição, ressaltando seu direito de retorno a sua terra ao tornar “refugiado” um adjetivo - uma

característica que se espera que seja temporária. Com uma formação marxista e muitos anos de militância política no Iraque, Issam costuma ressaltar similaridades entre as lutas em São Paulo e em outras partes do mundo e, não raro, compartilha experiências sobre organização política e resistência com brasileiros e migrantes, preocupado com os rumos da esquerda no país.

A fala de Issam é apenas um exemplo de como categorias como “refugiado” podem ser agenciadas de modo a superar o contexto humanitarista do qual advêm. Em setembro de 2017, para dar outro exemplo, o Coletivo Autônomo Dos Trabalhadores Sociais (Catso), realizou o “1º Seminário Povo de Rua, os Refugiados Urbanos”, reivindicando que:

as ruas das cidades, hoje, são as novas fronteiras cruzadas diariamente por pessoas que, expropriadas pelo Estado e pelo mercado capitalista de seus bens e direitos, buscam nas vias públicas - calçadas, praças e baixos de viaduto - alguma proteção e sobrevivência material (CATSO, 2016).

O evento em questão ocorreu embaixo do Viaduto Guadalajara, no Bairro de Belenzinho, onde há uma ocupação autônoma de pessoas que se autodenominam “moradores de rua”. Os depoimentos dos presentes e das entrevistas apresentadas naquele dia relatavam constantes expropriações e agressões que levam a uma constante circulação na cidade. Um dos entrevistados comentou que “era bom que o Estado desse atenção às pessoas que fogem da guerra”, mas que seria “bom também que desse para a gente que está na rua”.

A “guerra” - ou seus “enquadramentos” (cf. BUTLER, 2015) -, atrelada a fatores raciais, também estava entre as razões que Renata atribuiu ao tratamento e atenção que muitos davam aos “refugiados árabes” da Leila Khaled, em detrimento a outros migrantes e moradores brasileiros. Muitas doações, por exemplo, chegavam na ocupação destinada “aos refugiados”. Segundo ela:

A questão “guerra”... tem essa questão também racial... A guerra pega. Pra algumas pessoas pegou muito isso. É... é a mesma coisa: mesmo que o [Jardim] Pantanal tenha uma mistura de nordestino, também tem muito mais branco do que negro em muitas regiões de lá, a questão da enchente...né? Aquela coisa: "Ah, os coitadinhos na enchente"... Foi a mesma questão acho que nesse sentido dos árabes, né? Porque os haitianos estavam fugindo de lá pra melhorar de vida... É bem colocado isso: "Haitiano sai do seu país pra melhorar de vida. Eles não, eles estão em guerra, não têm pra onde ir". Era mais ou menos essa a discussão colocada.

A procura de jornalistas pelos migrantes na ocupação era intensa: “teve um tempo que as meninas [migrantes] colocaram: ‘Eu não quero mais dar entrevista, porque a gente não é bichinhos’”, me disse Renata. Segundo ela, como a questão migratória na cidade estava muito presente na mídia em 2015, especialmente por causa dos fluxos haitianos e sírios para o país, muitas pessoas apareciam na ocupação por “curiosidade”. De fato, em setembro daquele ano, quando o Mopat, Terra Livre e a Editora Autonomia Literária organizaram, na Leila Khaled, um ciclo de atividades políticas - rodas de conversa, exibição de filmes e lançamento de um livro - centenas de pessoas passaram pela ocupação.

O evento foi denominado “Jornadas de Yarmouk” em referência ao nome do campo de refugiados de onde muitos dos palestinos residentes do prédio haviam saído. O objetivo era “dar as boas vindas” e “debater a situação dos refugiados palestinos no contexto da guerra na Síria e de sua chegada no Brasil” (MOPAT, 2015), e solicitava-se que o público em geral trouxesse contribuições e doações para auxiliar na manutenção da ocupação. Naquela ocasião, eu estava na porta de entrada do prédio conversando com amigos quando fomos abordados por duas mulheres que nos perguntaram se era ali o “evento dos refugiados”.

Ao dizer que “sim” e indicar a elas até qual andar tinham que subir, minha resposta incluiu a palavra “ocupação”, ao que uma delas reagiu com surpresa: “Nossa, nunca fui em uma ocupação”, nos disse. Antes que subissem levando suas doações, travamos um breve diálogo no qual aquela que se surpreendera observou que “refugiados precisam” e “não têm outra escolha” e por isso residiam ali. Trata-se de um discurso que ouvi em outras ocasiões, o qual compõe um quadro de estigmatização dos ocupantes brasileiros como “desocupados”, “criminosos”, “acomodados”, ao mesmo tempo em que despolitiza a presença dos migrante ali e cria uma hierarquias entre eles.

Como observa Helena Manfrinato, há “uma ação ética seletivamente motivada na direção de vidas precárias e, por isso, limitada por uma série de condicionantes, sobretudo de classe, raça e nacionalidade” (MANFRINATO, 2016: 430). A autora, que acompanhou ativamente a ocupação Leila Khaled e os primeiros anos do restaurante Al Jannah, conclui que “há um desconforto” entre interlocutores brasileiros das ocupações “pela intensa visibilidade e assistência dos sírios e palestinos em detrimento de outros povos”:

há uma denúncia de invisibilidade ou visibilidade negativa, que se expressa em descaso, repulsa ou mesmo violência racista e xenofóbica, com casos de

assassinato de haitianos e congoleses. Entre essas nacionalidades, as pessoas que ganharam notoriedade e conseguiram se inserir no circuito humanitário-midiático são criticadas pelos que não conseguiram e permanecem no ostracismo. A impossibilidade de universalização da ajuda e visibilidade política aos mais necessitados alcança sua agudeza quando tal ajuda é oferecida aos refugiados e negada aos brasileiros nas ocupações. (Ibidem)

Nesse sentido, é importante destacar que o humanitarismo está profundamente conectado a lógicas neoliberais mais gerais. Mezzadra, ao observar a gestão de campos de detenção e de trânsito de migrantes, propõe a noção de “fronteira humanitária” para descrever, justamente, um espaço que reúne o discurso da proteção de direitos humanos à gestão securitária e dos cálculos econômicos (Ibidem). Nestes espaços, segundo o autor, tanto o auto-emprego migrante quanto a participação de organizações humanitárias locais e internacionais, promovem a substituição de serviços públicos e de responsabilidades sociais por conquistas dependentes de esforços individuais ou privatizantes.

Nos termos de Wendy Brown, há uma “racionalidade neoliberal” que despolitiza poderes econômicos e sociais, equiparando ação racional com responsabilidade moral, produzindo a necessidade do indivíduo como ator empreendedor em todas as esferas da vida, o que, no limite, leva a uma nova forma de governar (BROWN, 2003). Esta compreensão considera o neoliberalismo não apenas como uma orientação econômica, mas como um conjunto de práticas e técnicas de governo que colocam no registro econômico diferentes aspectos da vida, de espaço a corpos, de discursos à racionalidades (BROWN, 2015).

Glick Schiller e Çaglar (2011) descrevem como aspectos sutis da relação de migrantes com a cidade se dão no marco da promoção de uma racionalidade neoliberal, por exemplo, no caso das redes de serviços de Igreja destinados a migrantes em Manchester (Estados Unidos) e Halle (Alemanha). Segundo as autoras, diante da ausência de serviços públicos que o façam, estes serviços acabam por oferecer apoio social e emocional também a não migrantes. É também neste contexto de erosão do Estado de bem-estar social que Ruba Salih e Bruno Riccio observam que a incorporação do trabalho de mulheres migrantes na região italiana de Emilia Romagna é estratégica para substituir serviços como creches e casas de repouso para idosos, até então providos pelo Estado (SALIH E RICCIO, 2011).

Nesse aspecto é interessante notar, como ressalta Peralva, que o Estado não só não constrange, como até estimula o surgimento de novos atores econômicos e sociais como o

“migrante empreendedor” (PERALVA, 2015). Trata-se, segundo a autora, de um esforço que integra tentativas de contornar o desemprego e crises industriais (Ibidem: 450), através do qual multiplicam-se artesãos e empresas de pequeno porte geridas por migrantes (Ibidem). No Brasil, o caso das oficinas de costura e dos trabalhadores migrantes remunerados por peça produzida é paradigmático (cf. SILVA, 2008), assim como, não à toa, assistimos à multiplicação de empreendimentos gastronômicos migrantes sob uma percepção pública que alia a figura do migrante que supera adversidades - e ascende por mérito independentemente de políticas públicas - ao humanitarismo.

“Depois da longa e sofrida viagem até o Brasil, [migrantes haitianos] conseguiram um trabalho em uma padaria nos Jardins, bairro nobre de São Paulo. Falar francês foi um diferencial na hora da seleção”, enunciava uma matéria do G1 em 2015 (MACEDO, 2015). Outra reportagem no mesmo portal dizia que “um refugiado sírio” e sua família “já são exemplos de sucesso na busca por uma nova vida no ocidente. Vendendo pratos típicos da culinária árabe em São Paulo (...) eles inauguraram (...) na Zona Sul, seu primeiro restaurante, fruto de uma campanha de financiamento coletivo na internet” (PEREIRA, 2016).

Para Butler, é justamente, no contexto de distribuição desigual da precariedade na sociedade que se “impõe um enquadramento de responsabilidade individual”, o qual redefine a “responsabilidade como a exigência de se tornar um empreendedor de si mesmo” em um contexto biopolítico¹¹ em que “diversas populações estão cada vez mais sujeitas ao que chamamos de precarização” (BUTLER, 2018: 21). Neste contexto, a autora enuncia que há “uma escalada de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender da pessoa”(Ibidem).

A ansiedade aqui, vale ressaltar, não é um conceito abstrato, mas um sentimento real experienciado por muitos dos meus interlocutores. Gloria, por exemplo, me contou que em um momento de desespero, após sua chegada no Brasil, chegou a contratar os serviços de uma astróloga via internet: “Quando estou parada eu olho muito a internet e tudo mais”, me disse. Assim como outros interlocutores, ela atribui a raiz de sua ansiedade à ausência de

¹¹ Butler compreende a biopolítica como: “os poderes que organizam a vida, incluindo aqueles que expõem diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si” (Butler, 2018: 216).

trabalho: “Eu vivo em muita dificuldade! Muito. Quando não tô trabalhando, eu fico triste. Quando eu não tô trabalhando eu tô ficando doente do estômago”, disse.

Um interlocutor que viveu na ocupação Leila Khaled me disse que até mesmo seu envolvimento com o dia a dia da ocupação e “questões políticas” só se tornou possível depois que encontrou um emprego. “Para lutar tem que estar forte antes. E para estar forte tem que ter moradia e trabalho”, me disse. Uma interlocutora brasileira que também viveu nesta ocupação me contou que apoiou emocionalmente muitos migrantes residentes na Leila, os quais enfrentavam dificuldades em lidar com expectativas de sucesso individualizadoras:

Eu passei por vários processos junto com eles. E isso pra mim é muito forte. De imaginar aqueles que saíam todo dia sem aprender... sem carteira de trabalho, atrás de trabalho... e voltava chorando, se enfiava embaixo da coberta e não saía mais dali, não conseguia ter contato... Daqueles que começaram a se martirizar, se cortar... É.. aqueles que viviam em cima de uma cama porque falavam: "Eu não falo português, minha família não está aqui... Minha família não está aqui, o quê que eu estou fazendo? Eu sei que eu vim, eu tive que vim pra cá"

A fala emocionada desta interlocutora revela que as ocupações têm o potencial de constituir alternativas éticas e sociais às lógicas neoliberais através, inclusive, das conexões e redes de afetos e cuidados que, ainda que momentâneas, implicam, nos termos de Butler, ansiedades e sentimentos de fracasso “em um mundo social mais amplo”. Isso porque estas relações se constituem como alianças que operam uma desconstrução da “forma de responsabilidade individualizadora e enlouquecedora” ao evidenciar a dependência de outras pessoas e “de infra-estruturas e redes sociais viáveis” (BUTLER, 2018: 28).

As alianças que se formam na precariedade podem ser, nesse sentido, a “própria formação subjetiva” de uma pessoa (Ibidem: 77), o que não significa dizer que se trata de “encontrar a dignidade humana em cada pessoa, mas sim entender o humano como um ser relacional e social” (Ibidem: 98). José Luis já me falara sobre isso, ao comentar sobre a necessidade de se trabalhar “a parte humana” no atendimento a migrantes no CRAI, identificando que a circulação entre ocupações e albergues cria uma “sustentação”, que, argumento, pode levar a uma subjetividade cada vez mais relacional:

Porque... Pelo menos eu percebi... antes de trabalhar, passar alguma informação [no atendimento aos migrantes], você tem que trabalhar a parte humana. Dizer: "Quem é? Quem sou eu?" (...) Sou peruano, boliviano, eu

sou latino-americano... mas quem você é de verdade? Me reconhecer como eu. A partir disso, talvez consiga se trabalhar. Mas ninguém faz isso... e para fazer isso você precisa de recursos. Você não inventa recursos pra trabalhar [o] pessoal. Parece que todo mundo tem recursos para trabalhar aquelas questões mais... é... como se chama isso? Mais comuns... mais robotizadas digamos... (...) Porque como as pessoas às vezes chegam sem ninguém, né? Aí o cara vai no albergue, ou na ocupação, e conhece fulano, que depois vai morar não sei onde... Aí isso vai dando alguma sustentação.

A pergunta feita por José Luis - “quem é você de verdade?” - depois de elencar possíveis identidades - “peruano”, “boliviano”, “latino-americano”- nos permite observar a possibilidade e a importância do que Butler denomina como alianças “dentro de um único sujeito”:

o “eu” em questão se recusa a tornar secundário um estatuto de minoria ou lugar de condição precária vivido em favor de qualquer outro, é uma maneira de dizer: “eu sou a complexidade do que sou, e isso significa que me relaciono com os outros de maneiras essenciais para qualquer invocação desse ‘eu’”. Uma visão como essa, que implica uma relacionalidade social no pronome de primeira pessoa, nos desafia a compreender a insuficiência da ontologias identitárias para pensar o problema das alianças. (BUTLER, 2018: 77).

Como observa José Luis, a escala urbana promove encontros, tanto entre pessoas, quanto entre pessoas e lugares. O cosmopolitismo diaspórico imbuído desta experiência de circulação e entrecruzamentos permite não só o surgimento de subjetividades mais relacionais, mas também, como veremos a seguir, alimenta a criação de redes - as quais, por sua vez, promovem ainda mais encontros e alianças.

2.3 Redes em formação: entre abrigos e ocupações

“Eles pareciam nordestinos também, quando tá num lugar começa a trazer alguém pra cá” - foi assim que Seu Daniel descreveu a chegada dos familiares e amigos de Oscar, um dos primeiros migrantes que conheceu no Jardim Piratininga, vindo da Bolívia e que morou no bairro até 2017. “Ele trouxe um irmão, depois trouxe uma irmã, depois trouxe a mãe dele também”, contou Daniel, aludindo à semelhança com o processo migratório de sua família e muitos de seus conterrâneos no bairro. Oscar, que trabalhava com costura e frequentava a mesma igreja evangélica que Seu Daniel e sua esposa, morou no Pira por 3 anos. Antes disso

estava no Cangaíba, até que voltou para a Bolívia - “às vezes a costura tá fraca e não dá grana”, lamentou Daniel.

No Jardim Açucará, José Luis descreveu a chegada de migrantes no bairro de modo semelhante: “Foi indicação de amigos, parentes... família...”. Ele próprio, como comentamos, chegara ali depois de conhecer ativistas em uma das instituições em que trabalhou, onde, por sua vez, chegou depois de passar por arranjos habitacionais que se desenvolveram por redes de trabalho e amizade - algumas desenvolvidas graças ao seu comparecimento na primeira Marcha do Imigrante, da qual tomou conhecimento ouvindo o rádio na oficina de costura em que trabalhava. Assim como nas demais trajetórias habitacionais e espaços observados até aqui, redes informais - de diferentes escalas, intensidades e durações - mediadas por diferentes atores, tecnologias e eventos promovem entrecruzamentos e alianças.

Essas redes passam pela busca de carteira de trabalho em uma ou outra instituição depois de um anúncio na TV, como no caso de Fenitho, que depois encontraria um apartamento com a ajuda de uma ONG indicada por um fotógrafo que conhecera na ocupação que lhe fora apresentada por um amigo que vivia em outra ocupação, não sem antes passar por uma série de abrigos municipais nos quais desenvolveu contatos que lhe possibilitaram encaminhamentos a outros abrigos e programas sociais. Passam também por grupos de Facebook, como o acessado pelo cunhado de Yafa, e por contato com atores envolvidos em espaços como a Bibliaspa e o Al Jannah, que levaram, respectivamente, a jovem palestina a morar em um apartamento emprestado e depois em uma ocupação. São redes que se constituem através de colegas de trabalho, do namorado que conheceu no curso de português, ou das amigas da igreja evangélica, no caso de Gloria; ou através de encontros muito situados como os de Patricia, a interlocutora haitiana que levou a amiga congoleza que conheceu nos semáforos em que vendiam doces à ocupação da Mooca.

Nada disso é, evidentemente, exclusivo à experiência migrante. Apenas para recordar alguns dos exemplos que já comentamos: foi na fila para buscar cestas básicas em uma igreja que Marcela conheceu a amiga que a levou à ocupação na Mooca; e foi morando na rua que um dos interlocutores da Pompeia conheceu sua namorada, cuja amiga lhes apresentou a primeira ocupação do Terra Livre em que morou. No entanto, cabe observar especificidades

e heterogeneidades na formação dessas redes entre migrantes, já que, muitas vezes, elas são influenciadas por características próprias dos fluxos migratórios em questão.

A migração ao redor da indústria da costura, por exemplo, se dá em redes mais estruturadas e estabelecidas, nas quais arranjos salariais são, muitas vezes, condicionados a descontos referentes a aluguéis cobrados de forma compulsória, resultando em uma combinação entre o local de trabalho e de habitação (SUZUKI, 2014). No caso de outros fluxos migratórios, seja por seu caráter mais emergencial ou por serem mais recentes, inauguram-se experiências com menos contatos ou acordos prévios. José Luis me falou sobre isso quando comentava sobre sua experiência no CRAI:

Então... foi uma época que aprendi muito. Aprendi que migrante não é só migrante andino vindo trabalhar na oficina de costura. Aprendi que a imigração vai mais além que isso. (...) [a migração andina no marco da indústria da costura] tem uma rede, e tem umas regras estipuladas entre eles. Tem acordos que são meio que comuns. Agora [nos novos fluxos migratórios] não... (...) Quando você [na migração da costura] chega aqui, sabe, você dorme no lugar... você levanta da cama, atravessa uma porta e já está na oficina de costura (risos). (...) [Esses novos imigrantes] muitos deles tiveram que vender a casa que tinham... ou juntaram a família... O pai, mãe, irmão se ajudaram pra juntar o dinheiro pra pagar a passagem...

Neste contexto, é interessante observar que o próprio CRAI, recém inaugurado, buscava se consolidar como um novo ponto de passagem das redes de migrantes na cidade. A expectativa dos agentes, segundo relatou-me Carlos, era receber sobretudo migrantes haitianos que vinham do Acre. No entanto, o CRAI era uma instituição desconhecida em comparação à Missão Paz, que já se consolidara como ponto de passagem para muitos migrantes vindos do Haiti - basta lembrarmos de Ana, a migrante que se perdeu em Rio Branco buscando esta instituição cujo endereço já trazia anotado em um papel desde que saíra do seu país. Segundo Carlos, “o pessoal não queria ir pra um centro esquisito da prefeitura. Eles queriam ir pra Missão Paz”.

No final de 2014, com o agravamento da crise na República Democrática do Congo, o fluxo de migrantes oriundos deste país para São Paulo aumentou e o CRAI acabou se consolidando como ponto de passagem, um nódulo de uma nova rede cuja formação Carlos pode acompanhar:

(...) porque na Missão Paz, as pessoas já vinham sabendo o que era a Missão Paz. A Cáritas, as pessoas já vinham sabendo o que era a Cáritas. O nosso foi

meio diferente. A gente não tinha todo esse respeito, sei lá... Reconhecimento dentro das comunidades imigrantes. E começou assim. Então assim, o fato de por alguma razão quando a gente abriu o Centro de Acolhida Bela Vista, veio um monte de congoleses. Os congoleses acabaram vindo, porque eram os que mais estavam precisando. Eram os que acabaram de chegar em São Paulo, em grandes números, foram pra lá, e aí começou a vir um monte de congolês pro Centro de Acolhida, porque vem o primo, vem o cunhado, vem não sei quem, vem o amigo. Vinha direto. Depois essas foram as pessoas que começaram a ser atendidas pelo CRAI para documentação, defensoria pública, assistência social. Então foi uma rede. Perfil, não sei se tem a ver com outra coisa, é mais pela rede. Você sabe que você tem que ir pra aquele lugar, ou alguém da sua comunidade já foi naquele lugar. E o fato de a gente ter dois atendentes que falavam lingala no CRAI...

Muitos dos congoleses que chegavam ao Centro de Acolhida, segundo me relatou, tinham ensino superior e vinham de estratos sociais médio e médio-alto na RDC. Muitos chegavam, inclusive, com condições financeiras de se estabelecer, mas era justamente a ausência de uma rede que os fazia “gastar toda a reserva de dinheiro da família em uma semana em hotel”, o que os levava posteriormente ao Centro de Acolhida, como observou Carlos:

foi muito interessante: nos primeiros meses, era exatamente isso que acontecia. A pessoa chegava: “meu, estou a uma semana no Brasil e já aconteceu de tudo, não tenho pra onde ir, acolhe a nossa família”. Depois de 5 meses, o pessoal já veio direto do aeroporto pra porta do Centro de Acolhida com as malas. Então foi muito rápido. A rede do Congo foi uma coisa muito interessante. Deu pra acompanhar bem do começo, até quando se estabilizou.

Com uma rede já formada e a diminuição do próprio fluxo da RDC para o Brasil, angolanos passaram a ser a maioria dos que passavam pelos Centros de Acolhida, o que causou, nas palavras de Carlos, “uma reviravolta na assistência”. Em apenas um mês, 400 angolanas foram mapeadas nos Centros de Acolhida: “A gente teve que abrir dois centros de acolhida emergencial só pra mulheres imigrantes, que no fim das contas eram só angolanas, e só tinha mulher angolana”, disse ele. Segundo José Luis, nesta época, “os próprios gestores das ocupações” começaram a procurar as migrantes nas redondezas do CRAI:

Não iam diretamente no CRAI, iam perto do albergue, ali... arredores... Assim que uma, duas [angolanas] foram e começaram. Tanto que aquela ocupação em Santana... Só [tem] angolanas, agora! Na época não era... Foi uma, depois puxa outra, depois puxa outra... Tanto que é uma estrutura... quando os parentes antigamente chegavam, na época que eu estava no CRAI, chegavam para [a ocupação] primeiro. Para a casa deles lá na

ocupação... ficavam dois três dias, depois traziam no CRAI... (...) Porque vai se construindo por redes de contato, né?

Quando perguntei a Carlos sobre a razão das trajetórias de algumas pessoas que passaram pelos Centros de Acolhida depois passarem por ocupações, ele também recorreu ao exemplo da ocupação de Santana para explicar a formação do que chamou de “redes informais”:

Geralmente é isso, essas redes informais - "Tenho um amigo que mora lá". Teve essa época que começou umas ocupações de angolanos lá em Santana. (...) eu lembro que tinha muita angolana no Centro de Acolhida, e todas as angolanas iam pra essa ocupação depois, em Santana. Todas. E aí já é quase mandatório, porque todas as angolanas tão lá, você vai pra lá, né?

Nesse sentido, é interessante notar que, ao contrário do que poderia parecer - e como as trajetórias de Fenitho e Gloria também exemplificam - migrantes que passam por abrigos e serviços de assistência social também podem passar por ocupações, seja antes, seja depois. A presença de migrantes em ocupações não é explicada, portanto, pela ausência de vagas em abrigos. A própria “constituição epistemológica da assistência” aparece como um fator de mobilidade e promove encontros e até catalisa redes que levam pessoas a ocupações e outros arranjos habitacionais. Segundo Carlos:

No começo, em 2014-2015, tinha gente que ficou um ano no Centro de Acolhida. Mas depois começou a ser aplicada uma regra dos seis meses. Dá seis meses... Quando vence os seus seis meses, o quê é que faz: a assistente social te chama e fala " olha, acabou seu tempo aqui". Você pode ir para um centro de acolhida igual, se você está na Bela Vista você pode ir pro Pari pra fazer seis meses lá. Se você tá no Pari, você pode ir pra Bela Vista. Mas o ideal aí é que você saia pra um outro nível. Na época que tinha Autonomia em Foco, vamos tentar, vamos tentar albergue. Não deu. O quê vai fazer? Tem então um abrigo... Teve gente que saía, e não tinha vaga fixa. A assistente social encaminhava para um pernoite, e aí a pessoa tem que se virar a partir daí. E isso, óbvio, colocava um monte de gente numa situação... Por causa da constituição epistemológica da assistência, as pessoas saíam sem ter onde ficar. Tinha apoio, você não joga na rua. Mas, aí... Você conhece alguém na rua que te encaminhou para a ocupação.

José Luis coincide com esta análise, ressaltando que a própria dinâmica da cidade, e sobretudo os preços dos aluguéis quando comparado à renda das pessoas - muitos, como o próprio Fenitho, já tinham um trabalho e ainda assim permaneciam nos equipamentos - faz com que os migrantes que passam pelos Centros de Acolhida muitas vezes retornem a eles ou busquem as ocupações:

Depois de albergue, muitos saem para aluguel, ou arruma um primeiro emprego e depois de dois meses já sai. Em dois meses a *persona* não

conseguiu nem juntar dinheiro pra comprar o beliche pra ela e pros seus filhos. Aí depois chega um momento em que a *persona* fica... assim: "Que fazer?". No próprio Pira... muitos me procuraram lá porque sabiam que nessa época eu estava morando no Pira. Me procuravam lá... Mas ainda consegui um quarto mais barato. (...) [Outros me falavam:] "Me ajuda a voltar lá no albergue"? Eu não consigo, você tem que ir lá pessoalmente.

Muitas vezes a permanência em albergues ou ocupações é, portanto, uma estratégia diante das possibilidades escassas de moradia que permitam viver na cidade ganhando pouco, guardando dinheiro e, ainda, desenvolvendo conexões com diferentes redes que passam por esses espaços. É importante ressaltar, nesse sentido, a agência e capacidade dos migrantes em, inclusive, lidar com os prazos e procedimentos dos equipamentos públicos. O caso de Fenitho é paradigmático nesse sentido, como ele próprio observou:

(...) o meu tempo antes de eu chegar na minha esposa, fora o tempo que eu fiquei na empresa, quase dois meses, eu fiquei tudo no albergue, com ajuda do governo. Eu fiquei com muita resistência comigo mesmo pra economizar. Ninguém entendia. Mesmo meus amigos me criticavam, mas eu só entendia que era pra economizar 14 mil reais e pegar mais quatro prestações do banco pra viajar e trazer [minha família] (...) Depois desse ano aí que eu fiquei [no Centro de Acolhida da Japurá], me falaram que já completou um ano, não dá pra mim ficar mais lá. (...) Eu expliquei a minha situação, eu falei que sim tenho um dinheiro... Eu tenho dinheiro, mas só que esse dinheiro que eu tenho é pra trazer a minha família, não é para uma casa. Eu expliquei lá no SEFRAS-CRAI e me disseram: então vamos fazer o seguinte pra você.... Foi a Camila [assistente social]. Sim, a Camila me encaminhou [para o Autonomia em Foco] lá na Rua dos Estudantes.

Em 2014, quando acompanhei a desativação do Albergue Emergencial da Prefeitura - pelo qual passou Fenitho e onde José Luis trabalhou - eu mesmo pude perceber que já havia residentes do albergue com outras possibilidades de arranjos de moradia mas que permaneciam ali até o último momento. A gratuidade era, evidentemente, uma das principais razões para a permanência, mas não era a única. A localização central do Abrigo - sobretudo a proximidade "do trabalho" ou "da Cáritas" - e a possibilidade de estarem em contato com as redes de informação e emprego também estavam entre os motivos de permanência no equipamento.

2.4 Entre movimentos e regras

A prioridade número um dos residentes do Abrigo Emergencial e da absoluta maioria dos migrantes com os quais interagi nos últimos anos sempre era encontrar trabalho - e, se já haviam encontrado, muitas vezes o objetivo era guardar dinheiro para mandar para familiares que ficaram no país de origem ou conseguir viabilizar a vinda de outros. “Muitos dispensavam até a alimentação, porque não era sua prioridade”, disse José Luis sobre o Abrigo Emergencial, ““O que eu quero é trabalhar’ [diziam os migrantes,] (...) a questão de moradia é a segunda, ou terceira [prioridade]”, observou.

Meu campo etnográfico e conversas com diferentes interlocutores apontam na mesma direção deste diagnóstico. Percebi um grande acúmulo e conscientização entre migrantes sobre direitos trabalhistas e outras questões, sobretudo em relação ao direito a educação - a maioria se mostrou, inclusive, muito satisfeita com as escolas públicas em que estão seus filhos. No entanto, quando o assunto era moradia, o engajamento era outro. No entendimento de Carlos, “as pessoas estão mais dispostas a se submeter a condições precárias de moradia do que de trabalho” e haveria, ainda, “menos percepção que direito à moradia é um direito”:

Engraçado, que qualquer oficina, roda de conversa, roda de atendimento que você vai fazer com imigrante, você vai (...) discutir moradia: “Ah, mas não consigo trabalho”, né? (...) Eu vejo as pessoas muito mais afiadas no que está acontecendo [em relação ao trabalho]... Quando vem a folha de pagamento e eles veem que tem desconto, o pessoal fica muito, muito desconfiado. “Quero entender”. Nossa, direto vinha gente trazer folha de pagamento para explicar, recibo do FGTS. “Que que é isso, porque meu dinheiro não está aqui?”. Mas moradia, assim: “Estou pagando 200 reais, estou lá”. (...) Eu tenho essa impressão. Moradia é uma coisa que você tem que conquistar(...) Mas assim, trabalho tem que ter trabalho. O migrante veio aqui, refugiado, tanto faz, está aqui pra trabalhar. Então ele entende que trabalho é um direito, mas a moradia me parece que não tem tanto essa percepção.

Há uma perspectiva individualizadora latente nesta percepção descrita por Carlos, a qual pode ser desafiada pelas alianças que se formam na precariedade uma vez que a própria existência destes encontros e conexões termina por contestar a responsabilização individual sobre a moradia. Ainda assim, é importante ressaltar que não podemos considerar a relação dos migrantes com os movimentos de moradia organizados fora deste contexto geral de

percepção sobre o tema da moradia de modo individualizado. Não à toa, a presença de migrantes - e não migrantes - em muitas ocupações é atribuída comumente por interlocutores a fatores como preço, localização e autonomia nos espaços, e não a uma reivindicação pelo direito à moradia ou por uma conexão a este ou aquele movimento que protagoniza a organização de uma ou outra ocupação.

Também é importante ressaltar que as formas de organização e regras de cada ocupação variam muito, havendo desde movimentos organizados mais ou menos hierárquicos a empreendedores informais que alugam espaços ou pessoas que se auto-organizam. Em ocupações onde há um sistema de controle da assiduidade a assembleias do movimento de moradia via marcações em “carteirinhas”, algumas das pessoas com quem conversei relataram comparecer apenas porque “tinha que ir”, permanecendo nas assembleias, inclusive, sem entender muito o que se passava por, em alguns casos, não dominarem o português.

Alguns migrantes, assim como moradores brasileiros, vale ressaltar, também encontravam maneiras de driblar essas regras e dinâmicas. Um interlocutor migrante relatou-me, por exemplo, que diante de ameaças de reintegração de posse da ocupação em que vivia, o movimento de moradia começou a convocar atos e acampamentos de protesto, aos quais os moradores eram chamados a participar. Ele, no entanto, ficou em casa com a esposa e os filhos, sem que os organizadores do protesto percebessem:

Falaram que era pra ir, mas dentro da minha cabeça eu falei: não vou. (...) Porque não tô acostumado com isso. Pode acontecer alguma coisa, uma briga de noite, e ter que abandonar a esposa e meninos dentro de casa. Os meninos, sair de casa pra ir dormir na rua... E tem umas pessoas que queriam levar as crianças. Aí eu falei que... Eu não falei não, eu perguntei: se alguém não fosse o que ia acontecer? Disseram que vai ser *expulsado*. Mas eu fiquei tranquilo em calma, sem dizer se não vou, se vou... Eu fiquei. Não perceberam. Aí, como eu também... com a portaria eu sempre fui bonzinho, não discuto... Tem pessoa que chega falando... Fui todo bonzinho com a portaria e ninguém percebeu que eu não tava ficando na rua.

As “portarias” das ocupações apareceram em diversas conversas com interlocutores quando lhes perguntava da relação dos moradores migrantes e não migrantes com o movimento de moradia organizado. Rapidamente a relação com o movimento era traduzida em relação com as regras da ocupação, e a portaria materializava muitas delas: do controle de horário em algumas ocupações e restrições de uso de drogas em outras, à cobrança de contribuições ou

convocação para assembleias. Como observou Renato Santos sobre a Ocupação Mauá, localizada na região da Luz, centro de São Paulo, a portaria é “um lugar privilegiado, não só de passagem, mas de acontecimentos e da vida da ocupação” (SANTOS, 2018: 96).

Fenitho, por exemplo, me contou que deixou de realizar os pagamentos ao MSTS nos dois meses que antecederam a desocupação do Cine Marrocos, e que essas cobranças se davam, justamente, na portaria. Com a iminente reintegração, o pagamento de 200 reais se transformou em pequenas contribuições voluntárias aos membros do movimento que ficavam na entrada do prédio:

Acho que paguei 5 [meses], e os dois últimos, o cara responsável foi *prendido* pela polícia, aí acabam de não cobrar de ninguém. Só que tavam pedindo sempre na portaria, eu sempre dava. Quem tava na portaria, como eles sabiam que já o negócio [reintegração] tava dando certo, não tavam pedindo pra ninguém pagar já. (...) O pessoal dava nota de um real, mas eu sempre dava de dez, quinze, vinte, porque sabia que tavam precisando.

Em ocupações com dinâmicas mais horizontais como era o caso da Leila Khaled, as portarias também apareceram como materialização da relação dos residentes com as regras da ocupação. Neste caso as contribuições dos moradores à gestão do espaço - sobretudo destinadas a arrumar o elevador do prédio - eram de 50 reais, e flexíveis aos moradores que não tinham condições de pagar. Uma interlocutora brasileira, integrante do Terra Livre, que naquela época ainda estava na ocupação, contou-me que também a regra de horário máximo de entrada no prédio era flexibilizada muitas vezes, sobretudo para os migrantes. Quando finalmente a regra foi aplicada sem exceções, inaugurou-se um conflito inédito com alguns moradores árabes que, naquela ocasião, foram obrigados a dormir na rua:

(...) a partir de certo horário a portaria fechava, e não entrava. Não importa se você é árabe, se é brasileiro, se não tava trabalhando. Você não entrava pra dentro da ocupação. E aí, eu vou falar: de vez em quando eu jogava sujo nisso, por eles não entenderem o português... eu abria pra alguns deles, tipo... Quando não tinha ninguém na portaria eu abria pra eles entrarem. Só que nesse dia estava muita gente, e existia essa questão: "Ah, porque eles podem e outros não podem"? E aí eu deixei eles pro lado de fora. E ele falou que no país dele ele nunca dormiu na rua.

Além do horário de entrada no prédio, a portaria da Leila Khaled também era palco de disputa ao redor outras regras, como aquela sobre o consumo de cigarro - um hábito extremamente comum entre os residentes migrantes. Renata me contou que a regra de não fumar nos espaços comuns era um desafio para muitos que insistiam em fumar na área da

recepção. Rindo, disse que, normalmente, a frase que ouvia de “quase todos os árabes quando estavam fazendo algo que era errado” era ““Não entendo português””, e não era diferente no caso dos fumantes na recepção do prédio.

Yafa, por sua vez, também me contou sobre uma disputa que travou com uma vizinha brasileira, dessa vez em seu quarto na Leila Khaled, sobre a regra do cigarro:

eu tava morando num quarto bem pequeno com uma menina do Egito. Os vizinhos, que estão no mesmo apartamento, são brasileiros. E eles não gostam de nós. Tem muito dessa coisa: "Ah, esses árabes que estão aqui". Também eu fumo. E tem uma... Ela tocou a minha porta às duas da manhã, porque eu estou fumando um cigarro dentro do meu quarto. É. Nossa, eu estou dentro do meu espaço. Você não pode tocar assim, às duas da manhã, pra falar: “você não pode fumar”. Estou dentro do meu espaço. “Ah, você não viu a lei desse prédio?” Eu falei não. Falou: “na lei, não pode fumar dentro dos espaços”. E trouxe a lei pra mim, pra ver. Ela trouxe a lei: tem no térreo, elevadores, corredores e escadas. Não tem apartamento. Falei: “não tem”. Ela começou a gritar, fazer umas coisas, blábláblá. Eu comecei a tipo... Fechei a porta assim, na cara dela.

Nesta época, o Terra Livre já não estava mais na ocupação, o que não significou uma ausência de regras no espaço e tampouco o descarte de regras anteriores - como a do cigarro. Portanto, ainda que muitos interlocutores respondessem a questionamentos sobre a relação com os movimentos de moradia referindo-se à relação com as regras da ocupação, isso não significa que onde não há movimentos organizados não existam regras ou hierarquias. Alguns interlocutores avaliam que, dado que a saída do Terra Livre da Leila Khaled coincidiu com o declínio dos eventos e do entra e sai de jornalistas e ativistas no prédio - sobre o que comentamos anteriormente - a nova gestão do espaço tornou a ocupação “mais fechada”, pois, agora: “Ninguém pode entrar, só quem tem a chave. Se alguém vai entrar, tem que saber quem é ele. Tem câmeras agora”.

No caso da ocupação da Mooca, onde tampouco há um movimento social organizado, também existem regras. Um morador haitiano que chegou a ser considerado um articulador entre os migrantes e não migrantes da ocupação, por dominar diversos idiomas, foi expulso do local por tentar vender seu espaço, o que era proibido ali. Alguns moradores me contaram que uma das lideranças - a quem atribuem a legitimidade por ter estado entre os primeiros ocupantes do Lado B - é o único morador a fazer churrascos com música alta, enquanto há

um acordo de silêncio na ocupação dada a proximidade dos barracos e a acústica da antiga fábrica.

Hierarquias são perceptíveis na Mooca: algumas pessoas da ocupação do Lado A são identificadas como “chefes” - os quais determinaram, por exemplo, uma rotatividade nas tarefas administrativas da ocupação, como o recolhimento dos 30 reais de contribuição para pagamento da advogada. Outras, no lado B, são tidas como “responsáveis” - aqueles que, dentre outras tarefas, supervisionam a troca da fiação, convocam reuniões, estão em contato com a advogada, mediam o primeiro contato de visitantes como eu, e recebem potenciais novos moradores, algumas vezes lhes oferecendo um pacote completo de construção dos barracos ou casas de alvenaria.

Há, ainda, ocupações que se desenvolvem com forte presença do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização que nasceu nos presídios paulistas e passou a ter ramificações nas diferentes dinâmicas urbanas da cidade, regulando o crime e pautando modos de agir em diversos aspectos da vida cotidiana e das economias urbanas de modo capilarizado (cf. FELTRAN, 2018). Um interlocutor - que preferiu não pronunciar o nome da organização com o gravador ligado, mas desenhou as iniciais da mesma com o dedo sobre a mesa junto a qual estávamos sentados - disse que a presença do PCC em certo loteamento irregular em que ele viveu é uma variável importante para que a possibilidade de remoção de famílias naquele bairro seja remota - “tem muitos acordos ali”, disse.

Outro interlocutor que viveu em uma ocupação de um prédio coordenada por integrantes do PCC afirmou que a “entre o PCC e o movimento [de moradia], o PCC é mais organizado (risos). Mas as pessoas também tem medo do PCC”. Segundo ele, esforços de politização empreendidos por alguns movimentos de moradia não são identificados na relação com o PCC e, no limite, migrantes e não migrantes estão na ocupação primordialmente para morar: “As pessoas querem morar. A esquerda quer fazer todo mundo esquerda. O PCC não. Para ele foda-se.”

2.5 Agenciamentos de identidades étnicas e nacionais

Na região do Glicério, há uma série de redes de mercados informais, comércio de bens ilegais, tráfico de drogas e suas capilaridades, que compõem o que podemos chamar de tecido de “economias urbanas” (cf. Telles, 2013), no qual PCC está presente, seja pela capilaridade de suas práticas, seja pela presença de membros da organização. Uma importante liderança na recepção de migrantes em uma das organizações atuantes naquela região, contou-me, certa vez, que, quando se iniciou o aumento do fluxo haitiano em São Paulo, representantes do PCC procuraram membros de sua instituição para expressar preocupação com o aumento de “nigerianos” naquela área. O caso foi rapidamente resolvido quando se comunicou ao PCC que, na verdade, tratavam-se de migrantes de outra nacionalidade.

Ocorre que, entre migrantes e outros atores urbanos que circulam pelo centro da cidade, a “fama” de migrantes homens nigerianos é de que muitos seriam ricos comerciantes informais e que outros tantos seriam grandes traficantes de drogas, pertencentes a organizações e redes internacionais poderosas - o que evidentemente não passa de um boato. O contexto racializado brasileiro - “o tom da pele deles parece mais com dos nigerianos que com o dos brasileiros negros”, explicou meu interlocutor - levou alguns atores conectados ao PCC na região a acreditar que aqueles que chegavam do Haiti eram nigerianos. Ao serem informados sobre a real origem daqueles migrantes, os “membros” do PCC deixaram de se preocupar.

A preocupação advinha das possíveis mudanças nas relações espaciais, das disputas de poder e governança, e de aspectos narrativos naquela região. Estes elementos são dinâmicos e simultâneos, e não estão isentos de serem afetados por dinâmicas migratórias e outros processos locais, nacionais e globais. O fluxo migratório vindo do Haiti, de fato, modificou o Glicério e seu entorno, como já comentado, mas estas modificações não afetaram a gestão das economias urbanas feitas pelo PCC. Segundo alguns interlocutores, a organização, para além de uma concordância tácita com aquela presença transnacional, também teriam assumido um “compromisso” em ajudar os “refugiados” do Haiti - e “os da Síria também” - caso necessário.

Esse caso demonstra que abdicar de noções pré-concebidas e generalizantes sobre migrantes inerentes ao nacionalismo metodológico, mais do que uma opção epistemológica, é uma estratégia eficiente para observar os agenciamentos e disputas em torno de identidades e categorias étnicas e nacionais, assim como no caso das categorias jurídico-políticas que observamos anteriormente.

Feldman-Bianco, por exemplo, observou interessantes transformações e negociações em torno das identidades étnicas dos migrantes portugueses em New Bedford. A autora descreve importantes mobilizações operárias destes migrantes junto a trabalhadores estadunidenses em 1928, e identifica que, sobretudo a partir da década de 1980, migrantes transformaram sua mobilização de classe em mobilização étnica. Essa transformação acompanhou, segundo a autora, uma “mudança de posicionamento da localidade na economia política global da ‘mais próspera cidade baleeira do mundo’ para uma decadente cidade de imigrantes ‘bizarros’ e ‘perigosos’” (FELDMAN-BIANCO, 2009: 34).

Renata Preturlan (2012) e Sidney da Silva (1997) também observaram algo semelhante na mobilização de migrantes bolivianos em São Paulo. A partir do momento em que a ascensão econômica não se traduziu em ascensão social, devido à discursos estigmatizantes, estes migrantes passaram a apresentar esforços públicos no âmbito étnico-nacional: aumentaram a relação com movimentos sindicais e partidos políticos, criaram associações étnicas e de conacionais, e promoveram, dentre outras ações, atividades culturais e religiosas (PRETURLAN, 2012: 152).

Segundo Sayad (1998) nos alojamentos oficiais do governo a “natureza psicológica” dos migrantes aparecia tanto para justificar “as camas acumuladas num mesmo pequeno cômodo (‘de qualquer forma, estão acostumados a dividir tudo entre eles, a viver juntos, a ajudar uns aos outros’)” quanto para justificar desacordos ou brigas entre residentes (SAYAD, 1998: 87). Algo semelhante também foi verificado nas ocupações pelas quais meu campo etnográfico transitou. Em diversas ocasiões a noção de que migrantes formariam “comunidades” era mobilizada, com diferentes propósitos: no caso de Yafa, por exemplo, a percepção de que há uma “comunidade árabe” na Leila Khaled foi um recurso para convencer a mãe sobre morar sozinha; para interlocutores de uma outra ocupação, migrantes congolese formariam uma comunidade própria de modo que mobilizá-los

politicamente demandaria a ação de lideranças daquela nacionalidade. De modo similar em diferentes momentos e em ocupações variadas, tanto residentes brasileiros, quanto migrantes, atribuíam noções comportamentais a certos grupos: “árabes têm tradição de comunidade”, “bolivianos são calados”, “colombianos são violentos”, “egípcios são sujos”, etc..

Referências a própria divisão de andares e cômodos das ocupações, ou mesmo a percepção sobre uma ou outra ocupação pertencer àquela ou essa nacionalidade, também mobilizam elementos relativos à origem e etnia. No entanto, é importante ressaltar que a mobilização desses elementos não significa que estes processos possam ser explicados por dinâmicas de incorporação étnica. Como pudemos observar até aqui, há uma série de dinâmicas urbanas e redes não étnicas envolvidas. No caso da divisão dos andares, como já havíamos observado no contexto da Leila Khaled, há, muitas vezes, o fator da facilidade comunicativa. Em outras ocupações, como no Cine Marrocos, divisões semelhantes de espaço me foram relatadas, também, agrupando LGBTs e profissionais do sexo, ou separando famílias com filhos de homens solteiros, ou entre aqueles residentes que pertencem à organização do movimento de moradia ou não. Ainda assim, nada disso era estanque: Fenitho, por exemplo, compartilhava o mesmo apartamento naquela ocupação com Dona Madalena, uma senhora brasileira, integrante ativa do MSTs.

O fato de haitianos serem a maioria a construir em alvenaria na ocupação da Mooca não se explica, tampouco, pelo comportamento de uma “comunidade”. A pouca circulação de informações e uma baixa compreensão sobre a possibilidade de reintegração de posse do prédio entre migrantes em geral é uma das explicações para o fato - muitos sequer têm claro que esta é uma possibilidade, seja por uma defasagem de idioma ou pelo empenho de poucos moradores em fazer esta informação circular, seja pela pouca experiência com dinâmicas deste tipo em seu país de origem ou no Brasil.

Outra possível explicação para as construções de alvenaria entre a maioria dos migrantes na Mooca advém do fato de que muitos deles viviam ali mesmo possuindo emprego ou reservas financeiras, havendo uma opção de planejamento e priorização de despesas que pode incluir, inclusive, a construção de casas em alvenaria mesmo diante da possibilidade de reintegração de posse. Segundo calculou um dos residentes migrantes da Mooca, mesmo que tenha que

deixar o local em alguns meses, “é mais barato construir aqui e morar um pouco aqui do que pagar aluguel”, me disse.

Também em relação à “ocupação das angolanas” - a qual apareceu nas falas de Carlos e José Luis, comentadas anteriormente - vale ressaltar que não se trata de uma ocupação de angolanas propriamente. A percepção de que assim seria, de fato, levou muitas migrantes desta nacionalidade ao local, mas ao visitar a ocupação, o próprio Carlos constatou que havia residentes de diferentes nacionalidades e outras dinâmicas envolvidas ali:

É, em tese eu achei que eu ia encontrar muitas angolanas, mas tinha todo perfil de gente. Tipo muito, acho que tinha mais migrante do que brasileiro, porque os brasileiros... A explicação foi que depois que deu o incêndio no prédio do centro [no Largo do Paissandú] os movimentos saíram e os brasileiros foram juntos. Os migrantes ficaram jogados, com medo, estavam ainda lá. Mas daí tinha latino-americano e africano, no geral. Nigéria, Congo, Angola.

Abstendo-nos de recortes étnicos ou nacionais podemos, portanto, observar estas percepções e a relevância delas nas redes e circuitos urbanos que compõem alianças na precariedade. Nesse sentido, é interessante observar não só a relação dos migrantes com as ocupações, mas com outros conectores destas redes. No caso da Missão Paz, por exemplo, Fenitho, depois de me dizer que chegara a instituição por ver uma reportagem na TV sobre a emissão de carteiras de trabalho naquele local, fez questão de ressaltar que:

(...) a Missão Paz são todos os haitianos que conhecem, porque eles são o que representa nós. Quando chegamos aqui, as orientações, quem orienta os haitianos são eles, e a Cáritas orienta as outras nações. Mas a missão Paz naquele momento orientava só os haitianos, agora parece que tá orientando os Sírios. Os sírios? Parece que sim. Tá chegando muito. Mas os venezuelanos, agora está chegando muito também.

Por sua vez, Yafa me disse que sequer conhecia a Missão Paz, mas tinha muito a dizer sobre outras instituições, como a Cáritas: “Tem muito racismo dentro da Cáritas (...) Eles ajudam os africanos mais do que quem vem da Síria, da Palestina. Porque a maioria dos árabes são muçulmanos”. Segundo ela, de modo geral, muitas organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil que trabalham com o tema da migração “usam muito o nome dos refugiados, e não ajudam em nada”.

2.6 Repertórios e diferentes formas de ação política

A percepção e crítica de Yafa sobre ONGs no Brasil é comum a muitos migrantes. Foi justamente com o intuito de criar um espaço de articulação independente e com protagonismo dos próprios migrantes que, em 2015, grupos como o GRIST e o MOP@T criaram a Frente Independente de Refugiados e Imigrantes (FIRI). A FIRI funcionou por menos de um ano, mas, para além dos encontros e eventos públicos que promoveu, funcionou com um importante espaço de articulação de experiências de grupos e indivíduos. As experiências compartilhadas ali antecederam a experiência migratória ou a conjuntura política de então: um dos membros do grupo, Pitchou, morador do Hotel Cambridge e membro do GRIST, sobre quem falamos anteriormente, já era ativista na RDC antes de vir para o Brasil; Hasan e outros membros do Mop@t, que também participaram da FIRI, já vinham de um histórico de ativismo variado; o próprio Carlos, que também participou desta articulação, trazia um repertório de militância na educação popular em cursinhos pré-vestibular, sem falar das trajetórias políticas de alguns membros migrantes latino-americanos da FIRI que, seja individualmente, seja pelas organizações que integravam, acumulavam décadas de resistência transnacional.

É importante ressaltar essa composição para ter claro que mobilizações organizadas como o GRIST ou a FIRI, não só não inauguram o envolvimento em organizações políticas de muitos dos atores ali presentes, como também as trajetórias prévias desses atores contribuem para estas articulações. De modo semelhante, Feldman-Bianco observou que alguns dos portugueses mobilizados na greve de 1928 em New Bedford eram “ex-líderes sindicais em Portugal e que haviam lutado contra o fascismo em sua terra natal”, tendo sido eles que “apresentaram os recém-chegados do TMC [central sindical] aos operários portugueses e os ajudaram a distribuir panfletos” (FELDMAN-BIANCO, 2009: 29). A central sindical recebeu, inclusive, “doações de leite, pão e peixe dos portugueses que eram padeiros, pescadores e proprietários de fazendas de gado leiteiro”, e Feldman-Bianco relata que as lembranças de seus interlocutores incluíam “histórias sobre piquetes de greve e as canções que os grevistas cantavam em inglês e português durante a greve e, até mesmo, na prisão” (Ibidem: 30).

O repertório e trajetória dos migrantes é mobilizado em diferentes contextos de ação política, não só em espaços de articulação organizados institucionalmente como a FIRI e o

GRIST. Patricia, interlocutora haitiana da ocupação da Mooca sobre quem falamos brevemente na Parte I, graduou-se em Hotelaria no Haiti e durante seus anos de universidade participou ativamente do movimento estudantil, tendo organizado iniciativas de apoio a “causas sociais”, segundo me contou. Com apenas 27 anos e recém chegada à ocupação ela nos foi apresentada por alguns dos “responsáveis” do Lado B como “uma liderança haitiana” e como uma das pessoas que “faz muito as pontes entre os brasileiros e os migrantes”. O reconhecimento veio, especialmente, depois de sua participação em uma das primeiras reuniões coletivas da ocupação, em que seu domínio do português - “ela é quase brasileira já”, me disse uma interlocutora - chamou a atenção dos “responsáveis” na Mooca. Até dezembro de 2018 ela ainda não morava na ocupação, mas ia diariamente ao local para garantir seu direito sobre o espaço e sempre teve uma postura assertiva em querer ter claras quais eram as regras da ocupação, assim como os prazos e informações sobre o processo de reintegração de posse do local - atenuando, minimamente, a defasagem na circulação de informação entre migrantes e não migrantes na Mooca.

Joana também tem ajudado na comunicação entre os diferentes residentes da ocupação. Esta interlocutora brasileira é casada com um dos primeiros haitianos que chegaram na Mooca - o que resulta em uma circulação muito orgânica entre migrantes e não migrantes no local - e, na ocasião de minha última visita à ocupação em dezembro, havia sido designada como responsável por recolher as contribuições de 30 reais para o pagamento da advogada e manter o registro dos moradores e suas casas em um caderno. Antes de se mudar para a ocupação com o marido, ela vivia com a família na região da Região Metropolitana de São Paulo.

Nesta última visita, enquanto conversava com Joana sobre sua trajetória e sobre a ocupação em si, ela segurava um bebê em seu colo e outras quatro crianças brincavam a nossa volta. Apenas duas delas eram seus filhos, as demais, ela me contou, eram filhos de migrantes residentes na ocupação, dos quais ela costumava cuidar enquanto as mães estavam no trabalho. Dentro de seu barraco, ela me mostrou os pacotes de macarrão instantâneo que as mães deixavam para que ela desse como almoço para as crianças - “mas eu não vou dar isso todo dia pra eles né, eu faço comida pra eles também”, me disse.

Esta ação empreendida por ela diariamente nos permite observar a extensão do que alianças e ação política em contextos de precariedade podem significar. Naquele dia, ela me contou que a mãe do bebê que carregava no colo, uma haitiana que trabalha como camelô no Brás, estava nos protestos que camelôs migrantes e não migrantes realizavam pelo direito ao trabalho naquela região - “Ela me mandou as fotos de eles todos sentados no chão aqui no Whatsapp”, me disse Joana, enquanto vasculhava seu celular para me mostrar as fotos dos ambulantes bloqueando as ruas do Brás.

A cena dos protestos registrada pelas fotos enviadas ao seu celular lembrava os casos mencionados no início da Parte II deste texto, observados por Butler (2018) e Telles (2015). A cena que descrevo com Joana, por sua vez, agregava uma dimensão de interdependência à cena enquadrada por aquelas fotos: a mãe do bebê cuidado por ela só pôde mobilizar a aparência de seu corpo naquele protesto porque alguém cuidava de seu filho na ocupação. Quantos outros vendedores ambulantes naquele protesto, migrantes e não migrantes, não estariam mobilizando redes de suporte materiais e imateriais, humanas e não humanas, para que pudessem mobilizar a condição precária em uma manifestação pública?

Esta pergunta evidencia que há uma série de condições sócio-materiais necessárias à vida e mesmo à exposição dos corpos. Muitas destas condições são desafiadas pelo avanço da condição precária, e outras são mobilizadas por esforços de resistência. Assim, é importante notar que o desafio às condições necessárias à vida não se trata, como observa Butler (2018), de algo retórico, assim como tampouco as formas de aliança e solidariedade transnacionalizadas se constroem em um âmbito apenas moral: viver impõe uma dependência real de pessoas e coisas. Nos termos de Butler, “nenhum de nós age sem as condições para agir, mesmo que algumas vezes tenhamos que agir para instalar e preservar essas condições” (Ibidem: 22).

Este “agir” implica, inclusive, os suportes materiais da ação. No caso dos protestos sobre os quais conversava com Joana naquele dia, as ruas do Brás aparecem tanto como palco quanto como objeto da reivindicação dos ambulantes. As alianças na precariedade ocorrem, nesse sentido, também entre pessoas e espaços. Nos termos de Butler:

Os suportes materiais para ação não são apenas parte da ação, mas são também aquilo pelo que lutamos, especialmente nos casos em que a luta política é por alimento, empregabilidade, mobilidade e acesso à instituições.

Para repensar o espaço de aparecimento a fim de entender o poder e o efeito das manifestações públicas do nosso tempo, precisamos considerar mais de perto as dimensões corporais da ação, o que o corpo requer, e o que o corpo pode fazer, especialmente quando devemos pensar sobre os corpos juntos em um espaço histórico que sofre uma transformação histórica em virtude de sua ação coletiva: O que os mantém unidos ali? E quais são as suas condições de persistência e de poder em relação à sua condição precária e exposição? (Ibidem: 83)

Como as ocupações de moradia nos demonstram, e como a própria Butler observa, não se trata de afirmar que a “exposição corporal é sempre um bem político ou mesmo a estratégia mais bem-sucedida para um movimento emancipatório. Algumas vezes o objetivo de uma luta política é exatamente superar as condições indesejadas dessa exposição corporal” (Ibidem: 140) - o que é particularmente relevante no caso da luta por moradia. Nas ocupações e outros “espaços cinzentos”, são empreendidas, muitas vezes, “lutas ‘não heróicas’, objetivando a sobrevivência no sentido pessoal e coletivo” (YIFTACHEL, 2009: 249, tradução minha).

Em alguns casos, é importante ressaltar, as reivindicações sequer são identificadas ou verbalizadas pelos interlocutores, não havendo um discurso organizado ou manifestação textual ou oral em defesa da moradia, por exemplo. Isso não diminui o fato de que pessoas que necessitam concretamente ter onde morar habitam certas estruturas e, ao fazê-lo performam uma ação que é política, na qual o prédio ocupado é tanto suporte da ação, quanto o “teto” que tacitamente se reivindica.

Não é nosso objetivo aqui adentrar a uma discussão no marco da sociologia dos engajamentos coletivos (cf. CEFAL, 2009), mas é importante ressaltar que a resistência coletiva pode ser, e muitas vezes é, ancorada “nos gestos corporais de recusa, silêncio, movimento e recusa em se mover” (BUTLER, 2018: 238), de modo que a presença nas ocupações deve ser entendidas como uma forma de ação política, a qual é resultado da performance, ainda que silenciosa ou pouco pública, de corpos em aliança - entre si e com o espaço - que reagem à precariedade. Nesse sentido, é importante reconhecer que na relação dos migrantes com os espaços e dinâmicas da cidade, assim como outros atores urbanos na precariedade, se operam agenciamentos e mobilizações que promovem alianças que pertencem à esfera do político, mesmo quando não são propriamente públicos ou organizados:

Não existe poder soberano lançando o sujeito para fora do domínio do político propriamente dito; ao contrário, existe uma operação mais variada e difusa de poder e força que detém e lesa corpos nas ruas, nas celas ou na periferia das cidades e nas fronteiras - e isso é uma forma específica de desamparo político. (Ibidem: 154)

Nessa perspectiva a exclusão, o desamparo e os corpos que se relacionam com a vulnerabilidade são parte do problema político (Ibidem), daí a importância da noção de “inclusão diferencial” (MEZZADRA, 2015) sobre a qual falamos anteriormente. Migrantes estão incluídos na exclusão que marca a vida urbana paulistana e só reconhecendo esta inclusão diferencial podemos observar tanto como as lógicas neoliberais operam em diferentes escalas promovendo deslocamentos, a multiplicação de fronteiras e a distribuição desigual da vulnerabilidade na cidade; quanto como diferentes movimentos de contestação de atores urbanos podem se formar. Esta contestação ocorre, portanto, sem que estes atores sejam excluídos da esfera da ação. Não podemos, assim, diminuir a importância das diferentes alianças e formas de ação não organizadas observadas na precariedade: há diversas “maneiras de se importar uns com os outros ou de estabelecer redes de suporte” (BUTLER, 2018: 89).

Nesse sentido, é interessante notar que mesmo onde possa haver uma negação da “política” - no sentido institucional - há formas de ação política em curso. No Jardim Açuara, por exemplo, onde José Luis identifica que “existe aquele medo de as pessoas assumirem política” - porque, segundo ele, no passado “teve líderes que jogaram sujo com eles” e há o medo de se organizar de novo para “fazer a mesma cagada” - existem diversas ações empreendidas por migrantes e não migrantes que se configuram como atos de resistência política. Mutirões e rateios coletivos são exemplos disso: “A gente às vezes junta, faz uma vaquinha de cem reais cada um pra melhorar a rua (...) ou alguém vai bater uma laje todo mundo vai...”, me contou José Luis.

Estas ações cumprem duas funções simultâneas que nos levam a uma outra reflexão importante sobre as formas de ação política no contexto das alianças nas ocupações por moradia. Por um lado melhoram as condições de vida dos residentes e por outro conformam uma realidade mais difícil de ser removida ou até mesmo criminalizada pelo poder público - quanto mais estruturado urbanisticamente é um bairro mais difícil é sua remoção, atestam meus interlocutores. O mesmo vale para medidas a troca da fiação que leva energia aos

barracos na Mooca, e a instalação de extintores de incêndio em cada andar da Ocupa da Pompeia: estas ações, além de melhorarem as condições de vida dos residentes, previnem que vistorias técnicas da Prefeitura sejam usadas como argumentos adicionais aos processos de reintegração de posse dos espaços.

Agier (2015), que também ressalta os contornos cada vez mais urbanos dos acampamentos auto-estabelecidos de migrantes, observou que ainda que permaneçam “em estado informal, eventualmente ilegal”, estes espaços também são “tolerados”, já que sua remoção acarretaria em um problema “humanitário” para os governos em questão (Agier, 2015: 37). Ainda que em um contexto totalmente diferente, é interessante notar certa similaridade em casos que integram o campo etnográfico desta pesquisa. A presença migrante na ocupação do Cine Marrocos, por exemplo, fez com que a reintegração do prédio fosse adiada diversas vezes justamente por constituir um “problema humanitário” ou um “problema extra”, nos termos de interlocutores ligados à gestão municipal da época.

Fenitho foi um dos migrantes que permaneceu até o último instante naquela ocupação, mesmo com conversas prévias com assistentes sociais da Missão Paz e da Prefeitura de São Paulo sobre a iminência da reintegração de posse, e depois da maioria dos brasileiros, sobretudo integrantes do MSTs, já terem deixado o prédio. Segundo ele, sua permanência no Cine Marrocos ocorreu pois acreditava que ficar ali lhe possibilitaria ser beneficiado no programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal:

Eu fui na moradia porque... porque pelo que eu entendo da moradia, é que quem mora lá não vai ser expulso nunca. Nem pelo dinheiro que for, o governo vai ter a obrigação de nos vender uma... Um apartamento Minha Casa Minha Vida. Eu fui lá só por causa disso. Porque a explicação que me deram... pessoas que moram lá, pessoas que já moraram, diz que... A ideia é essa. Como se fala? A ideia é essa. Que morar lá, para obrigar o governo nos vender um apartamento do Minha Casa Minha Vida. Eu fiquei lá com a esperança de começar, a esperança minha era essa. (...) Fiquei até o último dia, porque achei que se vão nos expulsar [vão dar alguma coisa]

O fato é que a presença dele e de dezenas de outros migrantes no prédio colocou a questão migratória na agenda dos diferentes atores municipais envolvidos em processos de reintegração de posse. Isso ocorreu de tal maneira que a Coordenação de Políticas para Migrantes da Prefeitura (CPMig) e o próprio CRAI começaram a ser chamados para reuniões

relativas aos processos de reintegração de posse na cidade, fosse com a Polícia Militar, fosse com a Defensoria Pública do Estado, como me relatou Carlos:

Depois de um tempo, vários agentes começaram a entender que tem migrantes nas ocupações e isso pode ser bom ou ruim, é delicado, ninguém sabe muito bem o que fazer. Descobriram que existia o CRAI, mais do que a CPMig mesmo. Tinha gente que ligava direto pro CRAI. Mas muita gente acionava a CPMig, a CPMig acionava o CRAI. Aí a gente era chamado pra fazer diversas coisas. [No caso da ocupação do Terra Livre] Carolina Maria de Jesus, a gente foi acionado pela Defensoria Pública do Estado, foi uma defensora que por meio de contatos de outros defensores que já tinham contato com a gente, ligou pra gente e pediu pra gente dar um apoio pra ela. (...) Acho que foi depois do Marrocos que aconteceu aquilo que eu comentei no outro dia, que era a própria polícia começar a chamar a gente. E aí eu participei efetivamente de uma reunião só dessas, mas a gente foi chamado pra umas três, quatro.

A iniciativa da defensora em contactar Carlos nos permite refletir sobre um ponto importante relativo à mobilização da “vulnerabilidade diferenciada” de migrantes, especialmente em contextos judicializados. Ao observar a relação de movimentos feministas com as noções de “vulnerabilidade” e “precariedade”, Butler argumenta que em oposição à moralização individualizadora da responsabilidade pela condição precária promovida pelo neoliberalismo, defensores de direitos humanos também defendem a ideia de vulnerabilidade “quando insistem na necessidade de proteção legal e institucional para esses grupos” de modo que essa noção pode funcionar tanto “para atingir uma população” quanto “para protegê-la” (BUTLER, 2018: 158). Carlos descreveu um pouco essa estratégia empreendida pela defensora:

Ela estava atendendo a ocupação, e ela precisava de: um, entender melhor a situação dos imigrantes; e dois, foi bem pragmática, inclusive, como a gente não sabe quem são esses migrantes, a gente precisa provar pro juiz que a gente precisa de um tempo melhor pra entender o que fazer com essas pessoas. “Se não a reintegração vai ser daqui duas semanas, e a gente tem um monte de gente que a gente não sabe o que fazer, e se vocês puderem dar um apoio, fazer um relatório social, fazer uma visita domiciliar (...) poder ir pro juiz e apresentar: ‘Olha, juiz, a gente tem uma situação de vulnerabilidade que é extra, que ela é maior do que seria geralmente. Tem pessoas com questão de documentação, criança, imigrante’”

É interessante notar como mobilizações da noção de vulnerabilidade podem fortalecer o apelo aos tribunais, tanto no caso em tela, quanto no contexto de judicialização do projeto feminista observado por Butler. No entanto, é importante ressaltar que a mobilização judicializada dessas noção não deve restringir ou informar nossa análise sobre as diferentes

formas de resistência que são, inclusive, “populares e extralegais” (BUTLER, 2018: 155). Assim como evitamos ao longo desta pesquisa caracterizar as populações em situação de precariedade como “hiper responsáveis em um modelo moral”, tampouco podemos posicioná-las “como populações sofredoras que necessitam ‘cuidado’” (Ibidem: 158) - o que é feito por muitas organizações não governamentais e promovido pelo próprio fenômeno do humanitarismo discutido anteriormente.

A mobilização estratégica da vulnerabilidade é possível, portanto, na medida em que compreendemos sua distribuição desigual em um “campo de poder” - caso contrário, como observa Butler, a atribuição da vulnerabilidade ou da precariedade de modo paternalista pode até mesmo apagar ações políticas mais amplas que expõem e mobilizam a precariedade de modo performativo; o que pode resultar em um aprofundamento das condições da própria precariedade (Ibidem: 157).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar até aqui, as hipóteses iniciais desta pesquisa de que migrantes - assim como não migrantes - são atores urbanos que se relacionam com a cidade produzindo formas de resistência política transnacionalizada não só foram confirmadas, mas extrapoladas. Isso porque o campo etnográfico revelou a importância e heterogeneidade das alianças e redes conformadas através da relação entre os atores e as diversas escalas que as dinâmicas urbanas engendram, e possibilitou reflexões mais amplas sobre as diferentes formas e potencialidades das ações políticas em questão. As alianças e redes, pudemos comprovar, se relacionam com pontos de inflexão e entrecruzamentos nas trajetórias habitacionais dos atores, assim como em alterações nos próprios espaços e no tecido social.

Afinal, estas redes e alianças se formam e operam em contextos essencialmente urbanos, os quais são caracterizados por processos de reestruturação e desapropriação inerentes ao capitalismo (HARVEY, 2014) e pela constante multiplicação e heterogeneização das fronteiras na escala urbana (SASSEN, 2012), o que resulta, como vimos, em deslocamentos cada vez maiores e mais frequentes de migrantes e não migrantes dentro e através das cidades (GLICK SCHILLER & ÇAGLAR, 2018). Reforça-se, nesse sentido, a necessidade de tomar o urbano como plano de referência alternativo aos parâmetros nacionalistas, estadocentristas e culturalistas tão comuns às abordagens sobre as migrações.

Esta proposta analítica, como já dito, não significa ignorar a importância de categorias jurídico-políticas e de identidades étnicas ou nacionais. Como demonstrado ao longo desta dissertação, esta opção teórico-metodológica nos permitiu observar, inclusive, os agenciamentos dos migrantes e não migrantes ao redor destes elementos em diferentes contextos, o que não contradiz, mas fortalece, a conclusão de que a experiência migrante nas cidades não é essencialmente diferente da experiência dos não migrantes com os quais aqueles compartilham a condição precária. Há, afinal, mutualidades e agenciamentos que não permitem explicar a relação de migrantes com as dinâmicas urbanas por abordagens de cunho individualizador - sejam as manifestas pelo clamor humanitário, sejam as que propagam a ideia do migrante empreendedor de si mesmo - ou por supostos processos de incorporação estritamente identitários.

Como observam Glick-Schiller e Çaglar, os diferentes e constantes deslocamentos que compõe a vida urbana colocam em xeque a própria noção de “incorporação” de migrantes - a qual, por sua vez, as autoras empregavam na tentativa de evitar as expectativas equivocadas e as relações de poder ao redor dos conceitos de “integração” e “assimilação” (GLICK-SCHILLER & ÇAGLAR, 2018: 228). É diante deste desafio que ambas propõem a noção de “alocamento” (*emplacement*), uma alternativa interessante para compreender a outra face dos deslocamentos, observando-se os processos de estabelecimento de relações e conexões sociais e espaciais comuns a migrantes e não migrantes, através dos quais se formam sociabilidades que podem “formar as bases de novos tipos de ação política” (Ibidem: 13).

A própria noção de “cosmopolitismo diaspórico”, como comentado, aposta nestas conexões situadas entre migrantes e não migrantes. Segundo Glick-Schiller, haveria um “conjunto de diferentes trajetórias de conexão através das quais os residentes de uma cidade se tornam conectados uns aos outros e ao mundo” (GLICK-SCHILLER, 2012: 21, tradução minha). Segundo a autora, as conexões do cosmopolitismo diaspórico demandam “experiências de abertura”, cuja ocorrência e a forma são produtos de “tempos e lugares específicos”, e podem ou não envolver “sensibilidades políticas mais amplas” ou uma relação com movimentos sociais organizados (Ibidem: 19).

Nesse sentido, é válido considerar que as alianças que observamos ao longo desta pesquisa se configuram justamente neste mecanismo de abertura. Considerando as reflexões de Butler e as trajetórias e cenas etnográficas descritas ao longo desta dissertação, podemos concluir que as alianças em tela se constituem pelo aspecto relacional, de reconhecimento da vulnerabilidade compartilhada, ao estabelecerem uma conexão de interdependência, ainda que temporária e situada, entre pessoas, e/ou entre pessoas e espaços, e/ou em relação a redes materiais e imateriais, e mesmo em relação a uma formação subjetiva relacional, como argumentado anteriormente.

É importante observar que estas alianças são forjadas em encontros situados, próprios da vida urbana e da condição precária, assim como ocorre com as redes que se formam por entre as ocupações e albergues observados nesta pesquisa. Como vimos, se tratam de encontros e circuitos de relações muitas vezes circunstanciais e efêmeros, oriundos das

mobilidades cotidianas e estruturantes da cidade. De acordo com o campo etnográfico e as trajetórias observadas, é importante pontuar que essas alianças e redes podem, ainda, serem catalisadas por espaços conectores - como marcadamente são as ocupações de moradia - ao mesmo tempo em que são constituidoras desses locais de potentes entrecruzamentos.

A relação com o espaço se revelou fundamental para compreender as alianças e redes que se desenvolvem na precariedade, tanto por elas resultarem em modificações físicas e sócio-políticas nestes locais, quanto porque evidenciam a dependência sócio-material que a vida implica. Isto significa, como pontuado anteriormente, que mesmo em contextos em que não há uma reivindicação verbalizada ou institucionalmente organizada pela moradia, migrantes e não migrantes performam ações políticas que têm nas ocupações seus suportes materiais e, ao mesmo tempo, materializam, de diferentes maneiras, a reivindicação por moradia, mobilizando, em alguns casos, a própria condição precária.

A pesquisa comprovou que as ocupações são potentes conectores urbanos conformados em um contexto de precariedade no qual a resistência aos deslocamentos impostos pelas dinâmicas da cidade é performada por migrantes e não migrantes. As diferentes trajetórias e cenas etnográficas observadas evidenciam agenciamentos, redes e alianças que demandam uma importante expansão da concepção relativa às formas de ação política na precariedade. Isso porque, como observa Butler, faz-se necessário reconhecer que aqueles que resistem à precariedade agem “mesmo depois que a esfera pública foi definida por meio de sua exclusão” (Ibidem: 90).

Nesse sentido, como ressalta Mezzadra ao formular a noção de “inclusão diferencial”, é fundamental não restringir nossa análise às dicotomias construídas pelos Estados-nação entre o dentro e o fora, entre o que pertence à esfera do político ou não, ao considerar as potencialidades da agência de migrantes em situações típicas da exclusão - especialmente porque muitas vezes é nas diferentes e múltiplas fronteiras do mundo contemporâneo (MEZZADRA, 2015) que migrantes e não migrantes travam suas lutas. E em espaços cinzentos como as ocupações isso fica ainda mais evidente.

Esta importante conclusão normativa se soma a uma outra que diz respeito à própria natureza da precariedade. Como observa Butler, o oposto da condição precária “não é a

segurança, mas a luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne possível” (BUTLER, 2018: 78). Afinal, se há uma distribuição socialmente desigual da condição precária “tanto a luta contra quanto a resistência à precariedade têm que estar baseadas na reivindicação de que as vidas sejam tratadas igualmente e sejam igualmente vivíveis” (Ibidem: 76). Nesse sentido, é importante observar que não há como pensarmos uma agenda de pesquisa pós-nacional que não esteja comprometida com a emergência de movimentos transnacionalizantes que desafiam, de diferentes maneiras, as lógicas neoliberais de reestruturação urbana e os nacionalismos que ressurgem perigosamente na atualidade.

Esta pesquisa também apontou algumas conclusões específicas sobre a presença migrante em ocupações. Como observamos, a fuga das limitações econômicas e das dificuldades burocráticas que os aluguéis engendram é um dos principais e primordiais fatores para a busca dos migrantes por estes arranjos habitacionais. Fatores como localização e a autonomia sobre os espaços - em comparação às restrições de albergues, por exemplo - também são comumente listadas entre os benefícios de se residir nesses locais. Há, como demonstrado, uma série de cálculos empreendidos pelos migrantes residentes em ocupações e também nos albergues, de modo que alguns, mesmo com empregos formais, optam por economizar com as despesas inerentes ao aluguel para enviar dinheiro para as famílias ou viabilizar sua reunião.

Como comentado, os tipos de ocupações variam muito: há diferenças substanciais entre a gestão de cada movimento organizado, e entre as formas de organização, hierarquias e regras de locais em que não há movimentos de moradia, ou nos quais há incidência de práticas e racionalidades de organizações como o PCC. O campo etnográfico permite concluir que migrantes, assim como não migrantes, interagem com estas especificidades, operando agenciamentos que vão desde sua relação com as possíveis contribuições financeiras aos movimentos, ou com as atividades políticas organizadas; até sua contestação de uma ou outra regra, ou sua saída voluntária ou compulsória dos espaços.

Há, evidentemente, especificidades em relação à experiência migrante nestes contextos, sobretudo em relação ao fator linguístico, como mencionado. No entanto, a relação da grande maioria dos migrantes residentes nas ocupações com a pauta da luta por moradia é

similar à dos residentes não migrantes que não integram movimentos organizados: há uma percepção incipiente da moradia como direito coletivo. As alianças observadas nestes contextos propiciam, por outro lado, uma possibilidade de desconstrução da responsabilidade individualizadora em relação à moradia e outros aspectos dentro dos contextos de precariedade. É válido ressaltar, nesse sentido, a importância de se observar como os repertórios anteriores à vida ocupação podem e são mobilizados por migrantes, conforme sinalizado ao longo do texto.

A experiência migrante nas ocupações e albergues se caracteriza, ainda, pelos benefícios das conexões propiciadas pelas redes que entrecruzam estes espaços - o que ocorre, como podemos observar, sobretudo em contextos migratórios que não apresentam redes já estruturadas. Não à toa, o campo etnográfico e as trajetórias habitacionais observadas revelam que as conexões e circuitos que gravitam em espaços conectores podem levar migrantes a outros arranjos de moradia, a outros albergues, ou a outras ocupações.

Nesse sentido, vale recordar que, conforme observamos, a presença de migrantes em ocupações não é explicada pela pouca oferta de vagas em abrigos - inclusive porque não há autonomia sobre os espaços nestes locais, o que implica em limitações temporais quanto à permanência, ou mesmo na separação de familiares por gênero. Dada a própria natureza da assistência social e das dinâmicas urbanas observadas, podemos concluir que há um entrecruzamento tanto posterior quanto anterior - e às vezes até simultâneo - entre quem passa pelas ocupações e quem passa por serviços e equipamentos públicos ou do terceiro setor.

Por fim, é importante notar que, como sinalizado, o próprio campo etnográfico desta pesquisa sofreu ao se relacionar com os deslocamentos e conexões observados na cidade. Também, como vimos, nosso escopo de análise passou a incluir entre as ocupações observadas, além de edifícios no centro, também os loteamentos e bairros irregulares localizados em diferentes áreas da cidade e até mesmo na região metropolitana de São Paulo. Este fato, por si só, revela a importância de se observar migrantes como atores urbanos que interagem com as lógicas de desapropriação e reestruturação da cidade e, por conseguinte, como com os deslocamentos sociais e físicos aos quais pessoas em condição

precária estão submetidas, em um processo que extrapola a região central da cidade e impõe a necessidade de movimentar a própria observação etnográfica.

Espera-se que a pesquisa móvel e politicamente engajada aqui desenvolvida tenha contribuído a uma compreensão mais heterogênea e menos excepcionalista da presença migrante na cidade e, para além disso, tenha materializado uma possibilidade de reflexão e pesquisa de campo fora de parâmetros nacionalistas, estado-centristas e culturalistas, os quais são quase sempre estáticos e condescendentes com estruturas de poder e dominação. São muitos os desdobramentos e continuidades possíveis desta pesquisa, na qual relação entre migrantes e dinâmicas urbanas se revelou um potente ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre as diferentes alianças que promovem resistências à precariedade contemporânea. Se esta precariedade é perversamente acompanhada pelo humanitarismo e racionalidade neoliberal, urge que nos comprometamos a uma reflexão que implique relações e interdependências emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. Refúgio no Brasil. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/1DrFYX>

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Companhia de Bolso, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950, pp. 135-158. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1. 2005.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua I. Editora UFMG, 2010.

AGIER, Michel. Campement urbain: du refuge naïf le ghetto. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2013.

_____. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários, 2015. In: BIRMAN, Patricia, et al. Dispositivos urbanos e tramas dos viventes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional, 1997. In: Novos Estudos Cebrap, 49, 1997. p. 3346.

BOURDIEU, P. Sociologie générale, vol. 1: Cours au Collège de France (1981-1983). 2015b

_____. Sobre o Estado - Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Editora Cia das Letras, 2015.

_____. Um analista do inconsciente, 1997. In: SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

BRASIL. Lei no 9.474 de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://goo.gl/kNoE5S>

_____. Lei no 6.815 de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://goo.gl/TCVpol>

_____. Lei nº 13.445, de 2017. Institui a lei de Migração. Disponível em: <https://goo.gl/so1dJE>

BROWN, Wendy. Neo-liberalism and the End of Liberal Democracy. *Theory & Event* 7:1, 2003

_____. *Walled States, Waning Sovereignty*. Zone Books, 2014

_____. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Zone Books, 2015

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Ed. Civilização Brasileira. 2018.

_____. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Ed. Civilização Brasileira. 2015.

BURAWOY, Michael. *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World*, 2000

CAFFÉ, Eliane. *Era o Hotel Cambridge* (filme), 2016

CALVINO, Ítalo. *As Cidades invisíveis*. Companhia das Letras, 2016

CATSO. 1º Seminário POVO de RUA, os Refugiados Urbanos. Evento no Facebook. Disponível em: <https://goo.gl/p9Bz4K>

CCBL. *História*. Acessado em 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Scv0B3>

CEFAI, Daniel. *Como nos mobilizamos. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2. 2009.

CINE REPÓRTER. Edição de 3 de fevereiro de 1951. Disponível em: <https://bit.ly/2RCwgbt>

CNig, Conselho Nacional de Imigração. Resolução nº 97/2012-DOU, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/TzHN3w>

CORREIO PAULISTANO. 1939. Disponível em: <https://bit.ly/2GbHrq0>

CONARE, Comitê Nacional para os Refugiado. Resolução nº 18, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/qkc13F>

_____. Relatório “Refugio no Brasil”. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/25uefN>

CONDEPHAAT. In Diário Oficial, São Paulo, 124 (204). 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2t2bFn1>

CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. Cadernos Metrópole, n. 17. 2007

DAS, Veena; POOLE, Deborah, El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, 27. 2008: p. 1952.

DELMAS-MARTY, Mireille. Résister, responsabiliser, anticiper. Seuil. 2013.

DÓRIA JR., João. Vídeo no Facebook. 10 de maio de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/19tKmu>

ELIAS, N. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

ERA O HOTEL CAMBRIDGE. Dir. Eliane Caffé. 2016.

FACUNDO, Angela. Êxodos e refúgios. Colombianos refúgiados no Sul e Sudeste do Brasil
Ángela Facundo Navia. Rio de Janeiro, tese de doutorado. 2014

FALBEL, Anat. Um arquiteto no exílio. AU Edição 170 - Maio/2008. Disponível em: <https://bit.ly/2t6jGHw>

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. Ponto Urbe 15, 2014.

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Reiventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n 31. 2013. pp. 19-50

_____. “Anthropology and ethnography: the transnational perspective on migration and beyond”. Etnográfica, vol. 22. 2018

FELTRAN, Gabriel. Irmãos, uma história do PCC. CIA das Letras, 2018

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços, 2001. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.): Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Forense Universitária. 2001: p. 411-422.

FRÚGOLI JR, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Edusp, 2000.

G1 SP. Crianças eram quase 30% dos moradores de prédio que desabou em SP, diz cadastro da Prefeitura. Disponível em: <https://glo.bo/2GoWCLN>

GLICK-SCHILLER, Nina. Diasporic Cosmopolitanism: Migrants, Sociabilities, and City-Making. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/5xqykM>

GLICK-SCHILLER, Nina & ÇAGLAR, Ayse (edits). Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants. Cornell University Press. 2011.

_____. Migrants and City-Making: Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration. Duke University Press: Durham and London. 2018.

GRANCONATO, Elaine. Imóvel de antiga fábrica e balada na Mooca vira invasão sem-teto. Folha de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WDo3at>

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Martins Fontes, 2014.

JUBILUT, Liliana. O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro. São Paulo: Método, 2007.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos. São Paulo: Editora 34, 1994.

LENCIONI, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. In SPOSITO, E S (ed.), Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades. GAsPERR, Presidente Prudente. 1999.

LORES, Raul. Casal italiano realiza sonho de fazer arquitetura em São Paulo. Folha de São Paulo. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2t5amni>

LOYD et al. Impressões do Brasil no século vinte. 1913. Disponível em: <https://bit.ly/2t2bFn1>

MACEDO, Lucia. Haitianos conseguem emprego em confeitaria de chef francês nos Jardins. G1, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/gVn8Da>

MACIEL, Camila. Mesquita em São Paulo ajuda 1,8 mil refugiados sírios da guerra civil. EBC, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ofM1eM>

MANFRINATO, Helena. Dos quadros de guerra à participação: notas sobre a jornada do refúgio palestino em São Paulo. Cadernos de campo, São Paulo, n. 25, p. 421-436, 2016

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das Fronteiras e Práticas de Mobilidade. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015

MISSÃO PAZ. Estatísticas. Disponível em: <https://goo.gl/RZy8a5>

MOPAT. Jornadas de Yarmouk - Boas vindas aos refugiadxs Sírios/Palestinos. Evento no Facebook. Disponível em: <https://goo.gl/wSt4cr>

MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO. In Cangaíba: uma história. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2SpLMf6>

OIM, Organização Internacional para as Migrações. Perfil Migratório do Brasil 2009. 2010

OSASCO. Prefeitura de Osasco inicia 1ª etapa de remoção das famílias do Açucará. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2VVaB1g>

PERALVA, Angelina. Globalização por baixo e mercados ilegais. In: PERALVA & TELLES. Ilegalismos na Globalização. Editora UFRJ, 2015.

PEREIRA, Eduardo. Refugiado abre restaurante em SP e sonha retomar carreira de engenheiro. G1, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/sjohyF>

PRETURLAN, Renata. Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012

PITA, Maria. Poder de polícia e gestão de territórios: o caso dos ambulantes senegaleses na cidade autônoma de Buenos Aires. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. Ilegalismos, cidade e política. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 109-140.

POLÍCIA FEDERAL. Estatística. Disponível em: <https://goo.gl/GQkKCM> (Acesso em setembro de 2016)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil. Mensagem nº 163, de maio de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/RhBg5R>

ROLNIK, Raquel et al. Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso. Le Monde Diplomatique Brasil, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/OuLDzc>

RUI, Taniele & MALLART, Fábio. A Cracolândia, um potente conector urbano. Le Monde Diplomatique Brasil, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ZT5XJf>

SALIH, Ruba & RICCIO, Bruno. Transnational Migration and Rescaling Processes: The incorporation of Migrant Labor. In: SCHILLER, Nina G. & ÇAGLAR, Ayse. Introduction, Chapter 04 e Chapter 10. Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants, 2011.

SANTOS, Renato Abramowicz. Cartografias políticas de uma ocupação - cotidiano, território e conflito. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÃO PAULO. Lei nº 16.478. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. 2017 Disponível em: <https://goo.gl/0De6rD>

SAYAD, Abdelmalek. *Almigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. "When the center no longer holds: cities as frontier zones". *Cities* 34, 2012.

SILVA, Carlos Freire da. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

SMDH, Coordenação de Políticas para Migrantes. Relatório Abrigo Emergencial PMSP, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/416UEF>

SUZUKI, Natália. Bolivianos em cortiços? Onde e como vivem os imigrantes submetidos ao trabalho escravo na cidade de São Paulo. Trabalho apresentado no IV Seminário Discente da Pós-graduação em Ciência política da USP. 2014

SWING, William Lacy. “Migration and Refugees” - Palestra em UN Habitat. 18 de outubro de 2016.

TARRIUS, Alain. La mondialisation par le bas. Paris: Balland, 2002.

TELLES, Vera; CABANES, Roberto (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, Vera. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V.; CABANES, R. (Org.), Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 69-120.

_____. A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal, 2010.

_____. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. Ilegalismos, cidade e política. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 2756.

_____. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa, 2015. In: BIRMAN, Patricia, et al. Dispositivos urbanos e tramas dos vivientes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

VENTURA, Deisy; ILLES, Paulo. Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração?. Le Monde Diplomatique Brasil, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/Ur3vpb>

_____. Entrevista “Qual a diferença entre visto humanitário e refúgio”. In: CHARLEAUX, João. Nexo, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/vtd7Dh>

VILLELA, Felipe. Refugiados urbanos: as vítimas do desastre habitacional paulistano. Observatório de Remoções. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HSy6oP>

YIFTACHEL, Oren. Critical theory and 'gray space' - Mobilization of the colonized. City, Vol. 13, No. 2-3, June-September, 2009.

ZANCHETTA, Diego. Estrangeiros já são 2 mil em ocupações e engrossam atos às vésperas da Copa. Estadão, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/W0JxwC>